

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores	2

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	3
2.3 - Outras Informações Relevantes	9

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	10
3.2 - Medições Não Contábeis	11
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	13
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	14
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	16
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	17
3.7 - Nível de Endividamento	18
3.8 - Obrigações	19
3.9 - Outras Informações Relevantes	20

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	21
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	34
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	36
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	43
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	44
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	45
4.7 - Outras Contingências Relevantes	46
4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	47

Índice

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	48
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	52
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	54
5.4 - Programa de Integridade	56
5.5 - Alterações significativas	60
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	61

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	62
6.3 - Breve Histórico	63
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	66
6.6 - Outras Informações Relevantes	67

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	68
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	72
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	73
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	74
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	77
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	78
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	79
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	80
7.8 - Políticas Socioambientais	81
7.9 - Outras Informações Relevantes	84

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários	88
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	89
8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Directamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	90

Índice

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	91
---	----

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	92
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	93
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	95
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	96
9.2 - Outras Informações Relevantes	97

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	98
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	117
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	119
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	120
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	121
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	122
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	123
10.8 - Plano de Negócios	124
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	125

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	126
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	127

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	128
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	134
12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	138
12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	140
12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	141
12.7/8 - Composição Dos Comitês	145

Índice

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	147
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	148
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	149
12.12 - Outras informações relevantes	150

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	151
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	154
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	158
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	161
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	162
13.6 - Opções em Aberto	163
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	164
13.8 - Precificação Das Ações/opções	165
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	166
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	167
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	168
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	169
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	170
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	171
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	172
13.16 - Outras Informações Relevantes	173

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	174
14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	175
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	176

Índice

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	179
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	180

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária	181
15.3 - Distribuição de Capital	185
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	186
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	187
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	198
15.7 - Principais Operações Societárias	199
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	204

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	205
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	208
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	213
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	214

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social	215
17.2 - Aumentos do Capital Social	216
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	217
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	218
17.5 - Outras Informações Relevantes	219

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações	220
18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	221
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	222

Índice

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	223
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	224
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	225
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	226
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	227
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	228
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	229
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	230
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	231
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	232

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	233
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	234
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	236

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	237
20.2 - Outras Informações Relevantes	239

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	240
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	241
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	244
21.4 - Outras Informações Relevantes	245

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Benjamin Ribeiro Quadros

Cargo do responsável

Diretor Presidente/Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores**DECLARAÇÃO**

À
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM
Rua Sete de Setembro, 111, Centro
CEP: 20050-901- Rio de Janeiro - RJ

Prezados,

Eu, **Benjamin Ribeiro Quadros**, na qualidade de Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Companhia atesto que:

- a. Revi o formulário de referência;
- b. Todas as informações contidas no documento atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos artigos 14 a 19; e
- c. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

São Paulo, 29 de maio de 2020.

BENJAMIN RIBEIRO
QUADROS:91634660
749

Assinado de forma digital por
BENJAMIN RIBEIRO
QUADROS:91634660749
Dados: 2020.05.22 11:20:04 -03'00'

BRQ SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA S.A.
Benjamin Ribeiro Quadros
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores
Tel.: (11) 2126-7029 / 2126-7020 / Fax: (11) 2126-7099
E-mail: ri@brq.com

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S/S
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Data Início	29/03/2016
Descrição do serviço contratado	Serviços de Auditoria Independente para análise das demonstrações financeiras e notas explicativas referente ao exercício social de 2016, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, contemplando o Balanço Patrimonial e as correspondentes demonstrações do resultado, das mudanças do patrimônio líquido, dos resultados abrangentes, dos fluxos de caixa e do valor adicionado da Companhia para o exercício do ano de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e normas internacionais de relatório financeiro para as demonstrações financeiras consolidadas.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total de remuneração dos auditores independentes no exercício social de 2016 será de R\$ 298.181,76 (Duzentos e noventa e oito mil, cento e oitenta e um reais e setenta e seis centavos) relativos a serviços de auditoria. Importante informar que não foi contratado nenhum outro serviço além da auditoria.
Justificativa da substituição	Não se Aplica
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se Aplica

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Claudio Camargo	29/03/2016	812.937.989-91	Av. Juscelino Kubitscheck, 1909, 1909, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (11) 25733649, Fax (11) 25734901, e-mail: claudio.camargo@br.ey.com
Emerson Pompeu Bassetti	31/12/2016	284.144.338-80	Av. Juscelino Kubitscheck, 1909, 1909, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (11) 25733249, Fax (11) 25734901, e-mail: emerson.pompeu@br.ey.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S/S
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Data Início	29/03/2017
Descrição do serviço contratado	A EY Brasi foi contratada para realizar a auditoria e emitir relatório sobre as demonstrações financeiras da BRQ Soluções em Informática S.A. para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2017.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total de remuneração dos auditores independentes no exercício social de 2017 será de R\$ 337.658,31 (Trezentos e trinta e sete mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e trinta e um centavos) relativos a serviços de auditoria. Importante informar que não foi contratado nenhum outro serviço além da auditoria.
Justificativa da substituição	Não se Aplica
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se Aplica

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Emerson Pompeu Bassetti	29/03/2017	284.144.338-80	Av. Juscelino Kubitscheck, 1909, 1909, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (11) 25733249, Fax (11) 25734901, e-mail: emerson.pompeu@br.ey.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S/S
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Data Início	29/03/2018
Descrição do serviço contratado	A EY Brasi foi contratada para realizar a auditoria e emitir relatório sobre as demonstrações financeiras da BRQ Soluções em Informática S.A. para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total de remuneração dos auditores independentes no exercício social de 2018 será de R\$ 321.760,67 (Trezentos e vinte e um mil, setecentos e sessenta reais e sessenta e sete centavos) relativos a serviços de auditoria. Importante informar que não foi contratado nenhum outro serviço além da auditoria.
Justificativa da substituição	Não se Aplica
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se Aplica

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Lázaro Angelim Serruya	29/03/2018	836.039.211-00	Av. Juscelino Kubitscheck, 1909, 1909, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (11) 25734886, Fax (11) 25734901, e-mail: lazaro.serruya@br.ey.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S/S
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Data Início	30/04/2019
Descrição do serviço contratado	A EY Brasil foi contratada para realizar a auditoria e emitir relatório sobre as demonstrações financeiras consolidadas da BRQ Soluções em informática S.A. ("BRQ" ou "Companhia") para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2019. A EY Brasil também foi contratada para fazer a revisão e emitir um relatório sobre as informações financeiras intermediárias não auditadas da Companhia em 31 de março de 2019, 30 de Junho de 2019 e 30 de Setembro de 2019
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total de remuneração dos auditores independentes no exercício social de 2019 será de R\$ 404.817,61 relativos a serviços de auditoria. Importante informar que não foi contratado nenhum outro serviço além da auditoria.
Justificativa da substituição	Não se aplica.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Lázaro Angelim Serruya	30/04/2019	836.039.211-00	Av. Juscelino Kubitscheck,, 1909, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (11) 25734886, Fax (11) 25734901, e-mail: lazaro.serruya@br.ey.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	471-5
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S/S
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25
Data Início	14/04/2020
Descrição do serviço contratado	A EY Brasil foi contratada para realizar a auditoria e emitir relatório sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BRQ Soluções em Informática S.A. para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2020. A EY Brasil também foi contratada para fazer a revisão e emitir um relatório sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas não auditadas da Companhia em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2020.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total de remuneração dos auditores independentes no exercício social de 2020 será de R\$ 421.000,00 relativos a serviços de auditoria. Importante informar que não foi contratado nenhum outro serviço além da auditoria.
Justificativa da substituição	Não se aplica
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Lázaro Angelim Serruya	14/04/2020	836.039.211-00	Av. Juscelino Kubitscheck, 1909, 1909, Itaim Bibi, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (11) 25734886, Fax (11) 25734886, e-mail: lazaro.serruya@br.ey.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0001-29
Data Início	25/03/2021
Descrição do serviço contratado	Execução de serviços de auditoria, com a finalidade de emitir relatório de auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, contemplando o balanço patrimonial individual e consolidado e as correspondentes demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa das empresas da BRQ para os exercícios a findarem-se em 31 de dezembro de 2021, 2022 e 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS). Relatório de revisão trimestral para a BRQ para os períodos a findarem-se em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2021, 2022 e 2023 de acordo com o CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total de remuneração dos auditores independentes no exercício social de 2021 será de R\$ 408.164,00 (Quatrocentos e oito mil, cento e sessenta e quatro reais) relativos a serviços de auditoria. Importante informar que não foi contratado nenhum outro serviço além da auditoria.
Justificativa da substituição	Em função do cumprimento do prazo de 5 exercícios sociais consecutivos para a prestação de serviços pela EY, nos termos do artigo 31 da ICVM 308.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não se aplica

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Catalina Satie Shikibu	01/01/2021	254.533.398-02	Edifício EZ Towers Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, Torre A, Chác. Santo Antonio, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04711-904, Telefone (11) 39406441, e-mail: cshikibu@kpmg.com.br

2.3 - Outras Informações Relevantes

A Companhia tem como política a não contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes, para preservar sua independência.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)
Patrimônio Líquido	106.917.517,14	90.295.502,94	71.502.390,59
Ativo Total	208.826.696,05	185.524.980,18	145.330.191,76
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	418.113.998,33	357.715.252,16	308.626.552,66
Resultado Bruto	129.994.734,57	95.779.073,20	59.421.809,13
Resultado Líquido	29.844.089,00	24.027.988,38	2.088.385,02
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	130.724.698	130.724.698	130.724.698
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	0,820000	0,690000	0,550000
Resultado Básico por Ação	0,228300	0,183800	0,016000
Resultado Diluído por Ação	0,23	0,18	0,02

3.2 - Medições Não Contábeis

a. Valor das medições não contábeis

(Em Reais)	Exercício Social (31/12/2017)	Exercício Social (31/12/2018)	Exercício Social (31/12/2019)
EBITDA	6.369.989,41	38.947.809,43	50.506.858,11
Margem EBITDA	2,06%	10,89%	12,08%

b. Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

(Em Reais)	Exercício Social (31/12/2017)	Exercício Social (31/12/2018)	Exercício Social (31/12/2019)
Lucro Líquido do Período	2.088.385,02	24.027.988,38	29.844.089,00
Imposto de Renda e Contribuição Social	89.985,19	11.573.518,67	14.710.975,64
Resultado Financeiro Líquido	(325.317,97)	(709.044,33)	(43.079,07)
Depreciação e Amortização	4.516.937,17	4.055.346,71	5.994.872,54
EBITDA	6.369.989,41	38.947.809,43	50.506.858,11
Receita operacional Líquida	308.626.552,66	357.715.252,16	418.113.998,33
Margem EBITDA	2,06%	10,89%	12,08%

c. Motivo pelo qual a Companhia entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações:

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527/12.

O EBITDA representa a geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais, consistindo no lucro líquido adicionado pela despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização. A margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

O EBITDA e a margem EBITDA não são medidas de lucro em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e não representam os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não é uma medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. A Companhia utiliza o EBITDA e a margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades.

3.2 - Medições Não Contábeis

Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM 527/12 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM 527/12.

Na Companhia, o EBITDA é utilizado como ferramenta para medição de desempenho e parâmetro de comparação com outras empresas, pois tem a vantagem de não ser afetado por variáveis específicas de determinados países ou regiões, como taxas de juros, regras de depreciação e diferenças tributárias. Desta forma, a utilização deste indicador permite que a Companhia analise mais do que apenas seu resultado final (lucro ou prejuízo), que muitas vezes é insuficiente para avaliar seu real desempenho por ser frequentemente influenciado por fatores além dos operacionais. No entanto, o EBITDA apresenta certas limitações, como não considerar o montante de reinvestimento necessário para a manutenção da capacidade produtiva (consumido pela depreciação), podendo transmitir uma falsa ilustração da liquidez da Companhia, assim requerendo que tal indicador seja utilizado em conjunto com outras medições contábeis para que possa ser mais bem interpretado

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

A Companhia considera que não existem outras informações relevantes além das apresentadas nos itens anteriores.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

a. Regras sobre retenção de lucros:

Do lucro líquido apurado ao fim do exercício social serão, primeiramente, deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda; 5% (cinco por cento) serão, então, aplicados na constituição da reserva legal; 25% (vinte e cinco por cento), pelo menos, para pagamento de dividendos. Havendo saldo dos resultados, o mesmo ficará à disposição da Assembleia Geral.

b. Regras sobre distribuição de dividendos:

De acordo com o Estatuto Social vigente nos exercícios sociais findos em 30/12/2017, 31/12/2018 e 30/12/2019, a distribuição de dividendos, após a provisão para pagamento de eventuais prejuízos acumulados e da provisão para o imposto sobre a renda, será pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido.

A Diretoria, ouvido o Conselho de Administração, poderá "ad referendum" da Assembleia Geral, que deliberará imediatamente, antecipar a distribuição de dividendos.

Os dividendos obrigatórios não serão pagos no exercício em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.

Finalmente, reverterão em favor da Companhia os dividendos e juros sobre o capital próprio que não forem reclamados pelos acionistas dentro do prazo de 03 (três) anos após a data em que forem colocados à sua disposição.

c. Periodicidade das distribuições de dividendos:

Após levantamento do balanço patrimonial e das demonstrações da Companhia convocar-se-á, Assembleia Geral Ordinária para discutir e deliberar sobre ditas demonstrações e para deliberar sobre a destinação do resultado e distribuição dos dividendos.

A Companhia poderá ainda, por deliberação do Conselho de Administração, mandar levantar balanço trimestral e/ou semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços.

O Conselho de Administração poderá também declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, devendo, neste caso, tais dividendos, se distribuídos, serem descontados do valor devido a título de dividendos mínimos obrigatórios.

d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais:

Não há eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável a Companhia, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

De acordo com o Estatuto Social vigente nos exercícios sociais findos em 30/12/2017, 31/12/2018 e 30/12/2019, a política de destinação da Companhia é aprovada na Assembleia Geral Ordinária onde a administração da Companhia solicita a aprovação da destinação dos resultados.

Para o ano de 2019 a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aprovou em 20/04/2020 a destinação dos resultados da Companhia.

A referida AGO/E (Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária) pode ser consultada no site de Relações com Investidores da Companhia (www.brq.com.br/ri), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017
Lucro líquido ajustado	28.395.556,54	22.857.550,81	1.992.790,77
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,250000	0,250000	0,250000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	0,265584	0,253142	0,027870
Dividendo distribuído total	6.880.528,18	5.559.579,15	1.816.290,77
Lucro líquido retido	22.963.560,82	18.468.409,23	272.094,25
Data da aprovação da retenção	13/02/2020	13/02/2019	20/02/2018

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	6.880.528,18	28/02/2020	5.559.579,15	28/02/2019	454.072,69	05/03/2018
Outros						
Ordinária					1.362.218,08	30/04/2018

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

Em 09 de junho de 2017 a Companhia aprovou a Proposta da Administração de destinação parcial do saldo existente na conta denominada “Reserva de Retenção de Lucros”, no valor de R\$ 1.500.000,00 (Hum milhão e quinhentos mil reais), para distribuição de dividendos aos acionistas na proporção de suas respectivas participações no capital social da Companhia, a serem pagos no dia 03 de julho de 2017.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2019	101.909.178,91	Índice de Endividamento	95,32000000	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2019)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		1.881.084,14	1.568.325,66	611.709,71	0,00	4.061.119,51
Empréstimo	Garantia Real		13.671.883,42	4.637.645,08	0,00	0,00	18.309.528,50
Títulos de dívida	Quirografárias		72.823.449,86	6.715.081,04	0,00	0,00	79.538.530,90
Total			88.376.417,42	12.921.051,78	611.709,71	0,00	101.909.178,91
Observação							

3.9 - Outras Informações Relevantes

A Companhia considera que não existem outras informações relevantes além das apresentadas nos itens anteriores.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa e liquidez podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer dos fatores de risco descritos a seguir.

Os riscos abaixo descritos são aqueles que conhecemos e que atualmente acreditamos que podem afetar os negócios, outros riscos adicionais não conhecidos atualmente podem também nos afetar adversamente no futuro.

a. ao emissor

01. Capacidade de contratação de mão de obra - A atividade principal da Companhia depende de um grande número de empregados e o seu sucesso depende, em grande parte, da capacidade de contratar, treinar e manter pessoal qualificado. Existe forte e contínua concorrência no setor em que a Companhia atua quanto à contratação de profissionais na área técnica. Adicionalmente, a conjuntura econômica pode influenciar a capacidade de contratação e retenção de empregados, devido ao aumento da concorrência direta ou indireta por recursos humanos. A Companhia pode não conseguir atrair, treinar e manter pessoal com as necessárias qualificações para atender aos clientes, o que poderá afetar diretamente o negócio, resultados operacionais e consequentemente a situação financeira da Companhia.

02. Capacidade de absorção do custo de mão de obra - Os salários e benefícios dos empregados da Companhia são os seus custos mais significativos. Os níveis de salário para empregados vêm aumentando nos últimos anos, em função de novas leis, acordos sindicais e outras razões, tais como concorrência de mercado, crescimento econômico do País, e maior demanda por serviços de Tecnologia. A Companhia está inserida no programa de desoneração da folha de pagamento desde nov/2011 e paga atualmente 4,5% sobre a Receita Bruta. Este programa está em discussão no Congresso Nacional com possibilidade de voltar a ser 20% sobre a folha de pagamento a partir de jan/2021. Caso a Companhia não consiga repassar os aumentos de salário aos preços, pode vir a reduzir a margem de lucro.

03. Previsibilidade da receita - Mais de 60% da receita da companhia está lastreada em contratos cujos prazos variam de 2 a 4 anos, que podem ser agrupados em 3 categorias, conforme suas características e tipos de risco:

- a. Contratos que estabelecem valor/hora de venda fixos, porém sem garantia de demanda mínima ou máxima. Variações de demanda não previstas podem gerar custos de ociosidade no caso de baixa demanda ou penalizações contratuais por não atendimento de SLAs (Service Level Agreement) no caso de alta demanda.
- b. Contratos que estabelecem preços, indexadores base para reajustes, periodicidade para reajustes e valores de demanda mensal, mas que preservam aos contratantes o direito de encerrá-los sem aviso prévio.
- c. Contratos que estabelecem preços fixos, indexadores, e periodicidades para reajustes, mas que não estabelecem níveis máximos de demanda. Em tais contratos a BRQ fica vulnerável a variações de demanda acima do planejado, com impacto em margem.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

04. Acuracidade do planejamento - A Companhia poderá não alcançar suas previsões financeiras ou poderá tomar decisões inadequadas em razão de previsões erradas, mudanças de cenários ou outros fatores. Receitas provenientes da prestação de serviços de tecnologia são de difícil previsão e podem oscilar, especialmente em tempos de instabilidade política e econômica. Erros de planejamento e orçamento tendem a prejudicar muito nossos resultados operacionais, na medida em que dificultam a gestão das equipes, com impacto direto nos índices de ociosidade, produtividade e giro de profissionais (turnover). Complementar a isto, o resultado e o patrimônio líquido podem ser afetados por mudanças que ocorrem em projetos com valor fechado. Para projetos de desenvolvimento de aplicações com preço fechado, o reconhecimento de receita é baseado no custo incorrido e em alguns casos pode haver aumento no custo causado por problemas durante a condução dos projetos. Estes projetos podem, portanto, ficar com custos maiores do que previstos e consequentemente a receita que foi reconhecida antecipada baseada no cenário de custos menores, será revertida e readequada aos novos custos.

05. Concentração da receita - A Companhia tem grande parte de sua receita proveniente dos setores financeiro e de telecomunicações, que no Brasil são relativamente concentrados num número reduzido de clientes. A receita da Companhia depende principalmente do segmento de Serviços de Tecnologia, especificamente das atividades de desenvolvimento de Aplicações e Integrações, que representa 96% do total em 2019. Caso o segmento de Serviços de Tecnologia seja afetado adversamente por perda de competitividade, mudança de tecnologia ou de gestão dos clientes, a Companhia será afetada adversamente em seu faturamento. Além disto, em 2019, 70% da receita estão concentradas em instituições financeiras, sendo que os dois principais clientes respondem por 36% deste montante, o que pode afetar de forma relevante o resultado da Companhia caso haja perda destes clientes ou quebra de algum dos contratos relevantes que temos.

06. Aquisições de Contratos e/ou Empresas Complementares - As aquisições apresentam riscos e a Companhia pode não alcançar as metas financeiras e estratégicas previstas à época da transação. A aquisição de ativos constitui elemento importante da estratégia corporativa da Companhia e ela espera continuar a adquirir empresas, produtos, serviços e tecnologias. Os riscos que a Companhia pode encontrar nessas aquisições incluem os seguintes: (i) a aquisição poderá não contribuir para a estratégia comercial da Companhia, ou pode-se pagar por ela mais do que seu valor justo; (ii) a Companhia poderá ter dificuldade em assimilar as tecnologias ou produtos adquiridos as suas linhas de produtos, não conseguindo manter padrões, controles, procedimentos e políticas uniformes; (iii) o relacionamento com os atuais e novos participantes, clientes e distribuidores poderá ficar prejudicado; (iv) o processo de diligência pode não identificar problemas técnicos, tais como questões ligadas a qualidade de produto ou estrutura dos produtos da empresa adquirida; (v) a Companhia pode enfrentar contingências no que diz respeito a responsabilidade por produto, propriedade intelectual, divulgações financeiras e práticas contábeis ou controles internos; (vi) a aquisição pode acarretar processos movidos por funcionários demitidos ou terceiros; (vii) o processo de aquisição pode sofrer contratemplos, e a atenção da administração da Companhia pode ser desviada para questões ligadas a transição ou a integração; e (viii) a Companhia pode não ser capaz de obter, em tempo hábil, autorizações de autoridades públicas nos termos das leis que disciplinem a defesa da concorrência

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além do exposto acima, o processo de integração das operações adquiridas pode não resultar nos benefícios esperados, o que poderia afetar adversamente os negócios da Companhia. Durante esse processo de integração a Companhia pode enfrentar diversos riscos, inclusive os seguintes:

- Dificuldades de integração, tais como (i) custos mais altos do que o previsto para dar continuidade à expansão da rede de canais de distribuição com qualidade e capilaridade para atender ao mercado; (ii) incapacidade de administrar maior número de funcionários, dispersados geograficamente; e (iii) incapacidade de criar e efetivamente implementar padrões, controles, procedimentos e políticas uniformes;
- Eventual incapacidade de coordenar e integrar esforços de venda e desenvolvimento de softwares para efetivamente comunicar as possibilidades de venda combinada de produtos, vender produtos de modo cruzado e gerir com êxito a venda combinada de produtos, bem como a integração das atividades de desenvolvimento realizada pelas adquiridas, falhando em maximizar as sinergias esperadas.

No mais, poderá haver outros passivos desconhecidos e não divulgados associados a aquisição e integração das operações adquiridas pela Companhia. Esses fatores poderiam causar efeito prejudicial relevante sobre os negócios da Companhia, resultados operacionais, situação financeira ou fluxos de caixa, especialmente no caso de aquisição de empresas de maior porte ou de número maior de aquisições. À medida que a Companhia emitir ações no âmbito de aquisições futuras, os acionistas existentes poderão ter suas participações diluídas, e o lucro por ação poderá diminuir.

07. Funcionários Chave - A BRQ, assim como toda empresa prestadora de serviços, é dependente de funcionários chave e de nossa capacidade de contratar e manter funcionários adicionais. Acreditamos que o nosso sucesso dependerá do serviço contínuo de nossa alta administração e de outros funcionários chave. Nossa alta administração é composta por profissionais altamente qualificados, cada um com uma média de mais de 18 anos de experiência na indústria de Tecnologia. A perda dos serviços de qualquer membro de nossa alta administração ou de outros funcionários-chave poderia afetar adversamente nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais. Nós também dependemos da capacidade da nossa alta administração e de nossos funcionários-chave de trabalhar efetivamente como uma equipe. O nosso sucesso futuro também depende da nossa capacidade de identificar, atrair, contratar, treinar, reter e motivar funcionários técnicos, de gestão, vendas e marketing altamente qualificados. A competição por esse tipo de funcionário é intensa, e nós não podemos garantir que teremos êxito em atrair, assimilar ou manter um número suficiente de funcionários qualificados. Falha na retenção e atração de funcionários técnicos, de gestão, vendas, marketing e administrativos pode afetar negativamente nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

08. Segurança de TI - Nossas medidas de segurança de TI poderão ser violadas ou comprometidas e, assim, poderemos sofrer indisponibilidades imprevisíveis de sistema de TI. Caso nossas medidas de segurança sejam inadequadas para impedir violações, ataques por vírus e invasões de rede, nossos negócios poderão ser

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

prejudicados, apropriação indevida de informações proprietárias da Companhia e/ou de seus clientes, ou provocar interrupções nos serviços ou operações da Companhia, bem como de seus clientes. Poderemos ser obrigados a investir recursos financeiros significativos para nos proteger de ameaças de quebra de segurança e assim prevenir indisponibilidades de nossos Sistemas internos de TI, ou de seus clientes de modo geral por outras razões, o que pode afetar seus negócios e suas receitas.

09. Crescimento - Poderemos não ser capazes de administrar nosso crescimento de forma efetiva e manter controles internos efetivos, o que poderá ter um efeito negativo relevante sobre nossos negócios, resultados operacionais e situação financeira. A Companhia espera manter altas taxas de crescimento e expansão de suas atividades. Para suportá-las, a Companhia contratou consultorias e com base em cujas recomendações está implementando novos sistemas de controle financeiro e aprimorando seus processos de gestão. Caso não ocorra a implementação de tais sistemas, ou venha-se a ter problemas para operá-los de forma adequada ou em tempo hábil, a Companhia pode ter dificuldades de operar seus negócios de forma rentável. Não se pode garantir que a implantação desses sistemas de controles, mesmo se bem-sucedidos, aumentará de alguma forma a lucratividade da Companhia.

10. Processos Administrativos e Judiciais - A Companhia pode ficar sujeita a resultados desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos que poderão afetar negativamente os seus resultados e situação financeira. Decisões desfavoráveis em ações das quais a Companhia é parte passiva poderão afetar seus resultados. A Companhia possui demandas de natureza trabalhista em razão do grande volume de profissionais que contrata, apesar do volume de novas ações ter reduzido + 80% pós reforma trabalhista, infelizmente a legislação não acompanha, lado a lado, as transformações das relações de prestação de serviço, diante das exigências dos contratantes por soluções mais céleres, sem se falar na proteção dada pelo judiciário trabalhista ao caráter de hipossuficiente do trabalhador brasileiro. A Companhia também possui demandas de natureza Tributária Municipal (ISS) e Federal (PIS, COFINS, INSS, IR etc.) onde são questionados os valores apurados que estão sendo discutidos nas esferas administrativas e judiciais.

11. Contratos com Clientes - Nossos contratos são, em sua maioria, sofisticados em sua redação e complexos em sua estrutura. Resultam de um longo ciclo de venda durante o qual é fundamental haver correto entendimento das necessidades dos clientes e definição precisa do escopo dos trabalhos a serem desenvolvidos. Eventuais falhas de entendimento ou definição de escopo, bem como eventuais problemas na gestão das pessoas e/ou recursos necessários para sua execução, seja por fatores internos à Companhia, seja por fatores relacionados aos clientes ou ao ambiente em que são desenvolvidos, podem resultar em expressiva redução de rentabilidade.

12. Infraestrutura - Podemos enfrentar potenciais falhas de Infraestrutura na sede da Companhia, e seus centros de processamento de dados. Os sistemas de informação e centrais de atendimento estão sujeitos a interrupções imprevisíveis em seu funcionamento, além do controle da Companhia, em decorrência de catástrofes, desastres naturais, eclosão de doenças contagiosas e suspensão no fornecimento de energia elétrica. Se alguma de nossas instalações for afetada por um ou mais de tais eventos ou similares, isso poderá interromper as operações,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

retardar a prestação de serviços e postergar o aferimento de receitas, resultando na interrupção das atividades, o que poderá afetar significativamente as operações e receitas da Companhia.

13. Replicabilidade do modelo de negócios pela concorrência - A Companhia depende tanto de capital humano quanto tecnologia que se adapte à estrutura do cliente. Este modelo pode ser replicado pelos concorrentes, visto que são negócios baseados em sistemas e gerenciados por consultores, que podem vir a ser contratados pela concorrência.

14. Política de gerenciamento de riscos - A Companhia monitora os principais riscos aqui elencados, mas não tem uma política formalmente definida para tratá-los, o que pode afetar seus negócios, sua situação financeira e os resultados de suas operações de forma adversa. Já temos o Comitê de Auditoria e Riscos implantado na BRQ com objetivo de implantar uma política de gerenciamento de riscos.

15. Capacidade de desenvolver novos produtos e serviços, integrar os produtos e serviços adquiridos, aperfeiçoar seus produtos e serviços existentes e acompanhar a evolução tecnológica - O mercado em que a Companhia atua caracteriza-se por constantes avanços tecnológicos, evolução dos padrões de equipamentos de computação, desenvolvimento de softwares e da infraestrutura de comunicações, necessidades dos clientes cada vez mais complexas e introduções de frequentes melhorias a novos produtos. Caso a Companhia deixe de prever e de desenvolver melhorias acompanhando a evolução tecnológica, de aperfeiçoar e incrementar seus produtos e serviços em tempo hábil, ou de posicionar ou precificar seus produtos e serviços de modo a atender a demanda do mercado, os clientes da Companhia poderão deixar de adquirir serviços ou a Companhia poderá perder sua competitividade no que diz respeito a manter seus clientes ou atrair novos clientes.

16. Estratégia de Negócios - Poderemos não conseguir executar integralmente nossa estratégia de negócios. A capacidade de implementar nossa estratégia de negócio depende de uma série de fatores, incluindo a habilidade de (i) captar novos clientes e reter clientes existentes; (ii) adquirir novas empresas e/ou ativos tanto no Brasil como no exterior; (iii) financiar investimentos; (iv) estabelecer e manter parcerias; (v) contratar e reter mão de obra capacitada; e (vi) aumentar a capacidade de atuação em mercados existentes e expandir para novos mercados. O não atingimento de quaisquer desses fatores, seja originado por dificuldades competitivas ou de custo, poderá limitar nossa capacidade de executar integralmente nossa estratégia de negócio, afetando negativamente nossos resultados.

17. Pandemias, Guerras e Colapsos Ambientais - A economia de um país ou mundial pode ser afetada por eventos de força maior como por exemplo Guerras, Pandemias e Colapsos ambientais.

A mais recente pandemia em nossa história é a de COVID-19, uma doença causada por um novo coronavírus, conhecido como SARS-CoV-2. Essa pandemia foi declarada, pela Organização Mundial de Saúde, em 11 de março de 2020, sendo que os primeiros casos da doença foram relatados no final do ano de 2019. Até o dia 29 de março de 2020, haviam sido confirmados, no mundo, 634.835 casos e 29.957 mortes. No Brasil, haviam sido confirmados 4.256 casos e 136 mortes até a tarde da mesma data.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A pandemia de coronavírus vai levar a economia mundial a registrar em 2020 o pior desempenho desde a Grande Depressão de 1929, segundo relatório divulgado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) nesta terça-feira (14). O órgão passou a estimar que o Produto Interno Bruto (PIB) global deve recuar 3% - a previsão anterior era de alta de 3,3%.

b. a seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

01. Interesses dos acionistas controladores - Os acionistas controladores, na qualidade de detentores da maioria do capital social da Companhia, têm poderes para decidir grande parte das questões sujeitas à aprovação de todos os acionistas, incluindo eleição dos administradores, distribuição e pagamento de dividendos, além de outros assuntos operacionais e administrativos (ressalvadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações, que garante certas proteções e direitos aos acionistas minoritários). Dado este nível de controle sobre nossa Companhia, poderão surgir circunstâncias em que os interesses da Netstrategy estarão em conflito com os interesses dos demais acionistas, podendo afetar nossos negócios de maneira adversa.

02. Aprovação de Matérias - A aprovação de certas matérias pelo conselho de administração e pelos acionistas está sujeita à prévia aprovação por parte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio da BNDES Participações S.A. (BNDESPAR). O Acordo de Acionistas exige que os Acionistas Controladores obtenham anuência da BNDESPAR para alienar ou onerar sua participação na Companhia, bem como aprovar (i) alteração de disposições do Estatuto Social da Companhia; (ii) aumento do capital social da Companhia, criação de uma nova classe de ações ainda que menos favorecida do que aquela detida pela BNDESPAR, e mudança nas características das ações existentes; (iii) redução do capital social da Companhia; (iv) mudança do objeto social da Companhia; (v) redução do dividendo obrigatório ou distribuição de dividendos em montante diverso do previsto no Estatuto da Companhia, pagamento de juros sobre capital próprio ou retenção de lucro; (vi) emissão de valores mobiliários como: debêntures conversíveis em ações, bônus de subscrição, partes beneficiárias e opções para compra de ações; grupamento ou desdobramento (split) do número de ações de emissão da Companhia; (vii) constituição de reservas, fundos ou provisões contábeis com repercussões nos diretos e interesses dos acionistas minoritários, desde que tais reservas, fundos ou provisões não estejam previstos no Estatuto Social da Companhia; (viii) cessação do estado de liquidação da Companhia; (ix) operações de fusão, incorporação, cisão ou transformação em que a Companhia ou qualquer sociedade controlada ou coligada seja parte; (x) liquidação ou dissolução; (xi) celebração pela Acionista Controladora de acordo de acionista com outros acionistas da Companhia que não a BNDESPAR; (xii) recompra pela Companhia de ações de sua emissão; (xiii) fixação nos aumentos de capital social realizado na Companhia até a abertura de seu capital social de preço de ações inferior àquele pago pela BNDESPAR, remunerado pela TJLP, calculado pro rata temporis, desde a data de subscrição até data de deliberação do aumento. A Acionista Controladora deve ainda submeter à avaliação prévia da BNDESPAR a fixação de remuneração e participação dos administradores nos lucros da Companhia. Além disso, fica a Acionista Controladora obrigada a eleger, mediante solicitação expressa da BNDESPAR, membro por este indicado para integrar, durante a vigência do Acordo de Acionistas, o Conselho de Administração da Companhia, com mandato unificado não superior a 2 (dois) anos, permitida a

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

reeleição e instalar, mediante solicitação expressa da BNDESPAR, Conselho Fiscal e eleger um membro indicado pela BNDESPAR para compô-lo.

Essas exigências e restrições podem vir a impactar o rumo da administração da Companhia e, ainda que adotadas no melhor interesse da Companhia, podem ser conflitantes com os interesses dos demais investidores.

c. a seus acionistas

01. Liquidez - Um mercado líquido para nossas ações poderá não se desenvolver, fazendo com que nossos acionistas possam enfrentar dificuldades para venderem as ações emitidas por nós ao preço e na ocasião em que desejarem. A Companhia é listada no Bovespa Mais, segmento especial de listagem do mercado de bolsa administrado pela B3 para empresas de pequeno e médio porte, significativamente menos líquido do que os demais segmentos de listagem do mercado de bolsa administrados pela B3. Assim, a Companhia não pode garantir que as negociações de suas ações no Bovespa Mais vão se desenvolver de modo satisfatório. Além disso, a Companhia não pode garantir que esse mercado se desenvolverá no futuro. Caso isso aconteça, os acionistas podem enfrentar dificuldades para negociar suas ações ao preço e na ocasião em que desejarem.

02. Valorização - O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários internacionais, o que pode limitar substancialmente a capacidade dos detentores de ações de vendê-las ao preço e na ocasião em que desejarem fazê-lo e, consequentemente, poderão vir a afetar negativamente o preço de mercado das ações da Companhia.

03. Diluição - A Companhia poderá precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar em uma diluição da participação dos investidores no capital social da Companhia. A participação dos acionistas da Companhia poderá ser diluída caso a Companhia opte por captar recursos por meio da emissão de novas ações e caso opções de compra sobre as ações da Companhia sejam exercidas. Poderemos captar recursos por meio da emissão pública ou privada de novas ações com o objetivo de dar continuidade ao plano de crescimento da Companhia ou por outras razões atualmente desconhecidas. Caso o preço dessas ações exceda o valor contábil, os acionistas que subscreverem nossas ações poderão sofrer a diluição do valor patrimonial de seu investimento.

04. Dividendos - Os acionistas da Companhia podem não receber quaisquer dividendos ou juros sobre o capital próprio. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a Companhia deve pagar aos acionistas, no mínimo, 25,0% do lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição seria incompatível com a sua situação financeira.

d. a suas controladas e coligadas

A Companhia tem subsidiária nos EUA, mercado cuja dinâmica competitiva e ambiente econômico, social e regulatório são bem diferentes do Brasil. Com exceção destes riscos, a Companhia acredita que os demais não diferem fundamentalmente dos riscos a ela relacionados.

e. a seus fornecedores

01. **Tecnologia** - Dependemos de tecnologias de terceiros, às quais podemos deixar de ter acesso ou ter acesso em condições não satisfatórias, o que poderá afetar adversamente nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira. Para prestar os seus serviços a Companhia depende, em parte, da tecnologia de terceiros de forma não exclusiva. Como resultado da estratégia de parceria com outras empresas para o desenvolvimento de serviços, a Companhia pode se tornar mais dependente da tecnologia fornecida por terceiros. Tais tecnologias podem ser revogadas ou não serem renovadas, e a Companhia pode não conseguir as licenças necessárias para o desenvolvimento de serviços futuros. Quaisquer erros, atrasos ou omissões que tivermos em relação à tecnologia de terceiros, podem impactar negativamente os negócios, bem como prejudicar o relacionamento comercial com os clientes.

02. **Serviços de Terceiros** - A Companhia está sujeita a eventuais contingências decorrentes da contratação de prestadores de serviços, que poderão ter um efeito adverso sobre os seus negócios, sua situação financeira e seus resultados operacionais. A Companhia está exposta a eventuais contingências decorrentes da estrutura de contratação de terceiros prestadores de serviços. Essas prováveis contingências podem envolver reivindicações por empregados de prestadores de serviços terceirizados diretamente contra a Companhia, como se esta fosse o empregador direto de tais empregados, bem como reivindicações contra a Companhia por responsabilidade subsidiária, inclusive decorrente de acidente de trabalho, necessidade de equiparação salarial e pagamento de horas extras. Se parcela significativa dessa contingência se materializar e tiver resultado desfavorável à Companhia, esta terá um passivo para o qual não constituiu provisões e que pode causar um efeito adverso relevante em seus negócios, na sua condição financeira e operacional. Ainda, caso a contratação de terceiros para determinadas atividades venha a ser considerada ilegal por envolver atividade fim da Companhia, pode haver caracterização de vínculo empregatício diretamente entre o trabalhador terceirizado e a Companhia, o que acarretaria em um aumento significativo de custos, bem como sujeitaria a Companhia a eventuais procedimentos administrativos por partes das autoridades competentes e eventual imposição de pagamento de multas aos terceiros prestadores de serviços.

f. a seus clientes

01. **Inadimplência** - A inadimplência na nossa carteira de recebíveis pode impactar negativamente o ciclo financeiro. A Companhia pode sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes. Em caso de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

inadimplência recorrente de um ou mais clientes relevantes ou de um ou mais grupos de clientes, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso em seus negócios, situação financeira, resultados operacionais e fluxos de caixa.

02. Concentração - Nosso principal mercado mostra tendência de concentração de demanda em poucos e grandes fornecedores globais. A base de clientes da Companhia é composta por empresas e instituições financeiras nacionais e internacionais de grande porte. Estes clientes têm, em sua maioria, presença global ou no mínimo regional na América Latina. Observa-se no mercado que empresas globalizadas tendem a concentrar sua demanda de serviços de TI em um número limitado de fornecedores regionais ou globais. A Companhia poderá sofrer efeitos adversos caso seja excluída da base de fornecedores de alguns de seus clientes.

3. Competição - O mercado de software e serviços para empresas e instituições financeiras é altamente competitivo, podendo ser difícil, ou até mesmo sermos incapazes, de competir com sucesso nesse mercado. A concorrência no mercado brasileiro de serviços de TI é extremamente fragmentada, sendo formada por pequenas e médias empresas. Os fornecedores geralmente operam com escopo reduzido de atuação, focando em nichos específicos (por exemplo, câmbio, crédito, fundos, tesouraria, etc.). Além disso, há um pequeno número de concorrentes globais que geralmente operam com escopo amplo de atuação, fornecendo uma ampla gama de softwares e serviços. O mercado de software e serviços para as empresas e instituições financeiras é altamente competitivo, e poderá se tornar ainda mais competitivo caso a entrada de um maior número de fornecedores globais se concretize. Adicionalmente, poderemos ser incapazes de competir com sucesso nesse mercado. Alguns dos nossos concorrentes atuais ou potenciais possuem recursos financeiros, comerciais, técnicos e administrativos significativamente maiores ou melhores do que os nossos, reduzindo nossa capacidade de competição em determinadas situações.

g. aos setores da economia nos quais o emissor atue

01. Demanda - Queda na demanda por serviços terceirizados de TI. A maior parte dos clientes da Companhia se concentra nos setores de serviços financeiros e de telecomunicações. O sucesso do negócio da Companhia depende da demanda continuada por serviços terceirizados de TI nesses setores. Os clientes da Companhia podem reduzir gastos com serviços de TI ou deixar de terceirizar parte ou todas as suas atividades, o que pode afetar negativamente os resultados da Companhia. Nossos principais clientes têm ou podem desenvolver capacitação técnica e suporte tecnológico para suprir internamente suas necessidades relativas aos processos que hoje contratam da Companhia. Ademais, pode não haver renovação dos contratos. No vencimento dos contratos, os clientes podem reavaliar seu relacionamento seguindo tendências do setor, deixando de renová-los e, eventualmente, optar por desenvolver seus próprios serviços. A eventual redução na demanda pelos serviços que a Companhia oferece poderá afetar negativamente seus resultados operacionais e sua situação financeira.

02. Evolução Tecnológica - A rápida evolução tecnológica é um risco permanente do mercado em que atuamos. A rápida evolução tecnológica no setor de TI é um risco permanente nos mercados em que a Companhia atua. Os padrões tecnológicos estão sujeitos a rápida evolução, de forma que a Companhia não pode garantir que os

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

padrões com base nos quais optou por desenvolver novos serviços permitirão competir de forma eficiente para a exploração de oportunidades comerciais nos mercados em que atua. A adaptação às mudanças tecnológicas pode envolver investimentos substanciais, podendo afetar os resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

03. Concorrência - A Companhia compete com algumas das maiores empresas mundiais de TI. Por possuírem mais recursos financeiros, de marketing, tecnológicos e outros, além de maior e mais diversificada base de clientes do que a Companhia, essas empresas têm capacidade de expandir suas ofertas de serviço e concorrer de forma mais efetiva por clientes e funcionários. Mudanças tecnológicas ou nos rumos de terceirização podem contribuir para o fortalecimento desses concorrentes ou surgimento de novos.

h. à regulação dos setores em que o emissor atue

01. Incentivos Fiscais - Em 01/12/2015 a Lei Ordinária 13161/2015 reviu a política de desoneração da folha de pagamento e estabeleceu que as empresas que pagam uma alíquota de 2% da receita bruta desde dez/2011 ao INSS passarão a contribuir com 4,5% sobre a receita da companhia. Para alguns clientes já conseguimos repassar o aumento desta alíquota. Em 2017 o governo editou MP para cancelar a política de desoneração a partir de Julho/2017 mas a mesma perdeu a validade ainda em 2017 sem aplicação prática. O setor de TI está trabalhando fortemente para manter os serviços de TI dentro da regra da desoneração que foi mantida para alguns setores, mas ainda não há uma definição sobre este assunto no Congresso Nacional. É possível que a Companhia não consiga repassar os aumentos dessa alíquota para os preços de seus serviços em todos clientes, caso a mesma entre em vigor, o que pode vir a reduzir a margem de lucro da Companhia.

02. Novas Leis - A imposição de leis, proibindo ou restringindo as atividades de terceirização de processos de negócios e serviços, pode afetar adversamente as operações e receitas da Companhia. No Brasil, a terceirização de processos de negócios não é uma atividade regulada. A falta de regulamentação resultou em discussões trabalhistas sobre vínculo empregatício entre os empregados das empresas terceirizadas com os contratantes dos serviços. A Súmula nº 331 do TST consolidou o entendimento jurisprudencial para considerar válida a terceirização de atividades quando se trata de serviços especializados, ligados à atividade-meio da empresa tomadora, devendo a prestação dos serviços ocorrer sem a existência de pessoalidade e subordinação. Além disso, ainda que se trate de terceirização regular (de acordo com a Súmula nº 331, do TST), a empresa tomadora de serviços é considerada responsável subsidiária pelos débitos trabalhistas não quitados pela empresa prestadora com relação aos seus empregados. Neste aspecto, se forem promulgadas novas leis que proíbam, restrinjam ou dificultem a terceirização de serviços por clientes da Companhia, seus negócios serão adversamente afetados.

03. Políticas do Governo Federal - As ações do Governo Federal para controlar a inflação e colocar em prática outras políticas, envolveram no passado, entre outras, aumentos nas taxas de juros, mudanças na política fiscal, controle de preços, desvalorização da moeda, controles no fluxo de capital e limitações sobre as mercadorias e os serviços importados, a adoção de qualquer dessas medidas e de outras não definidas, podem afetar a Companhia e o valor de mercado de suas ações. A Companhia não tem controle e não pode prever quais medidas ou políticas

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

o Governo Federal poderá adotar no futuro. Os negócios, condição financeira e resultados das operações da Companhia, bem como o valor de mercado das ações da Companhia, podem ser adversamente afetados em razão de mudanças na política pública em nível federal, estadual e municipal. A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiros e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras. Da mesma forma, a moeda brasileira sofreu desvalorizações em relação ao Dólar e a outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinhas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas. As desvalorizações do Real em relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como o resultado das operações da Companhia, além de restringir o acesso aos mercados financeiros internacionais e determinar intervenções governamentais, inclusive por meio de políticas recessivas.

i. aos países estrangeiros onde o emissor atue

A Companhia tem subsidiária em Nova York, sendo que 8,0% da receita líquida consolidada vem desta operação. O principal risco que a Companhia percebe neste mercado é o nível de concorrência. O mercado americano é o mais competitivo do mundo. A concorrência, especialmente de empresas indianas ou com base operacional na Índia, onde o setor de TI é um dos mais desenvolvidos e incentivados do mundo, é intensa. Nossa estratégia está baseada na capacidade de identificar nichos específicos de mercado e de identificar profissionais especializados para estes nichos. Caso percais esta capacidade, teremos dificuldade em manter nossa posição.

j. a questões socioambientais

A Política de Código de Conduta (documento que orienta os princípios e valores de conduta para os seus colaboradores) é divulgada a todos os colaboradores e está disponível de fácil acesso para eventual consulta.

Como Ética e Respeito ao Ser Humano são alguns dos valores principais da BRQ, em nosso processo de recrutamento e seleção, não é permitido a distinção aos aspectos pessoais relacionados na pergunta em questão. A BRQ cumpre e garante todos os direitos de seus colaboradores.

A biodiversidade é responsável pelo equilíbrio do planeta e, portanto, está ligada ao nosso comprometimento para ser preservada.

Com o meio ambiente degradado a economia não se desenvolve a longo prazo e o futuro fica insustentável, pensando nisto a BRQ busca contribuir com a questão ambiental adotando medidas preventivas e corretivas.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Os procedimentos adotados visam obter o menor impacto ambiental possível.

Com a finalidade de preservar o meio ambiente para não comprometer os recursos naturais das gerações futuras, foram criadas ações para utilização consciente de recursos como energia elétrica, água e papel, na contratação de fornecedores de equipamentos e produtos que compartilhem essa consciência ambiental e no descarte de materiais por meio de coleta seletiva.

Adotamos uma política quanto à utilização somente de papel produzidos através de florestas 100% plantadas e renováveis (Certificada pela CERFLOR - regulamentada pelo INMETRO), além de realizar constantemente campanhas de redução de impressões uma vez que muitas destas são desnecessárias.

Acreditamos que preservando nossas florestas, ao orientar e desenvolver ações que incentivam o uso correto de papel, hoje uma fonte importante de consumo para o nosso ramo de negócios, estamos contribuindo para a redução de emissões de gases de efeito estufa.

A coleta de lixo seletiva e descarte estruturado de equipamentos depreciados garantem o controle, o armazenamento e a disposição final dos resíduos gerados.

A BRQ realiza campanhas através de e-mails, mural e instruções para o uso consciente da utilização de água e energia.

A BRQ possui um sistema de tratamento diferenciado para o descarte de pilhas. Através de campanhas incentiva seus colaboradores a fazerem o descarte deste produto em local apropriado na BRQ.

Realizamos em todo nosso parque de impressão a troca por equipamentos que evitam o desperdício de papel contribuindo significativamente com a questão de proteção às florestas.

O novo parque de impressão, instalado na BRQ, permite emitir relatórios sobre emissões de carbono e com base nessa experiência estão sendo planejadas ações para se medir esse impacto nos demais equipamentos utilizados.

A BRQ possui metas estabelecidas de redução de consumo de energia elétrica e ações em andamento nesse sentido.

Além destes, a BRQ participa de iniciativas e compromissos voluntários para sustentabilidade, através de projetos sociais, os quais são tratados internamente pela Alta Direção. Para exemplificar, podemos citar nosso compromisso com a Fundação ABRINQ - Empresa amiga da criança.

A BRQ segue os programas de inclusão de diversidade do Governo, como o de PCD (Pessoas com Deficiência) e Menor Aprendiz.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A BRQ possui metas estabelecidas de redução de consumo de energia elétrica e ações em andamento nesse sentido: troca de todos equipamentos de ar condicionados antigos por novos com consumo reduzido, utilização de lâmpadas Led e Fluorescentes, otimização no uso de equipamentos de TI entre outros.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

A **BRQ** mantém operações com instrumentos financeiros que são administrados por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A **BRQ** não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e, portanto, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas.

As operações estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos e instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado.

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A Companhia está exposta ao risco da variação das taxas do Certificado de Depósito Interfinanceiro (“CDI”) e de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) para suas operações de aplicações financeiras e empréstimos e, dessa forma, seu resultado financeiro pode sofrer variação em decorrência da oscilação da variação desses indexadores financeiros. O Grupo gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre aplicações financeiras e empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis.

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A Companhia está exposta as oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos, para as operações de compra de software, valores a receber e investimentos em controladas no exterior; a fim de mitigar esses riscos a Companhia avalia permanentemente as oscilações das taxas de câmbio.

A Companhia entende que a exposição a este risco é baixa considerando que os valores envolvidos não são relevantes.

Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2019, os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação da TJLP, para os empréstimos com partes relacionadas, junto ao BNDES e CDI para empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras e empréstimos, foram definidos três cenários diferentes; com base em projeções divulgadas pelo departamento de pesquisas e estudo

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

econômicos (“DEPEC”) do Bradesco, foi obtida a projeção do CDI e TJPL para os próximos 12 meses e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita e despesa financeira bruta” não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2019, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI e TJPL em cada cenário.

Fator de risco	CDI	TJLP	Controladora e Consolidado				
			Valores expostos em 31/12/2019	-50%	-25%	Cenário provável	25%
Aplicações financeiras	CDI	64.437	1.783	2.139	2.674	3.343	4.011
Impacto líquido		-	1.783	2.139	2.674	3.343	4.011
Empréstimos - partes relacionadas	TJLP	7.886	(275)	(330)	(412)	(515)	(618)
Empréstimos e financiamentos	CDI	9.255	(256)	(307)	(384)	(480)	(576)
Impacto líquido		-	(275)	(330)	(412)	(515)	(618)
Taxas consideradas	CDI	-	2,77%	3,32%	4,15%	5,19%	6,23%
Taxas consideradas	TJLP	-	3,48%	4,18%	5,22%	6,53%	7,84%

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros.

A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais decorrentes da atividade que exerce e dentro dos parâmetros esperados. Tais processos dizem respeito, principalmente, a demandas de natureza tributária, trabalhista e cível.

As provisões da Companhia são registradas com base na posição de seus assessores jurídicos e na análise individual de cada contingência e cada ação é classificada de acordo com sua probabilidade de perda.

Para as contingências passivas cuja perda é considerada como provável na posição de 31.12.2019, os valores foram integralmente provisionados, no montante de R\$ 2.245.000,00 referente a 10 processos trabalhistas.

Para as contingências passivas cuja perda é considerada como provável na posição de 30.04.2019, os valores foram integralmente provisionados, no montante de R\$ 2.735.000,00 referente a 08 processos trabalhistas.

1) Contingências Trabalhistas

Até 31/12/2019, a Companhia figurava como parte em 170 (cento e setenta) reclamações trabalhistas, o que equivale a 9% (nove por cento) do total do número de funcionários com contratos vigentes em tal período.

Referidas ações trabalhistas, de maneira geral, versam sobre horas extras, adicional noturno, diferenças salariais decorrentes da incorporação de PPR, danos morais, diferenças de verbas rescisórias, reconhecimentos de vínculo com empresas tomadoras dos serviços prestados pela Companhia entre outros.

Ainda que não atenda ao critério de relevância, entende-se cabível o reporte de todas as ações em face da Companhia, por se tratar de processos de maior, menor ou nenhum risco ao patrimônio financeiro da Companhia.

Das 170 (cento e setenta) ações trabalhistas destacadas, 111 (cento e onze) possuem pedidos indiretos (condenação subsidiária ou solidária) e 58 (cinquenta e oito) possuem pedido expresso e direto em face da BRQ. Quanto ao mérito, as pretensões versam sobre reconhecimento do vínculo empregatício, incorporação do PPR, horas extras, equiparação salarial, adicional periculosidade, etc.

Os casos avaliados como “prováveis” são contingenciados pelo valor total fixado para a condenação ou expectativa de valor, por cálculos internos, do “quantum debeatur”.

Os casos trabalhistas mais relevantes classificados como possíveis ou prováveis estão citados no item 5 a seguir.

2) Contingências Tributárias

A Companhia, na data base de 31/12/2018, é parte em 19 (dezenove) processos judiciais/administrativos, que versam sobre matéria tributária e fiscal, sendo 15 (quinze) como autora e 9 (nove) como réu. Nos processos onde a BRQ figura como devedora / autuada são classificados pelos assessores jurídicos como possíveis ou remotos.

Os casos tributários mais relevantes classificados como possíveis estão citados no item 5 abaixo.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

3) Contingências Cíveis

A Companhia é parte integrante do polo passivo de 6 (seis) processos cíveis. O caso cível mais relevante está citado no item 5 abaixo.

4) Detalhamento das Contingências

Conforme destacado, todos os casos prováveis estão provisionados.

5) Processo relevantes

Processo 1)

Processo nº [0002815-74.2014.5.02.0041]	
a. Juízo:	41º VT/SP
b. Instância:	3^a
c. Data de Instauração:	04/12/2014
d. Partes no Processo	AUTOR: J. R. A. RÉU: BRQ e I. U.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 200.000,00
f. Principais fatos:	Reconhecimento de vínculo do período em laborou como "PJ"; Adicional de Evolução Salarial; Integração de PPR; Dif. Salariais por supressão; férias não gozadas; licença não remunerada; danos morais; multas normativas e honorários advocatícios.
g. Chance de Perda é:	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Impacto Financeiro

Processo 2)

Processo nº [1001461-44.2017.5.02.0056]	
a. Juízo:	56º VT/SP
b. Instância:	1^a
c. Data de Instauração:	21/08/2017
d. Partes no Processo	AUTOR: F. P. G.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	RÉU: BRQ e B.C.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 100.000,00
f. Principais fatos:	Reconhecimento de vínculo do período em laborou como "PJ"; reversão da dispensa por justa causa; verbas rescisórias, equiparação salarial, indenização por danos morais, justiça gratuita e honorários advocatícios.
g. Chance de Perda é:	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Impacto Financeiro

Processo 3)

Processo nº [0010628-59.2014.5.01.0081]	
a. Juízo:	81º VT/RJ
b. Instância:	3º
c. Data de Instauração:	13/11/2014
d. Partes no Processo	AUTOR: J.G.S.T.J. RÉ: BRQ
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 600.000,00
f. Principais fatos:	Reconhecimento de vínculo do período em laborou como "PJ"; férias em dobro; aplicação de cláusulas da CCT; Horas extras + sobreaviso + reflexos; multas do 477 e 467 CLT e CCT.
g. Chance de Perda é:	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Impacto Financeiro

Processo 4)

Processo nº [0001771-30.212.5.01.0037]	
a. Juízo:	37º VT/RJ
b. Instância:	2º
c. Data de Instauração:	19/12/2012
d. Partes no Processo	AUTOR: M. J. O. R

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	RÉ: BRQ
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 500.000,00
f. Principais fatos:	Reconhecimento de vínculo do período em laborou como "PJ"; férias em dobro; aplicação de cláusulas da CCT; Horas extras + sobreaviso + reflexos; multas do 477 e 467 CLT e CCT.
g. Chance de Perda é:	Provável
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Impacto Financeiro

Processo 5)

Processo nº DEBCAD 51.061.656-9	
a. Juízo:	Receita Federal / INSS
b. Instância:	Fase Administrativa
c. Data de Instauração:	07/12/2014
d. Partes no Processo	AUTORA: Receita Federal do Brasil RÉ: BRQ
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 59.608.613,43
f. Principais fatos:	Auto de Infração e Defesa Administrativa
g. Chance de Perda é:	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Impacto Financeiro

Processo 6)

Processo nº DEBCAD 51.061.655-0	
a. Juízo:	Receita Federal / INSS
b. Instância:	Fase Administrativa
c. Data de Instauração:	07/12/2014
d. Partes no Processo	AUTORA: Receita Federal do Brasil RÉ: BRQ

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	Mesmo valor declarado no processo 5.
f. Principais fatos:	Auto de Infração e Defesa Administrativa
g. Chance de Perda é:	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Impacto Financeiro

Processo 7)

Processo nº 04/354.437/2015	
a. Juízo:	Secretaria Municipal de Fazenda do RJ / ISS
b. Instância:	Fase Administrativa
c. Data de Instauração:	28/08/2015
d. Partes no Processo	AUTORA: Secretaria Municipal de Fazenda do RJ RÉ: BRQ
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 63.606.291,82
f. Principais fatos:	Auto de Infração e Defesa Administrativa
g. Chance de Perda é:	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Impacto Financeiro

Processo 9)

Processo nº 1017917-05.2018.4.01.3400	
a. Juízo:	6ª VF/SJDF
b. Instância:	1ª
c. Data de Instauração:	31/08/2018
d. Partes no Processo	AUTORA: BRQ RÉ: C.E.F.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 2.069.789,34
f. Principais fatos:	Ação declaratória de nulidade de ato administrativo pelo procedimento comum com pedido de tutela provisória de urgência proposta

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

	pela BRQ que pretende a declaração de nulidade dos atos administrativos, consubstanciados nos ofícios nºs 170156/2018 e 170157/2018, bem como as penalidades aplicadas, consubstanciadas nas indenizações de R\$ 49.016,50 e R\$ 2.009.773,24.
g. Chance de Perda é:	Remoto
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Impacto Financeiro

Processo 10)

Processo nº 5004177-65.2018.4.03.6144	
a. Juízo:	1ª VF de Barueri
b. Instância:	1ª
c. Data de Instauração:	08/11/2018
d. Partes no Processo	AUTORA: BRQ RÉ: U.F. – F.N.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ R\$ 214.560,00
f. Principais fatos:	Ação onde a BRQ requer a concessão de tutela provisória de urgência, por meio de que este Juízo lhe reconheça o direito ao recolhimento da contribuição previdenciária sobre a receita bruta (CPRB) sem a inclusão do valor do imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) em sua base de cálculo.
g. Chance de Perda é:	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Impacto Financeiro

Processo 11)

Processo nº 04/354.230/2007	
a. Juízo:	Secretaria Municipal de Fazenda do RJ / ISS
b. Instância:	2ª
c. Data de Instauração:	07/12/2007
d. Partes no Processo	AUTORA: Secretaria Municipal de Fazenda do RJ RÉ: BRQ

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

e. Valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 3.626.330,00
f. Principais fatos:	Cobrança de supostos débitos de ISS do período de 08/2005 a 07/2007.
g. Chance de Perda é:	Remoto
h. Análise do impacto em caso de perda do processo:	Impacto Financeiro

4.3.1. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3

O valor provisionado é decorrente aos casos avaliados como “prováveis” e corresponde a importância de R\$ 2.245.000,00 para a posição de 31.12.2019 e R\$ 2.735.000,00 para a posição de 30.04.2020.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

A Companhia não figura como parte em processos de qualquer natureza cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da companhia ou de suas controladas

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

Até a presente data não há processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados nos itens anteriores.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

Na data base de 31/12/2019, não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes para a Companhia.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Não há outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores desta seção 4.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não é emissora estrangeira e não possui valores mobiliários custodiados no exterior.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração em 09.05.2019.

A Companhia buscando proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa, de forma negativa, impactar o atingimento de objetivos traçados pela alta administração, criou um Comitê de Auditoria e Risco aprovado pelo Conselho de Administração em 27/03/2018.

- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

- i. riscos para os quais se busca proteção

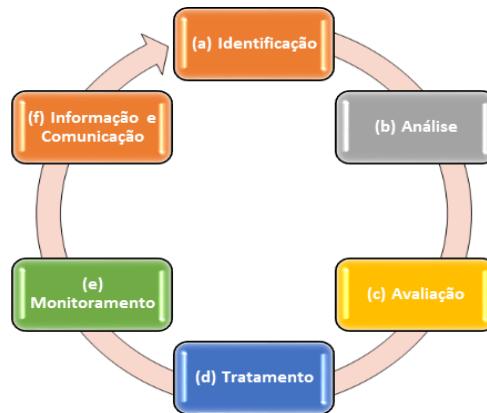
Seguindo as melhores práticas de mercado, a gestão de riscos da Companhia está estruturada em cinco conceitos básicos, conforme segue:

NATUREZA	DESCRITIVO
Riscos Estratégicos	Estão associados com as decisões estratégicas pela alta Administração para atingir os seus objetivos de negócios, levando-se em conta a dinâmica dos negócios e da concorrência, as alterações políticas no país e fora dele e as alterações na economia nacional e mundial.
Riscos Financeiros	1) Risco de Mercado; 2) Risco de Crédito; 3) Risco de Liquidez Estão associados à exposição das operações financeiras da Companhia. Trata-se do risco de que os fluxos de caixa não sejam administrados efetivamente para maximizar a geração de caixa operacional, gerenciar os riscos e retornos específicos das transações financeiras e captar e aplicar recursos financeiros conforme as políticas estabelecidas.
Riscos Operacionais	Estão associados à possibilidade de ocorrência de perdas (de ativos, de clientes e de receitas) resultantes de falhas, fraudes, deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, assim como de eventos externos (catástrofes naturais, greves e atos terroristas).
Riscos Legais	Estão associados a possibilidade de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos.
Riscos Regulatório	Riscos relacionados ao cumprimento da legislação aplicável ao setor de atuação bem como de leis gerais (ambiental, trabalhista, cível e tributário/fiscal).

- ii. os instrumentos utilizados para proteção

É de extrema importância que se consiga mapear os riscos potenciais que podem causar grandes danos à organização, deste modo, evita-se os riscos desconhecidos que podem causar um impacto inesperado.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos



(a) Identificação dos Riscos

Gera uma lista abrangente de riscos baseada nos eventos que possam criar, aumentar, evitar, reduzir, acelerar ou atrasar a realização dos objetivos.

Tais riscos devem ser categorizados de acordo com sua natureza, conforme identificado no Item 3.1 “Conceitos”.

(b) Análise dos Riscos

Envolve a apreciação das causas e das fontes de risco, suas consequências positivas e negativas, e a probabilidade de que essas consequências possam ocorrer.

(c) Avaliação dos Riscos

A finalidade da avaliação de riscos é auxiliar na tomada de decisões com base nos resultados da análise de riscos. A avaliação deve: (i) verificar quais Riscos necessitam de tratamento; e (ii) determinar a prioridade na implementação de referido tratamento. Para tanto, a Companhia adota critérios de impacto e de vulnerabilidade que são utilizados para a definição do Mapa de Riscos.

A classificação final do grau de exposição da Companhia a cada risco será definida em função da combinação entre o impacto e a vulnerabilidade, conforme abaixo:

- ✓ **Alto:** Riscos com impacto alto e vulnerabilidade alta ou média
- ✓ **Médio:** Riscos com impacto médio e vulnerabilidade média
- ✓ **Baixo:** Riscos com impacto baixo e vulnerabilidade baixa
- ✓ **Irrelevante:** Riscos com impacto e relevante e vulnerabilidade irrelevante

Essa classificação resultará no Mapa de Riscos que deverá auxiliar a Companhia na priorização do tratamento dos Riscos.

(d) Tratamento dos Riscos

Posteriormente à avaliação de riscos, é definido o tratamento que será dado aos riscos e como estes devem ser monitorados e comunicados às diversas partes envolvidas.

Tratar os riscos consiste em decidir entre aceitá-lo, eliminá-lo ou transferi-lo. A decisão depende principalmente do grau de apetite ao risco da Companhia.

O Comitê de Auditoria e Riscos observará as seguintes alternativas para tratamento dos Riscos:

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

1) **Aceitar:** nenhuma ação é tomada para influenciar a probabilidade de ocorrência e/ou severidade do Risco. Riscos cujo impacto seja menor que o custo/benefício do seu gerenciamento podem ser mantidos, desde que conhecidos e aceitos pelo Comitê de Auditoria e Riscos. No entanto, o monitoramento deve ser contínuo de modo a assegurar que, caso haja mudança de conjuntura que justifique alteração no tratamento do Risco, a Companhia implemente referido tratamento.

No processo de aceitação de riscos considera-se que o nível atual do risco está abaixo do apetite ao risco estabelecido e é assumido pela Companhia, não existindo ações definidas para seu tratamento. Nesse caso, a decisão deve ser submetida à aprovação de acordo com a alçada descrita a seguir:

TABELA DE ALÇADAS PARA ACEITAÇÃO DOS RISCOS		
Risco	Proposta de Aceitação	Alçada de Aceitação
4. Alto	Comitê de Auditoria e Riscos	Conselho de Administração
3. Médio	Comitê de Auditoria e Riscos	Diretoria
2. Baixo	Comitê de Auditoria e Riscos	Diretoria
1. Irrelevante	Comitê de Auditoria e Riscos	

2) **Rejeitar:** caso seja determinado que a Companhia não deseja conviver com o Risco nas condições em que este se apresenta, o Comitê de Auditoria e Riscos aplicará um dos tratamentos a seguir:

Evitar: não correr o Risco e descontinuar as atividades que o geram. Evitar o Risco pode implicar na descontinuação de uma linha de serviços, divisão de negócios ou processos.

Mitigar: ações são tomadas para reduzir a probabilidade de materialização e/ou severidade do Risco. Esta resposta envolve o aprimoramento ou criação de controles e melhorias em processos.

Compartilhar: atividades que visam reduzir a probabilidade de ocorrência e/ou severidade do Risco, por meio da transferência ou compartilhamento de uma parte do Risco a terceiros, como, por exemplo, contratação de apólices de seguro, outsourcing e hedging.

(e) Monitoramento

Uma vez implantado um processo de gerenciamento de riscos, este deve ser monitorado sistematicamente, de forma a ser atualizado, melhorado e adaptado às mudanças dos ambientes operacionais, surgimento de novas ameaças e novos métodos de proteção.

(f) Informação e Comunicação

As informações pertinentes são identificadas, coletadas e comunicadas de forma clara e objetiva a todas as partes interessadas, a fim de permitir que as pessoas cumpram as suas responsabilidades atingindo a eficácia dos Planos de Ação.

iii. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Esta política aplica-se a todas as áreas da **BRQ Soluções em Informática S.A.** e as suas controladas, no Brasil e no exterior, desde que a Companhia detenha o controle acionário.

Conselho de Administração: Aprovar formalmente a Política de Gestão de Riscos da Companhia e suas revisões, bem como a estratégia para atendimento de seus objetivos de negócio e gestão do risco.

Comitê de Auditoria e Riscos: Supervisionar as atividades das funções de Gerenciamento de Risco da Companhia em todos os seus níveis, submetendo periodicamente para a aprovação do Conselho de Administração.

CEO / CFO: Prover o Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria e Riscos com avaliações independentes, imparciais e tempestivas sobre a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança, da adequação dos controles e do cumprimento das normas e regulamentos associados às operações da Companhia.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Uma vez implantado um processo de gerenciamento de riscos, este deve ser monitorado sistematicamente, de forma a ser atualizado, melhorado e adaptado às mudanças dos ambientes operacionais, surgimento de novas ameaças e novos métodos de proteção.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia não possui atualmente uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, mas trata das questões relacionadas ao tema através do Conselho de Administração que acompanha o gerenciamento destes riscos através de reuniões mensais junto a Alta Administração da Companhia.

Importante destacar que a Companhia realiza aplicações financeiras de baixo risco e não tem como prática utilizar instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia criou um **Comitê de Auditoria e Riscos** aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada na data de 27/03/2018.

- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

- i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Apesar da Companhia não possuir uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, a BRQ adota as seguintes estratégias para mitigar os riscos de mercado a que está exposta:

A Companhia está exposta ao risco da variação das taxas do Certificado de Depósito Interfinanceiro (“CDI”) e de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) para suas operações de aplicações financeiras e empréstimos e, dessa forma, seu resultado financeiro pode sofrer variação em decorrência da oscilação da variação desses indexadores financeiros. O Grupo gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre aplicações financeiras e empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis.

A Companhia está exposta as oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos, para as operações de compra de software, valores a receber e investimentos em controladas no exterior; afim de mitigar esses riscos a Companhia avalia permanentemente as oscilações das taxas de câmbio. A Companhia entende que a exposição a este risco é baixa considerando que os valores envolvidos não são relevantes.

- ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Nem a Companhia, nem suas controladas possuem atualmente operações de hedge em moeda estrangeira. A Companhia entende que o risco cambial a que está exposta não justifica a adoção de qualquer estratégia de proteção patrimonial (hedge).

- iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A Companhia não utiliza instrumentos de proteção patrimonial.

- iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

O principal parâmetro que a administração utiliza para acompanhar o impacto da evolução das taxas de juros no negócio da Companhia é a relação da despesa financeira sobre o EBIT.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial.

vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A Companhia monitora os seus riscos através de uma estrutura organizacional multidisciplinar, na qual a diretoria financeira submete à apreciação do Conselho de Administração as políticas adotadas e ações planejadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto no fluxo de caixa. Os riscos de mercado são avaliados em relação à necessidade de se manter a estratégia corporativa e o nível de flexibilidade financeira desejado.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia acredita que sua estrutura operacional e seus controles internos são suficientes para o gerenciamento adequado dos riscos a que está exposta, mas considera sempre alternativas e formas mais eficientes de otimizá-los.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

- a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Administração da Companhia é responsável pelos controles internos por ela determinados como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro.

No cumprimento dessa responsabilidade, a Administração faz estimativas e toma decisões para determinar os custos e os correspondentes benefícios esperados com a implantação dos procedimentos de controles internos.

Com base na sua avaliação, a Administração concluiu que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha controles internos adequados sobre os relatórios financeiros, sem identificação de deficiências significativas.

- b. as estruturas organizacionais envolvidas

A Diretoria Financeira – principal área responsável pelas demonstrações financeiras – conta com o suporte da Gerência de Contabilidade para sua elaboração, garantindo a adoção das boas práticas de controles internos e observância às normas contábeis aplicáveis.

A Companhia conta ainda com um Comitê de Auditoria e Riscos que, além da gestão de riscos e supervisão dos controles internos, tem como função identificar e mensurar os riscos do negócio, definir processos e atividades de controle e implementá-los.

- c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O resultado de todos os trabalhos executados no exercício é reportado a Diretora Financeira e Presidência. Todas as deficiências possuem plano de ação, responsável e data de implantação. Adicionalmente, qualquer exceção observada nas atividades que possam impactar as demonstrações financeiras é reportada tempestivamente para adoção das ações corretivas, em linha com as melhores práticas recomendadas.

- d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Como parte do trabalho de auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a EY obteve entendimento sobre os controles internos da Companhia, com o propósito de identificar e avaliar os possíveis riscos de distorção relevantes nas demonstrações financeiras e planejar procedimentos de auditoria que fossem apropriados. No entanto, a EY não expressa uma opinião sobre a eficácia desses controles internos.

Os auditores externos não identificaram deficiências de controle que pudessem ser consideradas significativas e/ou com impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia referentes ao último exercício social.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

A Companhia analisou todas as oportunidades de melhorias reportadas pelos auditores independentes na carta de recomendação e definiu planos de ação para a implementação das recomendações que julgou pertinentes. A implementação dos planos de ação vem sendo acompanhada pelo Comitê de auditoria e riscos. A carta de recomendação relacionada ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 dos Auditores Independentes não observou pontos relevantes de controle.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Administração concorda com o relatório do auditor independente sobre os controles internos da Companhia relacionados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não tendo sido identificadas deficiências ou recomendações significativas sobre os controles internos. As recomendações são relacionadas ao aprimoramento no processo de revisão de perfil de acesso nos sistemas internos, aspectos fiscais e previdenciários.

De acordo com a avaliação da administração, nenhuma das melhorias reportadas pelos auditores apresentam probabilidade ou impacto significativo em relação a distorções que possam surgir nas demonstrações financeiras.

Para as recomendações propostas pela EY, a Companhia já definiu plano de ação, responsável e prazo, e fará o acompanhamento dos mesmos em bases mensais.

5.4 - Programa de Integridade

- a. se o emissor possui, regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

Sempre foi política da BRQ, conduzir todas as suas atividades relacionadas com colaboradores, clientes, concorrentes, parceiros, fornecedores, governo e demais segmentos da sociedade, dentro dos mais elevados padrões de honestidade, dignidade, respeito, zelo e em conformidade com as exigências legais.

A BRQ torna público o seu Código de Conduta que tem como objetivo definir os princípios éticos que norteiam as ações e os compromissos de conduta da empresa, tanto da parte institucional como da parte dos seus colaboradores, traduzindo o conteúdo descrito em sua Missão.

Esperamos que todos os envolvidos nas atividades da empresa conduzam suas ações em conformidade com os princípios deste Código, uma vez que ele se apresenta como o compromisso público da empresa e o norteador das práticas e das relações cotidianas.

Estamos certos de que o cumprimento do Código de Conduta contribui para fortalecer a cultura empresarial que todos desejamos, com responsabilidade social e ambiental, cujos bons resultados serão fruto da representação e da participação coletiva

- (i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Princípios Éticos BRQ:

- ✓ O respeito aos indivíduos, a integridade, a transparência e a honestidade são os princípios éticos que direcionam as ações da empresa.
- ✓ O respeito aos indivíduos refere-se às relações da empresa com pessoas e instituições e se manifesta no respeito às condições de raça, cor, sexo, religião, origem, classe social, idade, estado civil, nível hierárquico e outras.
- ✓ A integridade para a BRQ é desenvolver suas atividades de forma correta e honesta, preservando e fortalecendo seus princípios morais e éticos.
- ✓ A transparência, como respeito ao interesse público e às partes interessadas se manifesta de modo compatível com os direitos de privacidade pessoal e com a política de segurança da Informação da empresa.
- ✓ A BRQ repudia sumariamente a prática de corrupção e propina, utilizando procedimentos internos de controle que evitam tais ocorrências
- ✓ O cuidado com a qualidade de vida inclui o atendimento à saúde, ao meio ambiente e a segurança.

5.4 - Programa de Integridade

- ✓ A empresa compromete-se em proporcionar relações de trabalho justas, num ambiente de confiança mútua, de cooperação, solidariedade, valorização e de respeito às pessoas em sua diversidade e dignidade.
- ✓ A lealdade a BRQ se manifesta no compromisso com sua Missão e Visão, na adoção de condutas compatíveis e inovadoras em busca de níveis crescentes de excelência, competitividade e rentabilidade.
- ✓ A BRQ busca a excelência em qualidade, segurança, meio ambiente, saúde e recursos humanos, e para isso promove a educação, capacitação e comprometimento dos colaboradores, envolvendo as partes interessadas.
- ✓ A empresa considera que a responsabilidade, zelo e disciplina no trabalho, no trato com as pessoas e com os bens materiais e imateriais da Empresa são comportamentos fundamentais para as relações de trabalho.
- ✓ O mérito é o critério utilizado para o reconhecimento, a recompensa, a avaliação e o investimento em pessoas.
- ✓ A BRQ desenvolve as atividades de seu negócio reconhecendo e valorizando os interesses e direitos de todas as partes interessadas.
- ✓ A empresa reconhece e respeita as particularidades legais, sociais e culturais dos diversos ambientes em que atua, atendendo à lei e às normas vigentes.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

O Código de Conduta da BRQ foi criado em 2008. Este documento é o resultado da pesquisa realizada internamente, assim como da análise de documentos sobre o tema, tornados públicos por grandes e respeitadas empresas nacionais, que serviram de balizamento para a elaboração final do Código de Conduta, que é composto dos princípios éticos e de conduta.

Buscou-se retratar no documento as práticas usuais de relacionamento da BRQ com o meio interno e externo, que traduzem o seu compromisso com os valores éticos adotados como norteadores de sua ação.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O principal objetivo do Código de Conduta é formalizar normas de conduta ética para os integrantes da estrutura organizacional e de pessoal da empresa; visando o bem comum, a honra e a qualidade dos serviços.

5.4 - Programa de Integridade

O presente Código abrange as diretorias, gerências, colaboradores, estagiários e prestadores de serviços da BRQ, constituindo compromisso individual e coletivo. E cada um deve cumprir e promover o cumprimento, em todas as ações da cadeia produtiva da empresa e nas relações com todas as partes interessadas. Todos os colaboradores, representantes legais e empresas contratadas da BRQ tomarão conhecimento formal deste Código, que será amplamente divulgado, por meio impresso e eletrônico, sendo a sua leitura, obrigatória no ato da admissão. A Empresa considera falta grave qualquer descumprimento dos princípios e compromissos expressos neste Código.

Periodicamente, através da rede interna da empresa são abordados tópicos do documento, de forma a garantir o pleno conhecimento e divulgação de seu conteúdo.

Este Código de Ética é submetido a revisões periódicas, com transparência e participação das partes interessadas e será atualizado, sempre que necessário. Através da observância do Código é possível garantir a integridade do grupo e o bem-estar dos indivíduos que o constituem. A finalidade é que seu conteúdo sirva como uma orientação durante as preocupações do dia-a-dia, permitindo um crescimento pessoal e profissional orientado para a consciente tomada de decisões.

- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema

A Companhia realiza treinamento de integração com os colaboradores quando da admissão onde aborda temas que orienta os princípios e valores de conduta para os seus colaboradores.

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

Caso haja violação ao Código o caso será tratado pela Diretoria onde será avaliado diretrizes para aplicação de medidas disciplinares, apuração de ocorrências e resarcimento de danos/multas causados por empregados à empresa, por culpa ou dolo, de acordo com as leis que tratam do assunto, as quais são aplicadas na Companhia.

- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Conduta da BRQ foi criado em 2008 e está disponível através da Intranet da Companhia aos seus colaboradores.

- b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

A Companhia possui um canal de denúncias interno.

5.4 - Programa de Integridade

- se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

Temos o canal “Fale com o Presidente” que está aberto para que os profissionais possam dar sugestões e efetuar denúncias diretamente com a presidência através do e-mail falecomopresidente@brq.com.

- se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé

Os colaboradores não precisam se identificar, garantindo desta forma seu anonimato. As denúncias relacionadas a violação do código de conduta não implicarão retaliação nem serão objeto de valorização ou reconhecimento dos profissionais que realizaram a denúncia.

- órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.

O responsável pela apuração de denúncias é o setor Jurídico da Companhia onde são tratadas pela Alta Direção.

Em 2019 houveram duas denúncias, que foram resolvidas através de conversas com ambas as partes envolvidas.

- c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Para todos os processos que envolvem fusões, aquisições ou reestruturações, são realizadas avaliações de riscos que abrangem as categorias de riscos jurídicos, ambientais, prediais, de mercado, políticos, financeiros e técnicos. Para suportar as avaliações, são contratadas consultorias especializadas para realização de Due Diligence das pessoas jurídicas envolvidas no processo.

- d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.

Não se aplica.

5.5 - Alterações significativas

A Companhia avalia constantemente os riscos aos quais está exposta e que possam afetar de forma adversa seus negócios, situação financeira e resultado. Incluem-se aí eventuais mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar negativamente suas atividades e de suas Controladas.

Em relação ao último exercício social, nenhuma alteração significativa nos principais riscos foi identificada pela Companhia.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

A Companhia acredita que não há outras informações relevantes relacionadas ao assunto além dos descritos nos subitens anteriores.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	26/02/1993
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade anônima de capital aberto.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	11/01/2016

6.3 - Breve Histórico

Paixão em transformar negócios com tecnologia, esse é o propósito que move a BRQ há 27 anos. Com soluções digitais próprias e customizadas, a BRQ acelera a transformação digital das maiores empresas que operam no Brasil.

A história da companhia vem sendo construída através de pessoas altamente capacitadas e apaixonadas por tecnologia, por isso, é reconhecida pela eficiência e qualidade da entrega de seus serviços. Os profissionais contam com uma política de benefícios diferenciada, programas de incentivo a certificação, treinamentos e ações de saúde e qualidade de vida.

Temos orgulho em ser um Great Place to Work pela GPTW e pelo Glassdoor e oferecer as melhores plataformas do mercado aos nossos clientes através de parcerias com Oracle, IBM, SAP, Microsoft, Facebook, Red Hat e UiPath.

Para a BRQ, o consumidor está sempre em foco. Por meio do Lean Digital a Transformação Digital acontece de forma ágil e contínua eliminando desperdícios, acelerando a comunicação e otimizando a produtividade através de mudanças culturais e de processos.

Somos parceiros das empresas em todos os desafios da transformação digital, desde a formação e busca de profissionais capacitados, até a cocriação de soluções proporcionando uma experiência digital e inovadora para os nossos clientes.

Começamos no início da década de 90, com a abertura de mercado, a queda da inflação e a globalização, as empresas passavam por profundas transformações para melhorar sua competitividade, por meio do lançamento de novos produtos e serviços em que o uso estratégico de tecnologia tinha um papel fundamental, nesse ambiente a BRQ surgiu, em 1993, na cidade de São Paulo, unindo o espírito empreendedor de seu fundador, Benjamin Quadros, a um grande banco brasileiro, que apostou na empresa como um de seus parceiros para a construção de novos sistemas que viabilizariam produtos e serviços inovadores.

A parceria cresceu e a BRQ também. Expandiu seus serviços para outsourcing de aplicações, passando a atuar em outros clientes, além de tornar-se a principal parceira em aplicações de seu primeiro cliente.

De 1996 a 2005, a BRQ se solidificou no mercado de São Paulo e abriu novas filiais em Curitiba e Rio de Janeiro. Criou soluções e desenvolveu serviços para apoiar as grandes e médias empresas a enfrentar o desafio do ano 2000. Com a popularização da Internet, mais uma vez se posicionou como parceira de seus clientes para a construção de serviços inovadores que mudaram o mercado. Chegou a 100 milhões de reais de faturamento.

Em 2006, a BRQ passa a ter como objetivo ser uma empresa de classe mundial, líder em serviços de TI no Brasil, preservando suas características de sucesso: relacionamento único, proativo, ágil, flexível e entendimento sempre crescente do negócio do cliente.

Em 2007, o BNDES torna-se sócio da empresa, comprometido com sua visão e seu crescimento. A BRQ abre filiais em Salvador, Recife, Natal, Nova Iorque e faz diversas aquisições.

6.3 - Breve Histórico

Em 2012, expande sua oferta de serviços dentro da área de TI para consultoria e terceirização de processos de negócios, baseada em seus principais atributos, qualidade de entrega e relacionamentos sólidos.

O ano de 2015 também foi marcado pela preparação para o registro e listagem junto a CVM e B3, respectivamente, que se concretizou em janeiro de 2016.

A crise econômica brasileira de 2016 afetou diretamente todas as empresas estabelecidas no Brasil, incluindo a BRQ. A Companhia aproveitou o momento e investiu no redesenho organizacional: reduziu e reciclagem a equipe e refez a organização agora com três estruturas de Delivery: Operações, Soluções Fintech e Digital e Coligadas, além da Diretoria de Vendas. Aperfeiçoou também seus controles financeiros e operacionais com fortalecimento da equipe de PMO Corporativo e evolução do modelo de governança financeira. O ano de 2016 teve como foco a eficiência.

Em 2017 a BRQ criou a área de Serviços Digitais com foco em User Experience (UX), Mobilidade, Blockchain, Métodos Ágeis, Design Thinking, Cloud, entre outros. Vários foram os projetos desenvolvidos, com grande satisfação dos clientes.

Já em 2018, ao mesmo tempo que vimos o aquecimento do mercado e o aumento da nossa receita operacional em 15,6%, a BRQ investiu em ações internas e externas para fortalecer a cultura ágil e lean, base para o seu crescimento futuro.

Foi iniciado um grande trabalho de planejamento estratégico com a consultoria do Lean Institute com o objetivo de promover a Transformação Lean em toda a empresa, o que culminou na definição do nosso Norte Verdadeiro, que traduz a nossa essência e que mostra onde queremos chegar: “Entregar uma experiência digital encantadora para o cliente de nossos clientes, sendo reconhecida por adotar as mais eficientes e inovadoras tecnologias e metodologias, através de um time motivado e engajado! ”

Em 2019, continuamos o trabalho para fortalecimento da Cultura Lean, centrada no cliente e baseada na melhoria incremental contínua e no respeito pelas pessoas. Uma maneira positiva de pensar e uma forma construtiva de atuar para crescer e agregar valor à toda organização que veio para reinventar o nosso jeito de fazer, incorporando uma cultura de resolução de problemas, com foco na geração de valor e eliminação de desperdícios, sempre através de pessoas alinhadas com a nossa estratégia e nosso propósito.

Escala de Valor:

Soluções Inovadoras

Conectar clientes com soluções proprietárias disruptivas que acelerem a transformação digital ou criar novos modelos de negócios.

Transformação Digital

Transformar negócios com tecnologia evoluindo e acelerando como as empresas operam e entregam valor para seus clientes. Digitalização e aprendizado contínuo para melhoria dos negócios dos clientes.

6.3 - Breve Histórico

Squads Gerenciados

Times cross-funcionais, ágeis e auto gerenciáveis, com alta performance e estratégia orientada à entrega de Valor.

Times Especializados

Times multidisciplinares com alta capacidade técnica que apoiam o desenvolvimento e melhoria contínua de produtos digitais.

Afinal, ao longo de 27 anos, a BRQ se consolidou no mercado apoiada no talento de nossos funcionários e na confiança de nossos clientes.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

Não foi protocolado nenhum pedido requerendo a falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia até a data de apresentação deste Formulário de Referência.

6.6 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que sejam relevantes para a Companhia, além das já elencadas neste Item 6.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Somos uma empresa com 27 anos de mercado, processos e ferramentas maduras e testadas, com know how na gestão e absorção de grandes equipes e projetos.

Atuamos como parceiros das empresas em todos os desafios da transformação digital, desde a formação e busca de profissionais capacitados, até a cocriação de soluções digitais inovadoras, **proporcionando uma experiência digital e inovadora para os nossos clientes**.

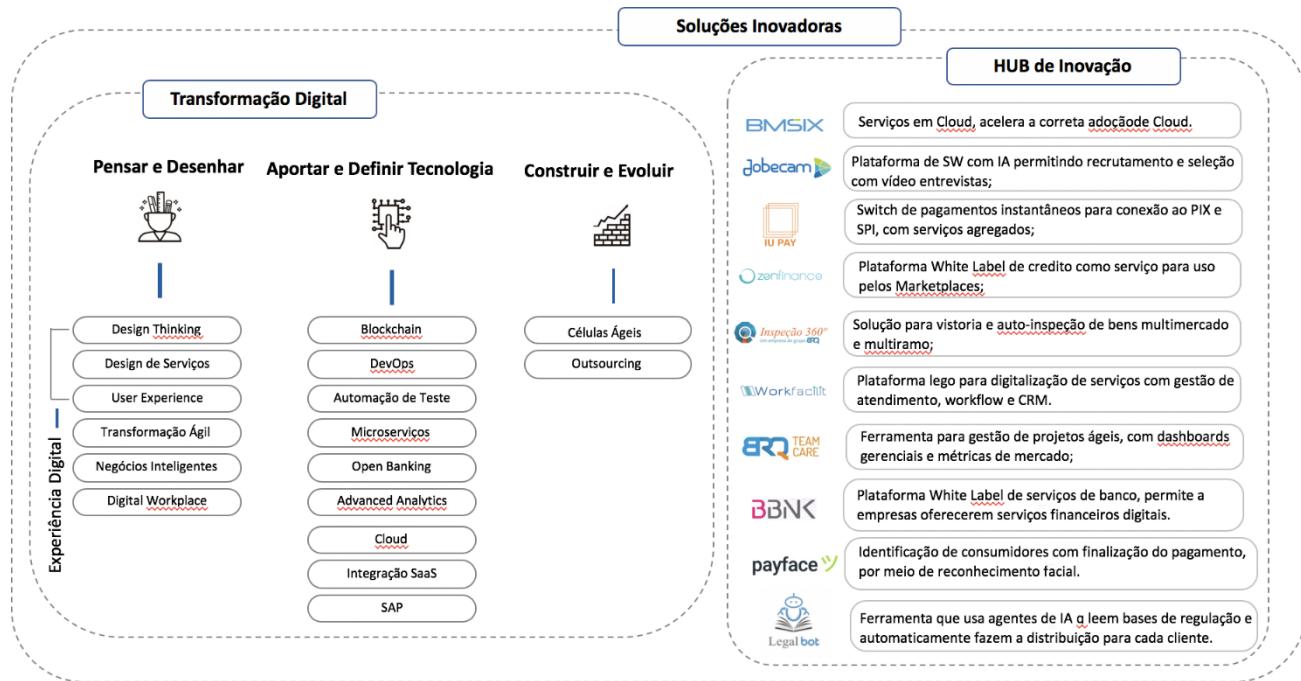


São 6 centros de serviços, localizados em São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ, Curitiba/PR, Barueri/ SP, Recife/PE e uma unidade fora do Brasil em Nova York – EUA. 3.000 profissionais e 500 MM de receita.

Nossas soluções suportam todo o ciclo de desenvolvimento de um produto, desde o momento de entender a necessidade, chamamos de Pensar e Desenhar, ajudando na definição da melhor tecnologia, que chamamos de Aportar e Definir Tecnologia e monitorando esse produto em ambiente produtivo, que chamamos de Construir e Evoluir.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Geramos valor para os nossos clientes através de Soluções Inovadoras:



❖ PENSAR E DESENHAR

DESIGN THINKING: Abordagem centrada no ser humano que acelera a inovação e soluciona problemas complexos.

DESIGN DE SERVIÇOS: Estratégia de olhar para tudo o que envolve o serviço e procurar melhorar sua qualidade em todos os aspectos: clientes, infraestrutura (que viabiliza o serviço), pontos de contato entre a empresa e o cliente, e etc.

USER EXPERIENCE: Melhoramos a experiência do cliente ao utilizar o seu produto/serviço.

TRANSFORMAÇÃO ÁGIL: Pessoas, Cultura, Comportamento, Hábito. Através do Programa de Transformação BRQ, nossa oferta busca apoiar nossos clientes nessa jornada.

NEGÓCIOS INTELIGENTES: Acelere sua transformação digital através da revisão de seus processos de negócio com foco em eficiência e automatização.

DIGITAL WORKPLACE: É o conjunto de tecnologias e práticas que permitem que qualquer pessoa possa trabalhar de forma colaborativa exercendo todas as atividades de qualquer lugar, a qualquer hora e a partir de qualquer dispositivo. Com isso, aumentamos o engajamento, a produtividade, e claro, a qualidade de vida.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

❖ APONTAR E DEFINIR TECNOLOGIAS

BLOCKCHAIN: Banco de dados distribuído e não modificável. Tecnologia usada para indivíduos efetuarem transações, como pagamentos de serviços, utilizando criptomoedas sem a necessidade de uma terceira parte confiável.

DEVOPS: Entregas contínuas de software.

AUTOMAÇÃO DE TESTES: Através do nosso Framework BRQ, empoderamos a transformação Ágil, trazendo o mindset de Qualidade focada nos produtos a serem e desenvolvidos. E utilizando tecnologias Enterprise e Open Source, aceleramos a avaliação dos produtos desenvolvidos, empoderando as esteiras DevSecOps, garantindo não só o bom funcionamento dos produtos, como uma melhor experiência para o cliente.

BUSINESS ANALYTICS: Uma nova etapa para além de Business Intelligence que une análise preditiva, Big Data Analytics, Machine Learning, IA, IoT, data mining e outras técnicas e ferramentas extremamente avançadas, no sentido de atender as mudanças das áreas de negócios.

CLOUD: Seu produto no ar hoje. E sempre disponível com a utilização de servidores, dispositivos de armazenamento e demais componentes de infraestrutura de TI disponibilizados através da Internet.

SAP: Simplificação e Digitalização dos processos, criação de nova linhas de negócio, agilidade na tomada de decisões, disponibilidade das informações em tempo real, redução de custos e acessibilidade.

❖ CONSTRUIR E EVOLUIR

CÉLULAS ÁGEIS: Times de alta performance, entregas de valor, de forma eficaz e com extrema qualidade, requerem uma nova abordagem. Apoando o desenvolvimento e melhoria contínua de produtos digitais, com times multidisciplinares e trabalhando no modelo ágil, a BRQ consegue alavancar as entregas eliminando desperdícios, reduzindo o time-to-market e gerando valor rapidamente para o negócio.

OUTSOURCING: Serviços especializados com eficiência e qualidade.

❖ HUB DE INOVAÇÃO

Um braço da BRQ com o objetivo de apoiar startups brasileiras. Aceleram a inovação, apresentando produtos com grande potencial de geração de valor. Realizam investimentos orgânicos ou inorgânicos na criação de novas soluções de tecnologia B2B replicáveis com alto potencial de escala.

BMSIX: Serviços em Cloud, acelera a correta adoção de Cloud pelas empresas.

JOBECAM: Plataforma de SW com IA permitindo recrutamento e seleção com vídeo entrevistas.

IU PAY: Switch de pagamentos instantâneos para conexão ao PIX e SPI, com serviços agregados.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

ZENFINANCE: Plataforma White Label de crédito como serviço para uso pelos Marketplaces.

INSPEÇÃO 360: Solução para vistoria e auto-inspeção de bens multimercado e multiramo.

WORKFACILIT: Plataforma lego para digitalização de serviços com gestão de atendimento, workflow e CRM.

BRQ TEAM CARE: Ferramenta para gestão de projetos ágeis, com dashboards gerenciais e métricas de Mercado.

BBNK: Plataforma White Label de serviços de banco, permite a empresas oferecerem serviços financeiros digitais.

PAYFACE: identificação de consumidores com finalização do pagamento, por meio de reconhecimento facial sem utilizar dispositivos dos consumidores ou cartões físicos.

LEGAL BOT: Ferramenta que usa agentes de inteligência artificial que leem bases de regulação e automaticamente fazem a distribuição pela área de cada cliente, entregando as mudanças legais necessárias para eles se prepararem e criam dashboards de acompanhamento.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

A BRQ não é uma sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

a. produtos e serviços comercializados

A receita da Companhia é, basicamente, composta pelo desenvolvimento de aplicações e integrações. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento de negócio passível de reporte.

Vide maiores descrições no item 7.1.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

A totalidade da receita líquida do emissor é representada por um único segmento, desenvolvimento de aplicações e integrações.

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

O lucro do emissor é representado por um único segmento, desenvolvimento de aplicações e integrações.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

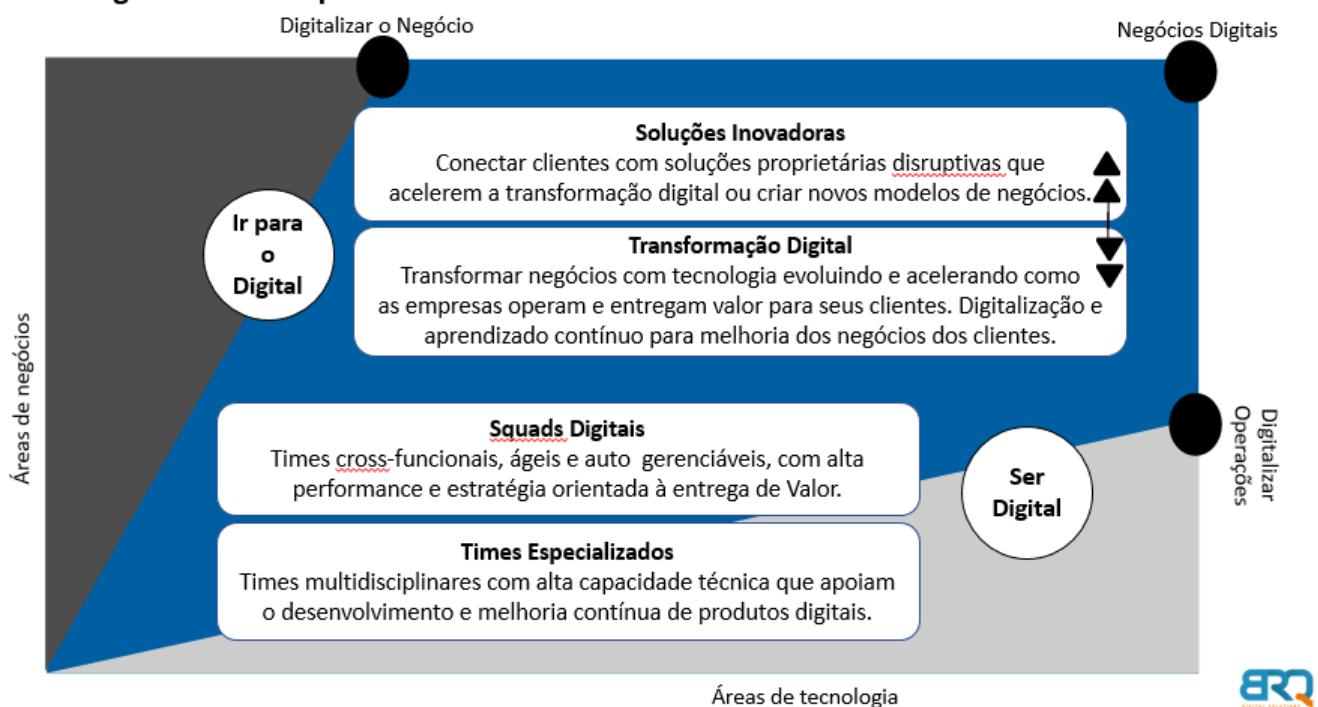
a. Características do processo de produção

O processo de produção pode ser dividido em duas grandes áreas de natureza distinta.

Para Serviços temos de um lado um completo processo de aquisição, desenvolvimento, e ocupação de talentos que visa termos o capital humano na quantidade e qualidade demandada pelo mercado. E de outro lado na consolidação e disseminação do capital intelectual técnico e de indústria de forma a servirmos os clientes com as melhores práticas.

Para Software temos um processo de Pesquisa & Desenvolvimento que visa capturar necessidades e tendências dos mercados alvo para posterior priorização e investimento em extensões ou novos produtos de software.

Como geramos valor para nossos clientes?



b. Características do processo de distribuição

A Companhia utiliza equipe comercial própria (canais de vendas direto) já que tem como objetivo ser o principal parceiro de serviços de TI na transformação digital dos nossos clientes, buscando um relacionamento de longo prazo e sempre crescente com cada cliente.

A força de vendas está segmentada primariamente por indústria, é suportada por especialistas em cada linha de negócios e segue um processo de acompanhamento de oportunidades que é acompanhado por um gestor.

No Desenvolvimento de Aplicações e Integrações são os gerentes de projetos que fazem a atividade comercial da venda do projeto. As atividades são essencialmente técnicas voltadas para a definição de escopo. O preço da unidade de serviço já é definido nos contratos mães dos clientes base. Para clientes não base é responsabilidade deste gerente a negociação do preço.

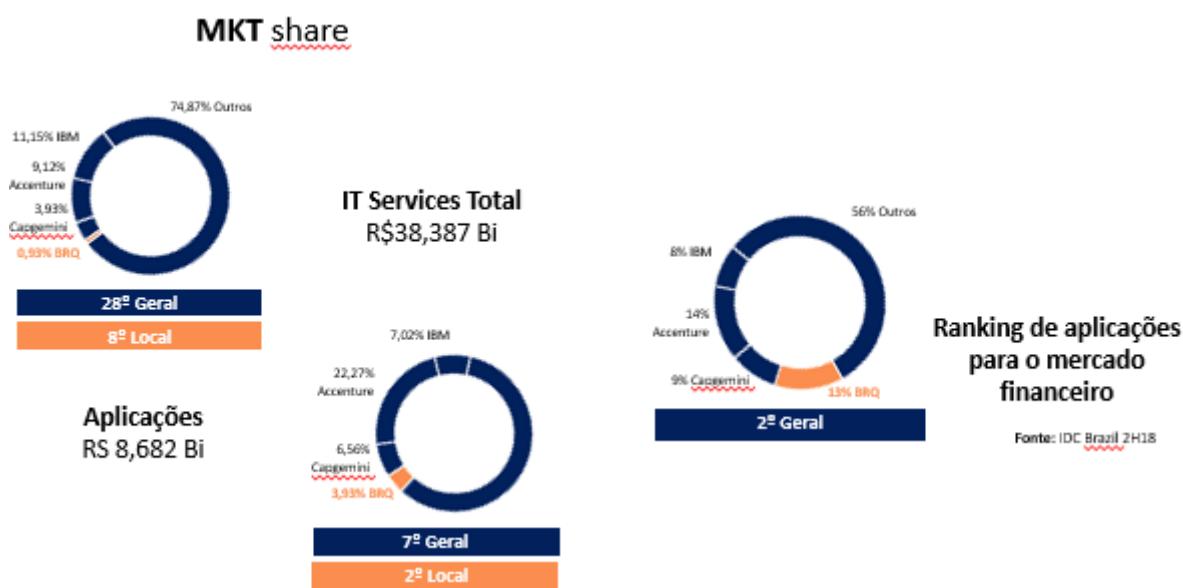
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Todo processo de venda e pricing conta com o suporte da área de Governança onde profissionais de qualidade acompanham o fechamento do contrato.

c. características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

A BRQ é reconhecida pelo IDC como uma das maiores empresas de serviço no gerenciamento e desenvolvimento de aplicações.



ii. condições de competição nos mercados

Em um mercado extremamente fragmentado com milhares de pequenas empresas e alguns grupos multinacionais de grande porte, a BRQ oferece equilíbrio entre eficiência e flexibilidade, com um modelo de crescimento baseado em qualidade de entrega, escala de operação, preço, proximidade ao cliente, agilidade nas decisões e conhecimento da indústria.

d. eventual sazonalidade

No mercado de serviços de tecnologia da informação existe uma concentração um pouco maior de receita no segundo semestre, devido a necessidade de alguns clientes realizarem seus orçamentos até o encerramento do exercício social.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A atividade de desenvolvimento da Companhia está concentrada na sua equipe própria de funcionários. Do ponto de vista de infraestrutura, possuímos fornecedores de data centers e companhias telefônicas que

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

fornecem os nossos links de conectividade, não havendo controle ou regulamentação governamental sobre tais relações.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Não aplicável

iii. eventual volatilidade em seus preços

Não aplicável

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

Para o exercício social do ano de 2019 houveram 02 clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia, sendo: Itaú Unibanco S.A. e Banco Bradesco S.A.

a. montante total de receitas provenientes do cliente

Em 31 de dezembro de 2019, a receita líquida do Itaú Unibanco S.A. representava 23,5% e a receita líquida do Banco Bradesco S.A. representava 12,6% do montante total apurado pela Companhia.

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

As receitas decorrentes de serviços prestados para o Itaú Unibanco S.A. e Banco Bradesco S.A. afetam o segmento de “Desenvolvimento de Aplicações e Integrações”.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

- a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

A companhia não possui necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades.

- b. política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Não aplicável a Companhia.

- c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Não possuímos dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Nossas atividades são geograficamente concentradas no mercado brasileiro, sendo que em 2019 a receita líquida proveniente dos clientes atribuídos ao país sede da BRQ foi de R\$ 384,38 milhões que corresponde a 92,0% da receita líquida consolidada da Companhia.

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

A receita da Think International, subsidiária da Companhia nos Estados Unidos, durante o ano de 2019 foi de R\$ 33,7 milhões que corresponde a 8,0% da receita líquida consolidada da Companhia.

c. receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

A receita líquida da Companhia nos Estados Unidos durante o ano de 2019 foi de R\$ 33,7 milhões que corresponde a 8,0% da receita líquida consolidada da Companhia.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

A Companhia possui uma controlada no exterior (EUA) que está sujeita à regulação deste país no que diz respeito a tributação, atendimento as leis trabalhistas e demais regras locais.

7.8 - Políticas Socioambientais

a. Se o emissor divulga informações sociais e ambientais

A Companhia possui uma Política de Sustentabilidade aprovada pela diretoria em 25/10/2019, que tem por objetivo demonstrar nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável e orientar nossos colaboradores através de um conjunto de ações ordenadas e práticas com o propósito de preservar o meio ambiente e garantir o desenvolvimento sustentável do planeta. Esta política está norteada por princípios e valores ambientais que levam em consideração a sustentabilidade.

Princípios:

- ❖ Promover, implementar e disseminar ações de desenvolvimento sustentável;
- ❖ Conscientização e engajamento de todos os colaboradores com a sustentabilidade;
- ❖ Buscar novas tecnologias de construção e uso de matérias-primas economicamente viáveis e aperfeiçoar os processos de engenharia de modo a minimizar os impactos no meio ambiente;
- ❖ Utilizar água e energia de forma consciente com controle e gerenciamento, adotando medidas de substituição de equipamentos obsoletos para melhor aproveitamento dos recursos;
- ❖ Reduzir, reutilizar e reciclar os resíduos, sempre que possível;
- ❖ Divulgar as práticas de sustentabilidade;
- ❖ Promover o comprometimento da alta direção com o desenvolvimento do tema;
- ❖ Promover e incentivar a inovação tecnológica, o investimento em Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) e a concepção de novos projetos e produtos para que sejam concebidos de maneira sustentável;
- ❖ Respeitar nossos clientes;
- ❖ Respeitar a diversidade, combatendo a discriminação, o assédio moral e sexual e a corrupção em todas as suas formas;
- ❖ Garantir condições de trabalho adequadas e o bem-estar dos nossos colaboradores;
- ❖ Enfatizar a importância da aderência ao “Código de Conduta” da Companhia;

A Política de Sustentabilidade está estruturada em quatro pilares – Mercado, Ambiental, Social e Governança Corporativa, agrupando, dessa forma, temas relevantes para reafirmar seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e direcionar a gestão interna da Companhia:

Mercado: Estabelecer relações éticas e transparentes com os clientes, colaboradores, fornecedores e com todos com quem a Companhia mantenha relacionamento; Considerar as dimensões econômica, social e ambiental na

7.8 - Políticas Socioambientais

mais equilibrada forma possível, nos processos de tomada de decisão; Motivar para práticas sustentáveis os colaboradores, clientes, parceiros de negócios e fornecedores.

Ambietal: Utilizar água e energia de forma consciente, com gerenciamento, adotando tecnologias, atualização e melhorias para melhor aproveitamento dos recursos; Aplicar os conceitos de reduzir, reutilizar e reciclar os resíduos; Priorizar a utilização de energia limpa e renovável; Manter e apoiar atividades de conscientização de colaboradores sobre a importância da redução do desperdício, da gestão de resíduos, da reciclagem e da economia de água e energia.

Social: Estimular, fortalecer e ampliar práticas internas de promoção à saúde, bem-estar e qualidade de vida dos colaboradores; Assegurar que as instalações dos escritórios da BRQ atendam às condições de acessibilidade; Relacionar-se com fornecedores comprometidos com a correta aplicação das legislações trabalhista, ambiental, anticorrupção e sobre direitos humanos; Realizar as atividades empresariais de forma a desenvolver, direta ou indiretamente, a comunidade do entorno da entidade.

Governança Corporativa: Apoiar e incentivar à incorporação do tema sustentabilidade aos programas, projetos e processos da Companhia em consonância com a busca da melhoria contínua das práticas de gestão adotadas pela BRQ.

b. a metodologia seguida na elaboração dessas informações

A BRQ realiza reuniões envolvendo a Alta Direção, onde um dos assuntos em pauta está relacionado a sustentabilidade.

Os objetivos e metas tratados, nestas ocasiões, estão voltados às condições que contribuem para o desenvolvimento e qualidade de vida em sociedade, considerando os aspectos ambientais, sociais de saúde e segurança do colaborador BRQ.

A Política de Código de Conduta (documento que orienta os princípios e valores de conduta para os seus colaboradores) é divulgada a todos os colaboradores e está disponível de fácil acesso para eventual consulta.

Como Ética e Respeito ao Ser Humano são alguns dos valores principais da BRQ, em nosso processo de recrutamento e seleção, não é permitido a distinção aos aspectos pessoais relacionados na pergunta em questão. A BRQ cumpre e garante todos os direitos de seus colaboradores.

A biodiversidade é responsável pelo equilíbrio do planeta e, portanto, está ligada ao nosso comprometimento para ser preservada.

Com o meio ambiente degradado a economia não se desenvolve a longo prazo e o futuro fica insustentável, pensando nisto a BRQ busca contribuir com a questão ambiental adotando medidas preventivas e corretivas.

Os procedimentos adotados visam obter o menor impacto ambiental possível.

7.8 - Políticas Socioambientais

Com a finalidade de preservar o meio ambiente para não comprometer os recursos naturais das gerações futuras, foram criadas ações para utilização consciente de recursos como energia elétrica, água e papel, na contratação de fornecedores de equipamentos e produtos que compartilhem essa consciência ambiental e no descarte de materiais por meio de coleta seletiva.

Adotamos uma política quanto à utilização somente de papel produzidos através de florestas 100% plantadas e renováveis (Certificada pela CERFLOR - regulamentada pelo INMETRO), além de realizar constantemente campanhas de redução de impressões uma vez que muitas destas são desnecessárias.

Acreditamos que preservando nossas florestas, ao orientar e desenvolver ações que incentivam o uso correto de papel, hoje uma fonte importante de consumo para o nosso ramo de negócios, estamos contribuindo para a redução de emissões de gases de efeito estufa.

A coleta de lixo seletiva e descarte estruturado de equipamentos depreciados garantem o controle, o armazenamento e a disposição final dos resíduos gerados.

A BRQ realiza campanhas através de e-mails, mural e instruções para o uso consciente da utilização de água e energia.

Realizamos em todo nosso parque de impressão a troca por equipamentos que evitam o desperdício de papel contribuindo significativamente com a questão de proteção às florestas.

O novo parque de impressão, instalado na BRQ, permite emitir relatórios sobre emissões de carbono e com base nessa experiência estão sendo planejadas ações para se medir esse impacto nos demais equipamentos utilizados.

A BRQ possui metas estabelecidas de redução de consumo de energia elétrica e ações em andamento nesse sentido.

Além destes, a BRQ participa de iniciativas e compromissos voluntários para sustentabilidade, através de projetos sociais, os quais são tratados internamente pela Alta Direção. Para exemplificar, podemos citar nosso compromisso com a Fundação ABRINQ - Empresa amiga da criança.

A BRQ segue os programas de inclusão de diversidade do Governo, como o de PCD (Pessoas com Deficiência) e Menor Aprendiz.

c. se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

Atualmente não há informações auditadas ou revisadas por entidade independente.

d. a página na rede mundial de computadores onde possam ser encontradas essas informações

As informações que tratam de nossa política socioambiental, no momento, são divulgadas internamente somente aos funcionários através de e-mails e banners.

7.9 - Outras Informações Relevantes

(i) Pontos Fortes da Companhia

A Companhia se destaca em suas atividades pelos seguintes diferenciais competitivos:

- 1) **Posição de liderança e expertise no mercado-foco:** A BRQ é reconhecida pelo IDC como a maior empresa de serviços no gerenciamento e desenvolvimento de aplicações customizadas para o setor financeiro. A BRQ se dedica em manter esta liderança através de um time com expertise e grandes projetos executados neste segmento.
- 2) **Soluções inovadoras, abrangentes e de fácil implementação:** A Companhia nasceu a partir de um projeto de empreendedorismo, aliado a um grande cliente. Esta característica de negócios continua permeando a gestão, que busca soluções simples e ágeis, com entendimento do ponto de vista do cliente para a melhoria de processos e incremento de soluções ofertadas.
- 3) **Experiência dos sócios e management na execução e operação de projetos:** Os membros da diretoria executiva trabalham há mais de 19 anos na Companhia, o que garante expertise na condução dos negócios. Os conselheiros possuem experiência e conhecimento do setor de tecnologia, em diversas companhias, o que adiciona diferentes visões complementares sobre o negócio. Os principais executivos e gerentes são profissionais reconhecidos pelos clientes pelo conhecimento de TI alinhada ao negócio.
- 4) **Consolidação do mercado:** O mercado de serviços de TI no Brasil é bastante fragmentado e tende a se consolidar em torno das empresas que tiverem maior capacidade de atrair talentos, desenvolver relacionamentos de longo prazo com seus clientes e acompanhar a evolução tecnológica. O mercado tem sido já há alguns anos, um dos mais ativos na área de fusões e aquisições de empresas, e espera-se que continue assim nos próximos anos.
- 5) **Globalização de clientes brasileiros:** O grau de internacionalização de empresas brasileiras ainda é bastante incipiente quando comparado com as empresas dos outros países dos BRICS ou de outros mercados similares. Espera-se que as maiores empresas brasileiras sigam o caminho da internacionalização de forma crescente. A tendência de que tais empresas contratem de forma global seus fornecedores estratégicos é grande, haja vista o que já ocorre com empresas multinacionais que operam no Brasil. Esperamos que essa tendência nos favoreça, em relação aos nossos principais clientes.

(ii) Oportunidades do Setor

Grande consumo de tecnologia pelo setor financeiro: O setor financeiro tem necessidade constante de inovação, com desenvolvimento de novos produtos e serviços, busca de eficiência operacional através do uso de tecnologia, e tende à terceirização no desenvolvimento de softwares, o que gera oportunidades para a Companhia.

(iii) Estratégia da Companhia

7.9 - Outras Informações Relevantes

Os principais pontos da estratégia de crescimento da Companhia são resumidos entre:

Redução de riscos através de três esforços:

1) **Expansão da base de clientes, continuando a penetração nos mercados-alvo:** O foco continua sendo nos setores de expertise da Companhia, além do crescimento nos grandes clientes do setor Financeiro, a BRQ também tem foco no crescimento em grandes clientes dos segmentos Telefonia e Energia.

2) **Expansão do relacionamento com os atuais clientes:** Além de novas empresas, a Companhia também pretende aumentar sua penetração nos clientes já existentes, com a oferta de novos produtos e serviços, principalmente com desenvolvimento de softwares voltados ao mercado financeiro. Atualmente acima de 89% da receita está em serviços de Desenvolvimento de Aplicações e Soluções e a BRQ pretende crescer a oferta de softwares prontos.

3) **Expansão do portfolio de produtos e serviços:** A Companhia planeja aumentar as ofertas de software voltados ao segmento financeiro (câmbio, crédito, fundos, etc.).

Rentabilização da operação através de duas iniciativas:

1) **Investimento no aumento da produtividade:** O foco desta iniciativa é na gestão mais acurada dos serviços de desenvolvimento de aplicações e integrações que são projetos feitos sob medida para os clientes. O objetivo o controle mais eficaz da disponibilidade, ociosidade e custo dos gestores e profissionais neles envolvidos, além de maior controle de utilização de toda infraestrutura BRQ.

2) **Investimento em ofertas de maior margem:** A BRQ focará no crescimento das ofertas de consultoria e softwares voltados ao segmento financeiro.

(iv) Programas de Relacionamento com stakeholders

1) **Social:** ações de relacionamento com a comunidade, assistência social.

Além destes, a Companhia participa de iniciativas e compromissos voluntários para sustentabilidade, através de projetos sociais, os quais são tratados internamente pela Alta Direção.

A Companhia segue os programas de inclusão de diversidade do Governo, como o de PCD (Pessoas com Deficiência) e Menor Aprendiz.

2) **Ambiental:** Coleta seletiva, reciclagem, controle do lixo eletrônico.

Com a finalidade de preservar o meio ambiente para não comprometer os recursos naturais das gerações futuras, foram criadas ações para utilização consciente de recursos como energia elétrica, água e papel, na contratação de fornecedores de equipamentos e produtos que compartilhem essa consciência ambiental e no descarte de materiais por meio de coleta seletiva.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Adotamos uma política quanto à utilização somente de papel produzidos através de florestas 100% plantadas e renováveis (Certificada pela CERFLOR - regulamentada pelo INMETRO), além de realizar constantemente campanhas de redução de impressões uma vez que muitas destas são desnecessárias.

Acreditamos que preservando nossas florestas, ao orientar e desenvolver ações que incentivam o uso correto de papel, hoje uma fonte importante de consumo para o nosso ramo de negócios, estamos contribuindo para a redução de emissões de gases de efeito estufa.

A coleta de lixo seletiva e descarte estruturado de equipamentos depreciados garantem o controle, o armazenamento e a disposição final dos resíduos gerados.

A Companhia realiza campanhas através dos seus canais de comunicação internos para o uso consciente da utilização de água e energia.

Em todo nosso parque de impressão foi realizada a troca por equipamentos que evitam o desperdício de papel contribuindo significativamente com a questão de proteção às florestas.

O novo parque de impressão, instalado na Companhia, permite emitir relatórios sobre emissões de carbono e com base nessa experiência estão sendo planejadas ações para se medir esse impacto nos demais equipamentos utilizados.

Pensando em diminuir o consumo de plástico utilizado pela companhia entregamos para todos os colaboradores Copos Eco, feito de fibra de bambu, eles são utilizados pelos colaboradores para água, chá e café. Eliminamos assim o uso de copos descartáveis em nosso dia a dia.

3) Recursos Humanos:

Temos uma área especializada em encontrar os melhores profissionais para os desafios de nossos projetos.

Para atingir esse objetivo, fizemos algumas parcerias e trouxemos alguns benefícios que fazem a diferença na atração do talento.

Entre as parcerias temos faculdades, escolas e empresas de treinamento sob demanda como o Senai, Fatec, Digital House, PUC-SP e a Generation.

Fomos reconhecidos como Great Place to Work pelo segundo ano consecutivo e também recebemos o selo Glassdoor de Best Place to Work com nota 4,2 de um máximo de 5.

Além disso, a companhia procura oferecer benefícios e um ambiente de trabalho agradável, seguro e saudável para seus colaboradores, estimulando a criação de vínculos de camaradagem.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Além de Vale Transporte, Vale Alimentação e Vale Refeição (Ticket), a BRQ disponibiliza um bom ambiente de trabalho, pensando na qualidade de vida que afeta tanto a vida profissional como pessoal, criando programas que visam o bem-estar, como:

“Plano Odontológico”. É disponibilizado plano odontológico a um baixo custo a todos os colaboradores, sejam eles funcionários ou prestadores de serviços. Este benefício é pago pelo colaborador e extensivo aos dependentes e agregados.

“Plano Médico”. A BRQ disponibiliza diferentes planos de saúde, visando às diferenças de atendimento em cada região. Estes planos são oferecidos a todos os funcionários. A grande vantagem é que os custos são bem menores do que os praticados no mercado. Estes planos são extensivos aos dependentes.

“Campanhas de Endomarketing”. Promoção de ações de saúde, bem-estar e qualidade de vida que ajudam a engajar os funcionários, a melhorar o clima organizacional e a reter os talentos da sua empresa.

Nossos benefícios são flexíveis e vão além da vida no escritório, temos convênio com Gympass, incentivo à saúde e qualidade de vida, temos bicicletário nas unidades, home office de pelo menos 1 dia na semana.

Meetups semanais e treinamentos, mentoria com feedbacks, discussões de carreira, mobilidade interna e possibilidade de trabalhar nos EUA.

Oferecemos um programa de incentivo a certificações de tecnologia.

E o modelo de ambiente mobile, as mesas não são fixas, você senta onde quiser.

8.1 - Negócios Extraordinários

A Companhia não adquiriu ou alienou qualquer ativo relevante que não se enquadre nas operações normais.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

Não aplicável, tendo em vista que não houve alteração significativa na forma de condução dos negócios da Companhia.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não celebra contratos com suas controladas que não os relacionados às atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

Em nosso julgamento, não há outras informações relevantes relacionadas ao item “**8. Negócios Extraordinários**” deste Formulário de Referência.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Os bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia estão apresentados nos itens 9.1.a, 9.1.b e 9.1.c, a seguir.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Móveis e Utensílios	Brasil	PR	Curitiba	Própria
Equipamento Telefônico	Brasil	PR	Curitiba	Própria
Equipamentos de Informática	Brasil	PR	Curitiba	Própria
Instalações	Brasil	PR	Curitiba	Própria
Máquinas e Equipamentos	Brasil	PR	Curitiba	Própria
Benfeitorias em imóveis de terceiros	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Benfeitorias em imóveis de terceiros	Brasil	PR	Curitiba	Própria
Benfeitorias em imóveis de terceiros	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Equipamentos de Informática	Brasil	PE	Recife	Arrendada
Equipamentos de Informática	Brasil	SP	Barueri	Própria
Móveis e Utensílios	Brasil	PE	Recife	Própria
Equipamento Telefônico	Brasil	PE	Recife	Própria
Instalações	Brasil	PE	Recife	Própria
Máquinas e Equipamentos	Brasil	PE	Recife	Própria
Equipamentos de Informática	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Equipamentos de Informática	Brasil	SP	São Paulo	Arrendada
Móveis e Utensílios	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Móveis e Utensílios	Brasil	SP	São Paulo	Arrendada
Veículos	Brasil	SP	São Paulo	Arrendada
Equipamento Telefônico	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Máquinas e Equipamentos	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Instalações	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Equipamentos de Informática	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Arrendada
Equipamentos de Informática	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Móveis e Utensílios	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Equipamento Telefônico	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Marcas e Patentes	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Instalações	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Máquinas e Equipamentos	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Benfeitorias em imóveis de terceiros	Brasil	PE	Recife	Própria

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Direto de Uso - Aluguel	Brasil	PR	Curitiba	Arrendada
Direto de Uso - Aluguel	Brasil	SP	Barueri	Arrendada
Direto de Uso - Aluguel	Brasil	SP	São Paulo	Arrendada
Direto de Uso - Aluguel	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Arrendada
Sistemas e Aplicativos de Software	Brasil	SP	São Paulo	Própria
Sistemas e Aplicativos de Software	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Própria
Sistemas e Aplicativos de Software	Brasil	SP	Barueri	Própria
Sistemas e Aplicativos de Software	Brasil	SP	Barueri	Arrendada
Sistemas e Aplicativos de Software	Brasil	PR	Curitiba	Própria
Sistemas e Aplicativos de Software	Brasil	PE	Recife	Própria
Veículo	Brasil	SP	Barueri	Arrendada
Equipamentos de Informática	Brasil	SP	Barueri	Própria
Móveis e Utensílios	Brasil	SP	Barueri	Própria
Equipamentos de Informática	Brasil	PR	Curitiba	Arrendada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

9.2 - Outras Informações Relevantes

A Companhia possui investimento indireto de 80% da Think International LLC através da sua controlada direta BRQ IT Services, INC.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Nos itens 10.1 a 10.8 serão apresentadas informações históricas derivadas das demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

No primeiro semestre de 2017, a Companhia ainda foi afetada pelo grande volume de demissões ocorridas no período, que totalizaram R\$ 9,6 milhões. Já no segundo semestre, a BRQ apresentou um aumento significativo da sua margem EBITDA, em função, principalmente, do crescimento das demandas nos seus principais clientes e melhoria na sua eficiência operacional.

O exercício de 2018 foi marcado pela migração dos serviços de outsourcing para células ágeis, que tem como objetivo trabalhar com equipes mais enxutas, multidisciplinares e que atuam de forma autogerida.

No exercício de 2019 superamos nossas metas, apesar de um cenário econômico adverso. A BRQ encerrou o ano com a receita líquida total de R\$418,1 milhões, EBITDA de R\$ 50,5 milhões 12,1%, e lucro líquido de R\$29,8 milhões.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A Diretoria entende que a Companhia tem procurado manter uma estrutura de capital compatível com os riscos estimados, taxa de crescimento projetada e retorno desejado pelos acionistas.

Em milhares de reais	2019	2018	2017
Patrimônio Líquido	106.918	90.296	71.503
Passivo Total	208.827	185.526	145.330
Capital Próprio	0,51	0,49	0,49

Em milhares de reais	2019	2018	2017
Passivo Exigível	101.909	95.230	73.827
Passivo Total	208.827	185.526	145.330
Capital de Terceiros	0,49	0,51	0,51

i. hipóteses de resgate

Atualmente, a única hipótese de resgate de ações de emissão da Companhia restringe-se às ações emitidas por conta do plano de opção oferecido aos funcionários, e refere-se às cinco situações de eventual desligamento do beneficiário:

- Desligamento por justa causa ou a pedido do participante

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

- b) Desligamento sem justa causa por iniciativa da Companhia
- c) Desligamento por aposentadoria
- d) Desligamento por invalidez permanente
- e) Desligamento por falecimento do participante

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

O valor de resgate das ações dependerá da causa do desligamento do beneficiário do plano de opção:

- Na situação (a) acima, o valor de resgate será o valor patrimonial;
- Nas situações (b) e (c) acima, o valor de resgate será o dobro do valor patrimonial;
- Nas situações (d) e (e) acima, o valor será o triplo do valor patrimonial.

Em cada uma das situações, haverá um prazo durante o qual, caso ocorra um evento de liquidez com a Companhia, o participante desligado receberá a diferença entre o valor pago pela Companhia por ocasião do desligamento e o valor apurado no evento de liquidez.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

A Diretoria acredita que Companhia tem liquidez e recursos suficientes para saldar compromissos de curto prazo, mas depende de sua geração de caixa futura para garantir que tal situação permanecerá estável. A Companhia tem apresentado adimplemento e pontualidade em relação aos compromissos financeiros assumidos.

O capital de giro em 31 de dezembro de 2019 da Companhia, incluindo recursos em caixa e linhas já aprovadas de financiamento bancário, é suficiente para atender as suas exigências operacionais e financeiras imediatas.

A Administração monitora continuamente os indicadores de liquidez, e acredita que eles apresentam níveis compatíveis com as práticas de mercado no setor de atuação. Os principais indicadores de liquidez considerados são:

- **Índice de Liquidez Corrente (ILC)** - medido pela relação entre o Ativo circulante e o Passivo circulante. Nos exercícios sociais de 2019, 2018 e 2017, apresentamos ILC de 1,87, 2,15, e 2,01, respectivamente.

- **Índice de Liquidez Geral (ILG)** - medido pela relação entre (Ativo circulante + Ativo não circulante) e o (Passivo circulante + Passivo não circulante). Nos exercícios sociais de 2019, 2018 e 2017, a Companhia apresentou ILG de 1,83, 1,95, e 1,97 respectivamente.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas.

Em 31/12/2019, a Companhia possuía R\$ 8,2 milhões em financiamento junto ao BNDES na linha Prosoft e R\$ 9,3 milhões obtido junto ao Banco Itaú para fins de capital de giro.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 31/12/2018, a Companhia possuía R\$ 14,3 milhões em financiamento junto ao BNDES na linha Prosoft e R\$ 15,0 milhões obtido junto ao Banco Itaú para fins de capital de giro.

Em 31/12/2017, a Companhia possuía R\$ 21 milhões em financiamento junto ao BNDES na linha Prosoft.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Caso venha a enfrentar eventuais deficiências de liquidez, a Companhia poderá recorrer à utilização do limite de R\$ 18 milhões já aprovados para capital de giro junto aos bancos Itaú, Santander e Bradesco.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Instituição Financeira	Vencimento	Taxa Pré (a.a.)	Taxa Pós	Garantia	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Itaú	jan/21	2,42%	100%	Sem garantia	9.324	15.016	-
	jan/21		CDI				
BNDES	ago/19	1,50%	TJLP	Aval	-	1.238	3.076
BNDES	ago/21	1,70%	TJLP	Fiança Bancária	8.242	13.146	17.961
TOTAL					17.566	29.400	21.037

(em milhares de reais)

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Entidade	Data vencimento final	Tipo	Bens	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017
Santander Leasing S.A.	nov/22	Financeiro	Equipamentos de informática	2.044	1.066	604
Bradesco Leasing S.A.	jan/22	Financeiro	Equipamentos de informática	1.466	969	-
Safra Leasing S.A.	set/22	Financeiro	Equipamentos de informática	551	-	-
TOTAL				4.061	2.035	604

(em milhares de reais)

iii. grau de subordinação entre as dívidas

As dívidas da Companhia são todas quirografárias. Não existe grau de subordinação contratual entre dívidas quirografárias da Companhia. As dívidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Algumas de nossas dívidas são garantidas por alienação fiduciária e fiança das pessoas físicas controladoras da Companhia.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

As restrições previstas em contrato englobam:

(i) Submeter a aprovação quaisquer propostas de matérias concernentes à oneração a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão da Companhia, à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração da Companhia, ou em transferência do controle acionário da Companhia, ou em alteração da sua qualidade de acionista controlador da Companhia.

(ii) Não promover a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da Companhia, de dispositivo que importe em:

- Restrições a capacidade de crescimento da Companhia ou ao seu desenvolvimento tecnológico;
- Restrições de acesso da Companhia a novos mercados; ou
- Restrições ou prejuízo a capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações;

(iii) Não promover atos ou medidas que prejudiquem ou altere o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia.

(iv) Requerer anuência prévia a qualquer transferência, cessão, oneração ou alienação das ações de emissão da Companhia e suas subsidiárias.

(v) Não constituir, direta ou indiretamente, ou adquirir participação superior a 5% do capital social de empresas no país ou no exterior, sem a prévia e expressa autorização, durante toda a vigência deste contrato.

Poderá ainda ter o contrato vencido antecipadamente, nas seguintes hipóteses:

- Redução do quadro de pessoal da Companhia;
- Existência de sentença condenatória transitada em julgado;
- O não cumprimento das obrigações assumidas em contrato.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia utilizava os seguintes percentuais dos limites para capital de giro:

Banco	Valor do Limite (em milhares de reais)	Percentual Utilizado
Itaú	3.000	0,0%
Santander	10.000	0,0%
Bradesco	5.000	0,0%

Na mesma data, a Companhia também utilizava a totalidade do crédito aprovado dentro do programa BNDES Prosoft - Programa BNDES para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços de Tecnologia da Informação.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2019 COMPARADO A 31/12/2018

Demonstrações dos resultados

(Em milhares de reais)

DRE	31/12/2019	AV %	AH %	31/12/2018	AV %
Receita líquida de vendas e serviços prestados	418.114	100,0%	16,9%	357.715	100,0%
Custo das vendas e dos serviços prestados	(288.119)	-68,9%	10,0%	(261.936)	-73,2%
Lucro bruto	129.995	31,1%	35,7%	95.779	26,8%
(Despesas) / receitas operacionais					
Despesas administrativas	(84.058)	-20,1%	41,3%	(59.471)	-16,6%
Despesas tributárias	(2.151)	-0,5%	29,3%	(1.663)	-0,5%
Outras (despesas) / receitas operacionais	812	0,2%	226,1%	249	0,1%
	(85.397)	-20,4%	40,3%	(60.885)	-17,0%
Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos	44.598	10,7%	27,8%	34.894	9,8%
Receitas financeiras	3.446	0,8%	19,2%	2.891	0,8%
Despesas financeiras	(3.489)	-0,8%	59,7%	(2.185)	-0,6%
	(43)	0,0%	-106,1%	706	0,2%
Resultado antes dos impostos	44.555	10,7%	25,2%	35.600	10,0%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(14.812)	-3,5%	100,0%	(9.282)	-2,6%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	101	0,0%	-104,4%	(2.290)	-0,6%
Lucro líquido do período	29.844	7,1%	24,2%	24.028	6,7%
Atribuível aos acionistas controladores	28.971	6,9%	23,8%	23.409	6,5%
Atribuível aos acionistas não controladores	873	0,2%	41,0%	619	0,2%

Análise e discussão das principais contas de Resultados

A receita líquida da Companhia totalizou R\$418.114 milhões em 2019, um aumento de 16,9% quando comparado a receita líquida de 2018, que foi de R\$357,7 milhões. Essa variação pode ser explicada, principalmente, pelo aquecimento do mercado e consequentemente aumento no volume de demandas para área de tecnologia da informação.

Em 2019, os custos das vendas e dos serviços prestados, aumentaram em 10,0%, totalizando R\$288,1 milhões. Esse aumento ocorreu, principalmente, pelo: aumento dos salários, encargos e provisões, em função do reajuste de acordos coletivos.

Em 2019, as despesas e receitas operacionais, aumentaram em 40,3%, totalizando R\$85,3 milhões. O principal fator que contribuiu para esta elevação foram as despesas com pessoal, que apresentaram um aumento de 58,9%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

devido principalmente ao reajuste decorrente dos acordos coletivos, e impulsionado também pelo aumento no número de funcionários da Companhia.

EBITDA

Em 2019, a Companhia alcançou um EBITDA consolidado de R\$50,5 milhões, aumento de 12,1% superior ao registrado em 2017 conforme demonstrado abaixo:

EBITDA	Consolidado		
	2019	2018	2017
Lucro líquido	29,8	24,0	2,1
Resultado financeiro	(0,1)	(0,7)	(0,3)
Imposto de renda e contribuição social	14,8	11,6	0,1
Depreciação e amortização	6,0	4,1	4,5
EBITDA	50,5	39,0	6,4
Margem EBITDA	12,1%	10,9%	2,1%

Esta variação, ocorreu, principalmente, devido ao: aumento de 16,9% da receita líquida e o aumento da eficiência na execução dos projetos quando comparado ao ano anterior.

Resultado Financeiro

Em 2019, o resultado financeiro líquido totalizou R\$0,1 milhões negativos ante R\$0,7 milhões positivos em 2017, representando uma variação negativa de R\$0,8 milhões.

Receita Financeira

A receita financeira da Companhia em 2019 totalizou R\$3,4 milhões ante R\$2,9 milhões em 2018, representando um aumento de 17,2%. Esse resultado é explicado, principalmente, pelo aumento dos juros e atualizações monetárias relacionados à atualização de créditos fiscais, e ao aumento das receitas financeiras devido obtenção de melhores taxas quando comparadas ao exercício anterior.

Despesas Financeiras

A despesa financeira da Companhia em 2019 totalizou R\$3,5 milhões ante R\$2,2 milhões em 2018. Esse aumento de R\$1,3 milhões se deve aos juros do empréstimo do Banco Itaú que durante o ano de 2019 aumentaram em R\$ 1,2 milhões.

Lucro Líquido

Em 2019, a Companhia registrou um lucro líquido de R\$29,8 milhões, ante a R\$24,0 milhões em 2018. A variação positiva de R\$ 5,8 milhões é explicada, principalmente, em função do aumento do EBITDA em R\$ 11,5 milhões, compensado parcialmente por maior despesa de impostos (IR/CSLL) em R\$3,1 milhões, em comparação a 2018.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Balanços patrimoniais

(Em milhares de reais)

Ativo	2019	AV %	AH%	2018	AV %
<i>Ativo circulante</i>					
Caixa e equivalentes de caixa	73.376	35,1%	7,6%	68.183	36,8%
Contas a receber	76.683	36,7%	3,1%	74.372	40,1%
Estoques de serviços em andamento	2.767	1,3%	8,5%	2.551	1,4%
Despesas antecipadas	5.760	2,8%	57,6%	3.655	2,0%
Impostos a recuperar	5.517	2,6%	27,1%	4.341	2,3%
Contas a receber de partes relacionadas	79	0,0%	-85,6%	550	0,3%
Outros ativos circulantes	1.442	0,7%	-69,2%	4.685	2,5%
Total do ativo circulante	165.624	79,3%	4,6%	158.337	85,3%
<i>Ativo não circulante</i>					
Estoques de serviços em andamento	728	0,3%	-47,2%	1.380	0,7%
Depósitos judiciais e caução	4.640	2,2%	8,1%	4.291	2,3%
Depósitos vinculados	4.931	2,4%	5,0%	4.696	2,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.268	1,1%	4,7%	2.167	1,2%
Outros valores a receber	7.715	3,7%	100,0%	266	0,1%
Despesas antecipadas	138	0,1%	100,0%	-	0,0%
Investimento	-	0,0%	-100,0%	400	0,2%
Imobilizado	11.435	5,5%	47,0%	7.777	4,2%
Intangível	6.855	3,3%	10,4%	6.212	3,3%
Ativo de direito de uso	4.493	2,2%	100,0%	-	0,0%
Total do ativo não circulante	43.203	20,7%	58,9%	27.189	14,7%
Total do ativo	208.827	100,0%	12,6%	185.526	100,0%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Passivo	2019	AV %	AH%	2018	AV %
<i>Passivo Circulante</i>					
Fornecedores	12.193	5,8%	7,2%	11.369	6,1%
Empréstimos e financiamentos	8.996	4,3%	34,8%	6.673	3,6%
Financiamentos por arrendamento mercantil	1.881	0,9%	127,7%	826	0,4%
Passivos de arrendamento	1.711	0,8%	100,0%	-	0,0%
Salários e encargos sociais	8.368	4,0%	16,0%	7.213	3,9%
Impostos e contribuições a recolher	7.854	3,8%	35,0%	5.816	3,1%
Provisão para férias e 13º salário	21.013	10,1%	18,4%	17.751	9,6%
Dividendos a pagar	6.880	3,3%	23,8%	5.559	3,0%
Receitas diferidas	13.670	6,5%	20,3%	11.365	6,1%
Empréstimos com partes relacionadas	4.676	2,2%	-22,2%	6.008	3,2%
Outras obrigações	1.134	0,5%	6,0%	1.070	0,6%
Total do passivo circulante	88.376	42,3%	20,0%	73.650	39,7%
<i>Passivo Não -Circulante</i>					
Provisão para perda de causas judiciais	2.395	1,1%	56,5%	1.530	0,8%
Empréstimos e financiamentos	1.428	0,7%	-84,5%	9.217	5,0%
Passivos de arrendamento	2.180	1,0%	80,3%	1.209	0,7%
Financiamentos por arrendamento mercantil	3.120	1,5%	100,0%	-	0,0%
Receitas diferidas	1.200	0,6%	-25,0%	1.600	0,9%
Empréstimos com partes relacionadas	3.210	1,5%	-60,0%	8.024	4,3%
Total do passivo não circulante	13.533	6,5%	-37,3%	21.580	11,6%
<i>Patrimônio líquido</i>					
Capital social	54.849	26,3%	0,0%	54.849	29,6%
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.066	0,5%	214,5%	339	0,2%
Ações em Tesouraria	(162)	-0,1%	-81,1%	(859)	-0,5%
Reserva de capital	185	0,1%	-74,1%	715	0,4%
Reserva de lucros	24.174	11,6%	-6,0%	25.725	13,9%
Dividendo adicional proposto	20.642	9,9%	364,1%	4.448	2,4%
Ajustes acumulados de conversão	5.066	2,4%	13,4%	4.469	2,4%
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	105.820	50,7%	18,0%	89.686	48,3%
Participação acionistas não controladores	1.098	0,5%	80,0%	610	0,3%
Total do patrimônio líquido	106.918	51,2%	18,4%	90.296	48,7%
Total do passivo e do patrimônio líquido	208.827	100,0%	12,6%	185.526	100,0%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Análise e Discussão das Principais Contas Patrimoniais

Ativo Circulante: O ativo circulante totalizou R\$165,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, mostrando um aumento de 4,6% em relação aos R\$158,3 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento deveu-se, basicamente, à elevação do saldo do Caixa e equivalentes de caixa de R\$68,2 milhões para R\$73,4 milhões, refletindo um maior volume de recebimentos, quando comparada a receita contabilizada no mesmo período.

Ativo Não Circulante: O ativo não circulante totalizou R\$43,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, mostrando aumento de 58,9% em relação aos R\$27,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. Este aumento deve-se, basicamente, ao registro dos aluguéis no ativo conforme o CPC 06 e a aquisições do ativo imobilizado.

Passivo Circulante: O passivo circulante em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$88,4 milhões, aumento de 20,0% em relação ao valor de R\$73,6 milhões em 31 de dezembro de 2018. Este aumento deve-se, principalmente pelo aumento de 50,1% do faturamento antecipado R\$13,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 em relação aos R\$8,8 milhões em 31 de dezembro de 2018 e pela contratação leasing de equipamentos de informática no valor de R\$3,3 milhões.

Passivo Não Circulante: O passivo não circulante em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$13,5 milhões, redução de 37,3% em relação ao valor de R\$21,6 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esta redução foi decorrente da liquidação dos empréstimos da companhia.

Patrimônio Líquido: Encerramos o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 com Patrimônio Líquido de R\$105,9 milhões (sem considerar a participação dos não controladores), aumento de 18,0% sobre o valor em 31 de dezembro de 2018 de R\$89,7 milhões. Este aumento refletiu, basicamente, a variação de 364,1% dos dividendos a pagar reflexo do aumento do EBITDA em R\$5,8 milhões, compensado parcialmente por maior despesa de impostos (IR/CSLL) em R\$11,5 milhões, em comparação a 2018, somados ao aumento da variação cambial sobre o investimento na BRQ IT Services, Inc.,.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2018 COMPARADO A 31/12/2017

Demonstrações dos resultados

(Em milhares de reais)

DRE	2018	AV %	AH %	2017	AV %
Receita líquida de vendas e serviços prestados	357.715	100,0%	15,9%	308.627	100,0%
Custo das vendas e dos serviços prestados	(261.936)	-73,2%	5,11%	(249.205)	-80,7%
Lucro bruto	95.779	26,8%	61,2%	59.422	19,3%
(Despesas) / receitas operacionais					
Despesas administrativas	(59.471)	-16,6%	7,0%	(55.583)	-18,0%
Despesas tributárias	(1.663)	-0,5%	-20,9%	(2.103)	-0,7%
Outras (despesas) / receitas operacionais	249	0,1%	109,2%	119	0,0%
	(60.885)	-17,0%	5,8%	(57.567)	-18,7%
Resultado antes do resultado financeiro e dos impostos	34.894	9,8%	1781,1%	1.855	0,6%
Despesas financeiras	2.891	0,8%	-19,0%	3.568	1,2%
Receitas financeiras	(2.185)	-0,6%	-32,7%	(3.245)	-1,1%
	706	0,2%	118,6%	323	0,1%
Resultado antes dos impostos	35.600	10,0%	1534,5%	2.178	0,7%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(9.282)	-2,6%	100,0%	407	0,1%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.290)	-0,6%	360,8%	(497)	-0,2%
Lucro líquido do exercício	24.028	6,7%	1050,8%	2.088	0,7%
Atribuível aos acionistas controladores	23.409	6,5%	1124,3%	1.912	0,6%
Atribuível aos acionistas não controladores	619	0,2%	251,7%	176	0,1%

Análise e discussão das principais contas de Resultados

A receita líquida da Companhia totalizou R\$357,7 milhões em 2018, um aumento de 15,9% quando comparado a receita líquida de 2017, que foi de R\$308,6 milhões. Essa variação pode ser explicada, principalmente, pelo aquecimento do mercado e consequentemente aumento no volume de demandas para área de tecnologia da informação. A receita líquida de 2018 demonstra que os segmentos de instituições financeiras e de telecomunicações representam mais de 73% do seu montante total, seguida do resultado da operação que a Companhia possui nos Estados Unidos.

O exercício de 2018 foi marcado pela migração dos serviços de outsourcing para células ágeis, que tem como objetivo trabalhar com equipes mais enxutas, multidisciplinares e que atuam de forma autogerida. O resultado é que a Companhia aumentou significativamente o volume de projetos com esta característica, representando em 2018, 30% do total da sua receita líquida.

Em 2018, os custos das vendas e dos serviços prestados, aumentaram em 5,1%, totalizando R\$261,9 milhões. Esse aumento ocorreu, principalmente, pelo: aumento dos salários, encargos e provisões, em função do reajuste

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

de acordos coletivos e devido ao aumento no número de funcionários ao longo do ano de 2018 em aproximadamente 23%, compensado parcialmente pela diminuição de rescisões trabalhistas no ano, que em 2017 tiveram um impacto significativo na operação e no resultado da Companhia.

Em 2018, as despesas e receitas operacionais, aumentaram em 5,8%, totalizando R\$60,9 milhões. O principal fator que contribuiu para esta elevação foram as despesas com pessoal, que apresentaram um aumento de 14,6% devido principalmente ao reajuste decorrente dos acordos coletivos, e impulsionado também pelo aumento no número de funcionários da Companhia.

EBITDA

Em 2018, a Companhia alcançou um EBITDA consolidado de R\$39,0 milhões, valor significativamente superior ao registrado em 2017, de R\$6,4 milhões, conforme demonstrado abaixo:

EBITDA - R\$ milhões	Consolidado	
	2018	2017
Lucro líquido	24,0	2,1
Resultado financeiro	(0,7)	(0,3)
Imposto de renda e contribuição social	11,6	0,1
Depreciação e amortização	4,1	4,5
EBITDA	39,0	6,4
Margem EBITDA	10,9%	2,1%

Esta variação, ocorreu, principalmente, devido ao: aumento de 15,9% da receita líquida em contrapartida de uma variação de apenas 5,1% no custo da prestação dos serviços devido a uma maior eficiência na execução dos projetos e redução de custos realizados pela Companhia, sendo acompanhado pelas despesas operacionais, que apresentaram um aumento de apenas 5,8% quando comparado ao ano anterior.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Balanços patrimoniais

(Em milhares de reais)

Ativo	2018	AV %	AH%	2017	AV %
<i>Ativo circulante</i>					
Caixa e equivalentes de caixa	68.183	36,8%	77,6%	38.390	26,4%
Contas a receber	74.372	40,1%	34,4%	55.345	38,1%
Estoques de serviços em andamento	2.551	1,4%	-39,9%	4.246	2,9%
Despesas antecipadas	3.655	2,0%	8,6%	3.367	2,3%
Impostos a recuperar	4.341	2,3%	-62,9%	11.691	8,0%
Contas a receber de partes relacionadas	550	0,3%	428,8%	104	0,1%
Outros ativos circulantes	4.685	2,5%	27,0%	3.690	2,5%
Total do ativo circulante	158.337	85,3%	35,5%	116.833	80,4%
<i>Ativo não circulante</i>					
Estoques de serviços em andamento	1.380	0,7%	119,0%	630	0,4%
Depósitos judiciais e caução	4.291	2,3%	58,5%	2.708	1,9%
Depósitos vinculados	4.696	2,5%	-24,8%	6.245	4,3%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.167	1,2%	-51,4%	4.457	3,1%
Outros valores a receber	266	0,1%	100,0%	-	0,0%
Ativo financeiro disponível para venda	-	0,0%	-100,0%	400	0,3%
Investimento	400	0,2%	100,0%	-	0,0%
Imobilizado	7.777	4,2%	2,5%	7.589	5,2%
Intangível	6.212	3,3%	-4,0%	6.468	4,5%
Total do ativo não circulante	27.189	14,7%	-4,6%	28.497	19,6%
Total do ativo	185.526	100,0%	27,7%	145.330	100,0%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Passivo	2018	AV %	AH%	2017	AV %
<i>Passivo Circulante</i>					
Fornecedores	11.369	6,1%	13,2%	10.041	6,9%
Empréstimos e financiamentos	6.673	3,6%	595,8%	959	0,7%
Financiamentos por arrendamento mercantil	826	0,4%	200,4%	275	0,2%
Salários e encargos sociais	7.213	3,9%	57,4%	4.583	3,2%
Impostos e contribuições a recolher	5.816	3,1%	-2,8%	5.985	4,1%
Provisão para férias e 13º salário	17.751	9,6%	23,2%	14.413	9,9%
Dividendos a pagar	5.559	3,0%	100,0%	454	0,3%
Receitas diferidas	11.365	6,1%	-17,4%	13.766	9,5%
Empréstimos com partes relacionadas	6.008	3,2%	-11,9%	6.818	4,7%
Outras obrigações	1.070	0,6%	9,6%	976	0,7%
Total do passivo circulante	73.650	39,7%	26,4%	58.270	40,1%
<i>Passivo Não circulante</i>					
Provisão para contingências	1.530	0,8%	57,4%	972	0,7%
Empréstimos e financiamentos	9.217	5,0%	100,0%	-	0,0%
Financiamentos por arrendamento mercantil	1.209	0,7%	267,5%	329	0,2%
Receitas financeiras diferidas	1.600	0,9%	4224,3%	37	0,0%
Empréstimos com partes relacionadas	8.024	4,3%	-43,6%	14.219	9,8%
Total do passivo não circulante	21.580	11,6%	38,7%	15.557	10,7%
<i>Patrimônio líquido</i>					
Capital social	55.188	29,7%	0,6%	54.849	37,7%
Ações em Tesouraria	(859)	-0,5%	0,0%	(859)	-0,6%
Reserva de capital	715	0,4%	2,1%	700	0,5%
Reserva de lucros	25.725	13,9%	108,8%	12.323	8,5%
Dividendo adicional proposto	4.448	2,4%	100,0%	1.362	0,9%
Ajustes acumulados de conversão	4.469	2,4%	66,6%	2.682	1,8%
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	89.686	48,3%	26,2%	71.057	48,9%
Participação acionistas não controladores	610	0,3%	36,8%	446	0,3%
Total do patrimônio líquido	90.296	48,7%	26,3%	71.503	49,2%
Total do passivo e do patrimônio líquido	185.526	100,0%	27,7%	145.330	100,0%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Análise e Discussão das Principais Contas Patrimoniais

Ativo Circulante: O ativo circulante totalizou R\$158,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, mostrando um aumento de 35,5% em relação aos R\$116,8 milhões em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento deveu-se, basicamente, à elevação do saldo do Caixa e equivalentes de caixa de R\$38,4 milhões para R\$68,2 milhões, refletindo um maior volume de recebimentos, quando comparada a receita contabilizada no mesmo período (como contrapartida, verificou-se uma diminuição do Contas a receber). Adicionalmente, a Companhia obteve junto ao Banco Itaú um empréstimo de R\$ 15,0 milhões no final de dezembro de 2018 para fins de capital de giro. Verificou-se também uma redução no saldo da conta de impostos a recuperar, em função da compensação do IRPJ e CSSL do ano corrente.

Ativo Não Circulante: O ativo não circulante totalizou R\$27,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, mostrando redução de 4,6% em relação aos R\$28,5 milhões em 31 de dezembro de 2017. Esta diminuição deve-se, basicamente, ao registro contábil da depreciação e amortização do exercício, além da diminuição do Imposto de renda e contribuição social diferidos, ocasionada basicamente pela utilização dos créditos fiscais oriundos de prejuízo fiscal e base negativa registrados em anos anteriores.

Passivo Circulante: O passivo circulante em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$73,6 milhões, aumento de 26,4% em relação ao valor de R\$58,2 milhões em 31 de dezembro de 2017. Este aumento deve-se, principalmente, pelo aumento nos gastos com pessoal próprio e, consequentemente, dos valores provisionados a título de férias, reflexo direto do aumento do quadro de pessoal, e da contratação de leasing de equipamentos de informática e um empréstimo junto ao Banco Itaú, no montante total de R\$ 15,0 milhões, sendo R\$ 5,5 registrado no passivo circulante.

Passivo Não Circulante: O passivo não circulante em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$21,6 milhões, aumento de 4,2% em relação ao valor de R\$15,6 milhões em 31 de dezembro de 2017. Este aumento foi decorrente da contratação de leasing de equipamentos de informática e um empréstimo junto ao Banco Itaú no montante total de R\$ 15,0 milhões, sendo R\$ 9,2 registrados no passivo não circulante.

Patrimônio Líquido: Encerramos o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 com Patrimônio Líquido de R\$ 89,7 milhões (sem considerar a participação dos não controladores), aumento de 26,3% sobre o valor em 31 de dezembro de 2017 de R\$71 milhões. Este aumento refletiu, basicamente, a variação de 108,8% da reserva de lucros reflexo do aumento do EBITDA em R\$ 32,6 milhões, compensado parcialmente por maior despesa de impostos (IR/CSLL) em R\$11,5 milhões, em comparação a 2017, somados ao aumento da variação cambial sobre o investimento na BRQ IT Services, Inc.,.

EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2017 COMPARADO A 31/12/2016

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Demonstrações dos resultados

(Em milhares de reais)

Análise e discussão das principais contas de Resultados

A receita líquida de 2017 atingiu R\$ 308,6 milhões, representando uma redução de 11,9% quando comparado à receita líquida de 2016, que foi de R\$ 350,2 milhões. Esse resultado decorre principalmente da retração do mercado e, consequentemente, da redução no volume de demandas para área de tecnologia da informação (TI) em clientes dos setores financeiro, seguradoras e processadores de cartões.

Os custos das vendas e serviços prestados em 2017 foram de R\$ 249,2 milhões, 12,4% menor que em 2016, de R\$ 284,5 milhões. Esta diminuição dos custos acompanhou, basicamente, a redução no volume de receitas da Companhia, mas foi influenciado positivamente pela melhoria na eficiência operacional, mas por outro lado foi impactado de forma negativa pelos elevados gastos não recorrentes com rescisões. Diante deste cenário, a margem bruta da Companhia não sofreu alterações significativas: de 18,8% em 2016 para 19,3% em 2017.

As despesas administrativas em 2017 foram de R\$ 55,6 milhões, 20,8% menores que em 2016 que fecharam em R\$ 70,2 milhões, influenciadas, basicamente, pela redução nos gastos com pessoal próprio e aluguéis e condomínios, reflexo direto da reestruturação da Companhia.

O EBITDA foi de R\$6.372 mil em 2017, ainda influenciado pelos gastos não recorrentes com rescisões, que totalizaram R\$ 9,6 milhões.

(Em milhares de reais)

	2017	2016
Lucro líquido do período das operações em continuidade	2.088	(4.118)
Resultado financeiro líquido	(323)	(244)
Imposto de renda e contribuição social	90	(1.638)
Depreciação e amortização	4.517	6.030
EBITDA	6.372	30
Margem EBITDA	2,1%	0,01%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Balanços patrimoniais

(Em milhares de reais)

Ativo	2017	AV %	AH%	2016	AV %
<i>Ativo Circulante</i>					
Caixa e equivalentes de caixa	38.390	26,4%	43,4%	26.769	18,4%
Contas a receber	55.345	38,1%	-9,5%	61.155	41,9%
Estoques de serviços em andamento	4.246	2,9%	-0,4%	4.265	2,9%
Despesas antecipadas	3.367	2,3%	75,1%	1.923	1,3%
Impostos a recuperar	11.691	8,0%	-23,1%	15.212	10,4%
Contas a receber de partes relacionadas	104	0,1%	8,3%	96	0,1%
Outros ativos circulantes	3.690	2,5%	71,9%	2.146	1,5%
Total do ativo circulante	116.833	80,4%	4,7%	111.566	76,5%
<i>Ativo Não -Circulante</i>					
Estoques de serviços em andamento	630	0,4%	-71,8%	2.232	1,5%
Depósitos judiciais e caução	2.708	1,9%	-14,3%	3.161	2,2%
Depósitos vinculados	6.245	4,3%	-5,9%	6.637	4,6%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.457	3,1%	-10,0%	4.954	3,4%
Ativo financeiro disponível para venda	400	0,3%	0,0%	400	0,3%
Imobilizado	7.589	5,2%	-18,4%	9.298	6,4%
Intangível	6.468	4,5%	-14,3%	7.545	5,2%
Total do ativo não circulante	28.497	19,6%	-16,7%	34.227	23,5%
Total do ativo	145.330	100,0%	-0,3%	145.793	100,0%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Passivo	2017	AV %	AH%	2016	AV %
<i>Passivo Circulante</i>					
Fornecedores	10.041	6,9%	-4,7%	10.537	7,2%
Empréstimos e financiamentos	959	0,7%	-16,0%	1.141	0,8%
Financiamentos por arrendamento mercantil	275	0,2%	-64,3%	771	0,5%
Salários e encargos sociais	4.583	3,2%	11,0%	4.127	2,8%
Impostos e contribuições a recolher	5.985	4,1%	9,8%	5.450	3,7%
Provisão para férias e 13º salário	14.413	9,9%	-22,2%	18.537	12,7%
Participação nos Resultados - PPR	-	0,0%	-100,0%	3.312	2,3%
Dividendos a pagar	454	0,3%	100,0%	-	0,0%
Receitas diferidas	13.766	9,5%	30,2%	10.577	7,3%
Empréstimos com partes relacionadas	6.818	4,7%	131,5%	2.945	2,0%
Outras obrigações	976	0,7%	-26,8%	1.334	0,9%
Total do passivo circulante	58.270	40,1%	-0,8%	58.731	40,3%
<i>Passivo Não -Circulante</i>					
Provisão para contingências	972	0,7%	71,4%	567	0,4%
Financiamentos por arrendamento mercantil	329	0,2%	229,0%	100	0,1%
Receitas financeiras diferidas	37	0,0%	-92,4%	488	0,3%
Empréstimos com partes relacionadas	14.219	9,8%	3,3%	13.768	9,4%
Total do passivo não circulante	15.557	10,7%	4,2%	14.923	10,2%
<i>Patrimônio líquido</i>					
Capital social	54.849	37,7%	0,7%	54.456	37,4%
Ações em Tesouraria	(859)	-0,6%	3804,5%	(22)	0,0%
Reserva de capital	700	0,5%	-37,4%	1.118	0,8%
Reserva de lucros	12.323	8,5%	-10,2%	13.727	9,4%
Dividendo adicional proposto	1.362	0,9%	100,0%	-	0,0%
Ajustes acumulados de conversão	2.682	1,8%	6,1%	2.527	1,7%
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	71.057	48,9%	-1,0%	71.806	49,3%
Participação acionistas não controladores	446	0,3%	33,9%	333	0,2%
Total do patrimônio líquido	71.503	49,2%	-0,9%	72.139	49,5%
Total do passivo e do patrimônio líquido	145.330	100,0%	-0,3%	145.793	100,0%

Análise e Discussão das Principais Contas Patrimoniais

Ativo Circulante: O Ativo Circulante totalizou R\$116,8 milhões em 31 de dezembro de 2017, mostrando um aumento de 4,7% em relação aos R\$111,6 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esse aumento deveu-se, basicamente, à elevação do saldo do Caixa e equivalentes de caixa de R\$26,8 milhões para R\$38,4 milhões, refletindo um maior volume de recebimentos, quando comparada a receita contabilizada no mesmo período (como contrapartida, verificou-se uma diminuição do Contas a receber). Verificou-se também uma redução no saldo da conta de impostos a recuperar, em função do menor volume de faturamento ocorrido neste exercício.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Ativo Não Circulante: O Ativo Não Circulante totalizou R\$28,5 milhões em 31 de dezembro de 2017, mostrando redução de 16,7% em relação aos R\$34,2 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esta diminuição deve-se, basicamente, ao registro contábil da depreciação e amortização do exercício, além da prestação mensal de serviços para clientes, que proporciona uma redução nos Estoques da Companhia.

Passivo Circulante: O Passivo Circulante em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$58,2 milhões, redução de 0,8% em relação ao valor de R\$58,7 milhões em 31 de dezembro de 2016. Esta redução foi causada, principalmente, pela diminuição nos gastos com pessoal próprio e, consequentemente, dos valores provisionados a título de férias, reflexo direto da diminuição no volume de demandas para área de TI e consequente redução do quadro funcional ocorrido em 2017.

Passivo Exigível a Longo Prazo: O Passivo Exigível a Longo Prazo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$15,6 milhões, aumento de 4,2% em relação ao valor de R\$14,9 milhões em 31 de dezembro de 2016. Este aumento foi decorrente das liberações, ocorridas em 2017, de duas parcelas do financiamento contratado pela Companhia junto ao BNDES Prosoft.

Patrimônio Líquido: Encerramos o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 com Patrimônio Líquido de R\$ 71 milhões (sem considerar a participação dos não controladores), redução de 1% sobre o valor em 31 de dezembro de 2016 de R\$71,8 milhões. Esta diminuição refletiu, basicamente, a perda cambial sobre o investimento na BRQ IT Services, Inc., no valor de R\$ 1,4 milhões, somado ao aumento do volume de Ações em tesouraria. Por outro lado, o patrimônio líquido foi afetado positivamente pela parcela do lucro líquido a ser destinada para pagamento de dividendos adicionais.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

O exercício de 2019 foi marcado pelo aumento da migração dos serviços de outsourcing para células ágeis, que tem como objetivo trabalhar com equipes mais enxutas, multidisciplinares e que atuam de forma autogerida. O resultado é que a Companhia aumentou significativamente o volume de projetos com esta característica.

ii fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

No primeiro semestre de 2017, a Companhia ainda foi afetada pelo grande volume de demissões ocorridas no período, que totalizaram R\$ 9,6 milhões. Já no segundo semestre, a BRQ apresentou um aumento significativo da sua margem EBITDA, em função, principalmente, do crescimento das demandas nos seus principais clientes e melhoria na sua eficiência operacional.

Em 2018, a Companhia alcançou um EBITDA consolidado de R\$39,0 milhões, valor significativamente superior ao registrado em 2017, de R\$6,4 milhões. Esta variação, ocorreu, principalmente, devido ao: aumento de 15,9% da receita líquida em contrapartida de uma variação de apenas 5,1% no custo da prestação dos serviços devido a uma maior eficiência na execução dos projetos e redução de custos realizados pela Companhia, sendo acompanhado pelas despesas operacionais, que apresentaram um aumento de apenas 7% quando comparado ao ano anterior.

Em 2019, a Companhia alcançou um EBITDA consolidado de R\$50,5 milhões, valor significativamente superior ao registrado em 2018, de R\$39,0 milhões. Esta variação, ocorreu, principalmente, devido ao: aumento de 16,9% da receita líquida e o aumento da eficiência na execução dos projetos quando comparado ao ano anterior.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

A receita líquida de 2017 apresentou redução quando comparada aos exercícios anteriores, como resultado da retração do mercado e, consequentemente, da redução no volume de demandas para área de tecnologia da informação (TI) em clientes dos setores financeiro, seguradoras e processadores de cartões.

No ano de 2018, a Companhia obteve um desempenho acima do esperado, com destaque para o aumento expressivo do EBITDA, atingindo R\$39,0 milhões e 10,9% da Receita Líquida. Podemos observar a migração dos serviços de outsourcing para células ágeis, que tem como objetivo trabalhar com equipes mais enxutas, multidisciplinares e que atuam de forma autogerida. A receita de venda de software de terceiros se manteve estável em 2018, porém, houve um aumento significativo de venda de software proprietário, alavancado pela venda de produtos desenvolvidos internamente pela Companhia, ofertados principalmente para o segmento de seguros.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

No ano de 2019, a Companhia registrou uma receita operacional líquida de R\$418,1 milhões em 2019, um aumento de R\$60,4 milhões ou 16,9% comparado à receita registrada em 2018

c. **Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.**

As variações dos índices de inflação impactam fortemente os custos e despesas da Companhia, já que o IGP-M e o IPCA são utilizados como referencial para reajuste dos serviços contratados pela mesma e também para cálculo do dissídio dos profissionais, sendo este último responsável pelo aumento do principal item de custo da BRQ.

Adicionalmente, o resultado financeiro da Companhia é impactado, basicamente, por variações na TJLP, em função dos empréstimos contratados junto ao BNDES.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras**a. Introdução ou alienação de segmento operacional.**

Até 31 de dezembro de 2019, não foram introduzidos ou alienados quaisquer segmentos operacionais nas atividades da Companhia.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Em 2019, 2018 e 2017, não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. Eventos ou operações não usuais.

Os Diretores da Companhia entendem não ter praticado qualquer evento ou operação não usual ou fora do curso normal de seus negócios ou de seus objetivos estratégicos.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e pelas entidades do Grupo.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.

O relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro e 2019, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. em 13 de fevereiro de 2020, não contém ressalvas e nem opinião adversa.

O relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro e 2018, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. em 13 de fevereiro de 2019, não contém ressalvas e nem opinião adversa.

O relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro e 2017, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. em 20 de fevereiro de 2018, não contém ressalvas e nem opinião adversa.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Entendemos que a política contábil mais crítica adotada pela Companhia é a que diz respeito ao método de reconhecimento de uma parcela significativa da sua receita operacional. A Companhia reconhece uma parcela da receita com a prestação de serviços de desenvolvimento de aplicações e integrações com base no estágio de conclusão do serviço. O estágio de conclusão é avaliado com base no método de proporção entre os custos incorridos até a data e os custos totais estimados da transação. Caso os projetos não sejam bem planejados, ou caso sofram modificações de escopo ou de cronograma durante sua execução, ou ainda, caso o contratante não homologue os trabalhos desenvolvidos, as receitas eventualmente já reconhecidas podem acabar sendo estornadas, ou a Companhia pode ter que reconhecer perdas para refletir sua menor expectativa de faturamento.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:
 - i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
 - ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
 - iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
 - iv. contratos de construção não terminada
 - v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não existem ativos, passivos ou outros itens detidos pela Companhia que não aparecem em suas demonstrações financeiras.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
- b. natureza e o propósito da operação
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

O item 10.7 não é aplicável a Companhia, devido à inexistência de itens não evidenciados nas demonstrações financeiras, conforme descrito no item 10.6.

10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia pretende continuar crescendo nos próximos anos organicamente e através de aquisições de outras empresas. Para fazer frente ao crescimento esperado, a Companhia continuará investindo principalmente em sistemas de controle e gestão e na prospecção de empresas a serem adquiridas. Não podemos prever, quais serão os valores nem as condições de pagamento das futuras aquisições, nem qual será o impacto de tais aquisições em nossas demonstrações financeiras.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia espera que a maior parte dos investimentos previstos para 2020 seja financiada com recursos próprios. Entretanto, tais recursos podem ser complementados por linhas de financiamento específicas, que visam incentivar projetos relacionados à inovação tecnológica. Adicionalmente, a Companhia espera que, num futuro próximo, terá condições de obter novos recursos através da emissão de novas ações, seja por meio de subscrições privadas, seja através de ofertas públicas de ações.

iii desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não existem desinvestimentos em andamento ou previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

A Companhia não possui nenhum processo de aquisição de ativos em andamento. Estas podem ocorrer no curso normal dos negócios e para fazer frente ao crescimento esperado. Eventuais patentes poderão fazer parte das empresas adquiridas, mas não temos como prever quais, quantas e por que valor serão adquiridas.

c. Novos produtos e serviços

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2019, o investimento com o desenvolvimento de um novo software, no valor de R\$861 mil, concentrou-se em uma solução interna para controle dos projetos da Companhia. Todos os custos com pesquisa e desenvolvimento não elegíveis para capitalização foram reconhecidos como despesas administrativas no resultado.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados no item 10.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

A Companhia não tem a prática de divulgar suas projeções.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

A Companhia não tem a prática de divulgar suas projeções.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- a. atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:
 - i. se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

Conforme artigo 25º do Estatuto Social da Companhia compete ao Conselho de Administração:

- (i) Fixar a orientação geral dos negócios da companhia;
- (ii) Eleger e destituir os diretores e fixar-lhes as atribuições que não estejam especificamente previstas no Estatuto Social da COMPANHIA ou em lei;
- (iii) Fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração pela companhia, e quaisquer outros atos;
- (iv) Estabelecer critérios para o rateio da remuneração de cada administrador, respeitado o montante global fixado pela Assembleia Geral de Acionistas;
- (v) Convocar a Assembleia Geral;
- (vi) Manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria;
- (vii) Escolher e destituir os auditores independentes;
- (viii) Autorizar a alienação e oneração de bens do ativo permanente, bem como a prestação de garantias a terceiros;
- (ix) Autorizar a Diretoria a decidir sobre a aquisição, a alienação e/ou oneração de bens do ativo permanente e compromissos financeiros que a Companhia pretende investir, cujo valor não exceda R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais);
- (x) Decidir sobre casos omissos neste estatuto;
- (xi) Deliberar, dentro do limite de capital autorizado, sobre a emissão de valores mobiliários de qualquer tipo, inclusive ações ou bônus de subscrição, com ou sem a exclusão do direito de preferência dos acionistas, fixando as condições da emissão e colocação das ações ou bônus de subscrição;
- (xii) Autorizar a compra de ações da Companhia, para sua permanência em tesouraria, posterior alienação ou cancelamento, nos termos da lei e das disposições regulamentares em vigor;
- (xiii) Aprovar o orçamento anual e planos financeiros e de negócios, bem como suas respectivas alterações ou modificações;
- (xiv) Aprovar e acompanhar despesas gerais e administrativas (G&A) não previstas no orçamento

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- anual da COMPANHIA, cujo valor, isoladamente ou agregado, seja acima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por mês;
- (xv) Definir lista tríplice de instituições ou empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a elaboração de laudo de avaliação das ações da COMPANHIA, em caso de saída do BOVESPA MAIS ou cancelamento de registro de companhia aberta na CVM, na forma estabelecida neste Estatuto Social;
 - (xvi) Aprovar a contratação da instituição prestadora dos serviços de escrituração;
 - (xvii) Fixar o quadro de pessoal e o plano de cargos e salários da COMPANHIA;
 - (xviii) Estabelecer o valor de participação nos lucros dos empregados da COMPANHIA, podendo decidir por não lhes atribuir qualquer participação;
 - (xix) Decidir sobre a concessão de avais, fianças ou a outorga de qualquer outra garantia em favor de qualquer terceiro, independentemente do valor envolvido;
 - (xx) Decidir sobre a cessão ou transferência, por qualquer meio, a qualquer terceiro, de qualquer marca, patente, direito autoral, know how, software, ou qualquer outro direito de propriedade industrial, intelectual ou bem intangível pertencente à COMPANHIA e/ou a qualquer de suas Afiliadas;
 - (xxi) Decidir sobre a celebração, alteração ou rescisão de qualquer contrato ou acordo, verbal ou escrito, em favor de qualquer Acionista, administrador ou empregado da COMPANHIA (exceto contratos de trabalho), ou de qualquer Afiliada de tais administradores, Acionistas ou empregados;
 - (xxii) Decidir sobre qualquer aquisição de controle de outra sociedade, ou de parte substancial dos ativos ou negócios de outra sociedade, ou a participação da COMPANHIA em grupo de sociedades;
 - (xxiii) Decidir sobre qualquer associação da COMPANHIA com outra sociedade;
 - (xxiv) Celebrar, alterar ou rescindir qualquer contrato (exceto os contratos comerciais celebrados no curso normal dos negócios da COMPANHIA), cujo valor global exceda R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
 - (xxv) Decidir sobre qualquer aluguel, alienação, transferência ou constituição de quaisquer ônus ou gravames sobre qualquer bem ou direito da COMPANHIA, excetuadas aquelas operações expressamente autorizadas pelo plano de negócios ou orçamento anual da COMPANHIA;
 - (xxvi) Decidir sobre a proposição de qualquer medida, em âmbito administrativo ou judicial, que envolva valores iguais ou superiores a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) ou que

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

possa ter impacto negativo nos Negócios da COMPANHIA ou em seu relacionamento com clientes ou autoridades governamentais e,

(xxvii) Decidir sobre a instalação de agências, sucursais filiais ou escritórios da Companhia no Brasil ou no exterior, à vista de proposta da Diretoria.

A última atualização do Estatuto Social da Companhia foi realizada através da Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29/04/2016.

O Estatuto Social está disponível para consulta no site de Relações com Investidores da Companhia (www.brq.com.br/ri), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.bmfbovespa.com.br).

ii. se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

A Companhia não possui comitê de auditoria estatutário.

iii. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Conselho de Administração realiza trimestralmente reuniões onde são examinadas e discutidas as informações contábeis do período, acompanhadas do relatório de revisão emitido pelos Auditores Independentes.

b. em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Além dos que forem necessários à realização dos fins sociais, a Diretoria é também investida de todos os poderes relacionados abaixo, conforme previsto no artigo 34º do Estatuto da Companhia:

- (i) A contratação de empréstimos junto a instituições financeiras e, de modo especial, junto a quaisquer carteiras do Banco do Brasil S.A. ou do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);
- (ii) Prestar fianças e/ou avais conforme decisão do Conselho de Administração, em favor de outras empresas das quais a companhia participe como sócia ou acionista;
- (iii) Transigir, renunciar, desistir ou firmar compromissos;
- (iv) Celebrar contratos de qualquer natureza, relativos ao objeto social; e

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- (v) Em reunião, nomear, com o título de Diretor Adjunto ou de Diretor de Divisão ou de Diretor de Departamento, pessoal para gerenciar setores administrativos, não implicando tal procedimento em delegação de poderes que, por lei ou pelo presente estatuto, sejam privativos dos Diretores eleitos, nem lhes atribuindo, assim, a condição de membro de qualquer órgão estatutário.

Ainda, conforme artigo 36º e 37º do Estatuto da Companhia competirá:

I - ao Diretor Presidente:

- (i) Representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, especialmente para prestar depoimento pessoal, ressalvadas iguais atribuições ao Diretor Vice-Presidente;
- (ii) Presidir as reuniões da Diretoria, usando do voto de qualidade no caso de empate nas deliberações; e.
- (iii) Dirigir todas as atividades sociais em conjunto com o Diretor Vice-Presidente e com a colaboração dos demais Diretores.

II - ao Diretor Vice-Presidente:

- (i) Representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, especialmente para prestar depoimento pessoal, ressalvadas iguais atribuições do Diretor Presidente;
- (ii) Substituir o Diretor Presidente em seus impedimentos ou falta; e
- (iii) Exercer tarefas e dirigir atividades sociais que lhe seja determinada pela Diretoria.

III - ao Diretor de Relação com Investidores:

- (i) Coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações da Companhia com o mercado de capitais, representar a Companhia perante acionistas, investidores, os analistas de mercado, a CVM, as bolsas de valores, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais pela Companhia, no Brasil ou no exterior;
- (ii) Prestar informações ao público investidor, à CVM e à BM&FBOVESPA, na forma da legislação e da regulamentação aplicável.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Compete à Diretoria:

- (i) Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto, as resoluções do Conselho de Administração e da Assembleia Geral de Acionistas e a legislação em vigor;
- (ii) Praticar todos os atos necessários à consecução do objeto social;
- (iii) Criar e extinguir filiais;
- (iv) Representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, observadas as disposições legais e/ou estatutárias pertinentes e as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;
- (v) Elaborar e submeter ao Conselho de Administração, a cada ano, o plano estratégico, suas revisões anuais e o orçamento geral da Companhia, cuidando das respectivas execuções;
- (vi) Decidir, até o limite de alçada estabelecido pelo Conselho de Administração, sobre a aquisição, a alienação e/ou a oneração de bens do ativo permanente e compromissos financeiros associados a projetos nos quais a Companhia pretende investir;
- (vii) Submeter ao Conselho de Administração, mensalmente, relatórios financeiros e operacionais da Companhia, nos termos estabelecidos pelo Conselho de Administração;
- (viii) Submeter ao Conselho de Administração, outras informações financeiras ou operacionais que o Conselho de Administração venha a julgar relevantes, para o acompanhamento da Companhia ou desempenho de sua função;
- (ix) Contratar auditoria independente, conforme aprovado pelo Conselho de Administração e auxiliar na sua implantação e execução;
- (x) Cuidar para que todos os atos societários da Companhia sejam devidamente cumpridos e formalizados assim como devidamente registrados na forma requerida pela legislação em vigor; e
- (xi) Praticar outros atos que venham a ser especificados pelo Conselho de Administração.

A última atualização do Estatuto Social da Companhia foi realizada através da Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29/04/2016.

O Estatuto Social está disponível para consulta no site de Relações com Investidores da Companhia (www.brq.com.br/ri), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.bmfbovespa.com.br).

c. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

A Companhia não possui até a presente data um Conselho Fiscal instalado.

d. se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:

- iv. a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros
- v. metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação
- ii. como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão; e
- iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Não realizamos avaliação de desempenho de nossos órgãos de administração.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

a. Prazos de Convocação:

De acordo com artigo 14º do Estatuto Social da Companhia, as Assembleias Gerais são convocadas, na forma do art. 123 da Lei de Sociedades por Ações.

A primeira convocação para Assembleia Geral é feita com antecedência mínima de 15 (quinze) dias contados da primeira publicação do anúncio de convocação. Caso a Assembleia Geral não se realize em primeira convocação, será publicado novo anúncio, com antecedência mínima de 8 (oito) dias da data prevista para realização da Assembleia em segunda convocação, conforme Artigo 124, § 1º, II da Lei nº 6.404, de 15.12.76, e modificações posteriores.

Este prazo pode ser reduzido ou mesmo dispensado se houver o comparecimento da totalidade dos acionistas.

b. Competências:

Compete à Assembleia Geral, além das atribuições que lhe são conferidas por lei e pelo presente Estatuto Social:

(i) a declaração e/ou pagamento de dividendos, ou qualquer outra forma de distribuição de lucros pela COMPANHIA, incluindo juros sobre o capital próprio, que não o dividendo obrigatório; (ii) qualquer mudança no objeto social e/ou na natureza do negócio da COMPANHIA; (iii) qualquer cisão ou outra operação que resulte na separação de quaisquer das partes dos ativos ou do negócio da COMPANHIA; (iv) qualquer fusão ou associação da COMPANHIA com, ou incorporação em ou de, outra sociedade; (v) qualquer aquisição do controle de outra sociedade, ou de parte substancial dos ativos ou negócios de outra sociedade, ou a participação da COMPANHIA em grupo de sociedades; (vi) abertura de capital da COMPANHIA; (vii) qualquer redução ou aumento do capital social da COMPANHIA acima do limite de capital autorizado; (viii) dissolução e a liquidação da COMPANHIA; (ix) transformação do tipo societário da COMPANHIA; (x) pedido de recuperação, judicial ou extrajudicial, ou pedido ou confissão de falência da COMPANHIA; (xi) qualquer alteração do Estatuto; (xii) emissão de ações acima do limite do capital autorizado ou de qualquer outro valor mobiliário; (xiii) criação de planos de ofertas de ações, bônus de subscrição ou outros valores em favor dos empregados e/ou administradores da COMPANHIA; (xiv) deliberação da saída da COMPANHIA do BOVESPA MAIS; (xv) deliberação do cancelamento do registro de companhia aberta na CVM; e (xvi) escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da COMPANHIA, em caso de saída do BOVESPA MAIS ou cancelamento de registro de companhia aberta na CVM, conforme previsto neste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

- c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise:

Endereços Físicos

- (a) Rua Boa Vista, nº 254 - 9º andar - São Paulo - SP - Cep: 01014-907
(b) Rua Teófilo Otoni, nº 63 - Sala 401 - Rio de Janeiro - RJ - Cep: 20090-080

Endereços Eletrônicos

- (a) www.brq.com/ri
(b) www.cvm.gov.br
(c) www.b3.com.br

- d. Identificação e administração de conflitos e interesses

Não adotamos um mecanismo específico de identificação e administração de conflitos de interesses relacionado às Assembleias Gerais, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira em vigor.

- e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Os representantes legais e os procuradores deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato com poderes específicos na sede da Companhia antes da Assembleia.

- f. Formalidades necessárias para aceitação de procurações outorgadas por acionistas, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notarização, consularização e tradução juramentada e se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o direito de participar de Assembleias Gerais e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas às ações, se dá mediante apresentação de documento de identidade, podendo os acionistas serem representados por procuradores que deverão apresentar instrumento de representação ou mandato na sede da Companhia antes da reunião.

O instrumento de representação ou mandato deverá conter reconhecimento de firma, e ainda, se o documento exigir deverá conter notarização, consularização e tradução juramentada.

Não é admitido a apresentação de procurações por meio eletrônico.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

g. Formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto a distância, quando enviados diretamente à companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notorização e consularização

Para que o Boletim de Voto a Distância (“BVD”) seja considerado válido, o acionista que optar pelo voto à distância ou seu representante legal deverão: (i) preencher todos os campos do BVD; (ii) rubricar todas as páginas e assinar a última página do BVD.

OBS: Não é exigido reconhecimento de firma, tradução juramentada, notorização ou consularização para o BVD

Para que o BVD seja considerado entregue, o acionista que optar pelo voto à distância deverá adotar um dos seguintes procedimentos:

1) Envio à Companhia: O acionista deverá enviar o BVD para um dos endereços indicados pela Companhia, acompanhados dos documentos exigidos pela mesma, até 7 dias antes da data de realização da Assembleia. Os Boletins recebidos após esta data poderão ser desconsiderados.

2) Envio ao Escriturador: O acionista deverá transmitir a instrução de preenchimento deste Boletim ao agente escriturador das ações da Companhia, estejam ou não as ações depositadas em depositário central, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pelo agente escriturador, até 7 dias antes da data de realização da Assembleia. Os Boletins recebidos após esta data serão desconsiderados.

Os documentos exigidos são:

(i) 1 via original do BVD preenchido conforme as orientações acima;

(ii) 1 cópia autenticada dos seguintes documentos:

- Identidade com foto do acionista ou de seu representante legal;

- Contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado;

- Documento que comprove os poderes de representação.

É exigido reconhecimento de firma, tradução juramentada, notorização ou consularização dos documentos relacionados no item (ii)

Nos termos do Art. 21-U da Instrução CVM 481, a Companhia comunicará ao acionista, em até 3 dias do recebimento dos documentos, se eles são suficientes ou não para que o voto seja considerado válido.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

h. Se a companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância ou de participação a distância

A Companhia disponibiliza sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto a distância através do endereço eletrônico **ri@brq.com**

A Companhia não transmite ao vivo vídeo e/ou áudio das assembleias gerais realizadas, não permitindo desta forma a participação a distância.

i. Instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância

A Companhia não possui instrução e/ou política que permita acionista ou grupo de acionistas a inclusão de propostas de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância além daquelas constantes na Instrução CVM 481/09, conforme alterada.

j. Se a companhia disponibiliza fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das Assembleias.

k. Outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância

Não há outras informações necessárias à participação a distância e ao exercício do direito de voto a distância do que aquelas já fornecidas nos itens anteriores.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

a. Número de reuniões realizadas no último exercício social, discriminando entre número de reuniões ordinárias e extraordinárias

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 foi realizada 01 Assembleia Geral Extraordinária (21.01.2019) e 01 Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (18/04/2019).

O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente, no mínimo uma vez por bimestre, e extraordinariamente, a qualquer tempo, sempre que convocado por seu Presidente ou por seu Vice-Presidente, ou por dois conselheiros, através de carta ou fax, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. As reuniões realizar-se-ão independentemente de convocação, caso se verifique a presença de todos os conselheiros em exercício.

A primeira convocação para Assembleia Geral deverá ser feita com antecedência mínima de 15 (quinze) dias contados da primeira publicação do anúncio de convocação. Caso a Assembleia Geral não se realize em primeira convocação, será publicado novo anúncio, com antecedência mínima de 8 (oito) dias da data prevista para realização da Assembleia em segunda convocação, conforme Artigo 124, § 1º, II da Lei nº 6.404, de 15.12.76, e modificações posteriores.

O Conselho de Administração instalar-se-á com a presença da maioria de seus membros, e suas deliberações serão tomadas pela maioria de votos dos conselheiros presentes.

Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a reunião a que comparecem todos os membros do Conselho de Administração.

As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dos presentes, salvo quando de forma diversa for indicado em nosso Estatuto Social.

b. Se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não há disposições relacionadas para o item em questão.

c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Não adotamos um mecanismo específico de identificação e administração de conflitos de interesses relacionado ao nosso Conselho de Administração, aplicando-se à hipótese as regras constantes na legislação brasileira em vigor.

d. se o emissor possui política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração formalmente aprovada, informando, em caso positivo:

- i. órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado
- ii. principais características da política, incluindo regras relativas ao processo de indicação dos membros do conselho de administração, à composição do órgão e à seleção de seus membros

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

A Companhia não possui uma política com estas características formalizada.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

Nos termos do artigo 52º de nosso Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do BOVESPA MAIS, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no BOVESPA MAIS.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Roberto Carlos Marucco Junior	13/02/1970	Pertence apenas ao Conselho de Administração	08/05/2020	30/04/2021	1
010.983.407-01	Analista de Sistemas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	11/05/2020	Sim	0.00%
Mônica de Araujo Pereira	25/04/1968	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/04/2019	30/04/2021	1
013.924.297-06	Aministradora	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	01/05/2019	Sim	100.00%
Roberto Strohschoen de Lacerda	29/08/1958	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/04/2019	30/04/2021	2
596.297.467-00	Administrador	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	01/05/2019	Sim	100.00%
Andrea Ribeiro Quadros	24/09/1965	Pertence apenas ao Conselho de Administração	18/04/2019	30/04/2021	0
839.196.357-87	Administradora	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	01/05/2019	Sim	100.00%
Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues	16/10/1967	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	18/04/2019	30/04/2021	1
994.033.157-68	Administrador	39 - Outros Conselheiros / Diretores	01/05/2019	Sim	100.00%
Diretor sem fins específicos - Eleição e Posse em 07/05/2020, com mandato de 03 anos.		Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor sem fins específicos			
Benjamin Ribeiro Quadros	02/12/1967	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	18/04/2019	30/04/2021	1
916.346.607-49	Empresário	30 - Presidente do C.A. e Diretor Presidente	01/05/2019	Sim	100.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			

Diretor de Relações com Investidores -
Eleição e Posse em 08/04/2015.

Diretor Presidente - Eleição e Posse em
07/05/2020, com mandato de 03 anos.

Experiência profissional / Critérios de Independência

Roberto Carlos Marucco Junior - 010.983.407-01

Formado em Tecnologia de Processamento de Dados pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ) em 1990 e em Administração de Empresas pela Universidade Cândido Mendes (UCAM/RJ) em 1998. Tendo também concluído MBA Executivo em Gestão de Negócios no IBMEC/RJ em 2001. Em 2010 obteve o grau de "alumni" pela Harvard Business School através do curso GMP (General Management Program).

Com 30 anos de experiência profissional, liderou times em todas as áreas de TI, estratégia, marketing digital e transformação digital.

Iniciou sua carreira como trainee na IBM Brasil, onde permaneceu por 10 anos e saiu como Líder de Segmento de Negócios. Posteriormente, foi convidado a atuar como Gerente Sênior de Desenvolvimento de Sistemas na Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro (CEG - Grupo Gás Natural - Espanha). Após 4 anos, assumiu as empresas Supergásbras e Minasgás como CIO. Seu principal objetivo foi preparar e conduzir a fusão das duas empresas, criando a SHV Gas Brasil (Grupo Holandês). Após esse período, ingressou na SulAmerica Seguros como CIO. Em março de 2019, liderou a Transformação Digital do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como Diretor de Estratégia, Transformação Digital e Pessoas. Em 2020 iniciou na empresa BRQ Soluções em Informática S.A. exercendo a função de Membro Titular Independente do Conselho de Administração.

Não há nenhuma ocorrência, durante os últimos 5 anos, de qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Mônica de Araujo Pereira - 013.924.297-06

Formada em Informática pela Universidade Federal Fluminense, com MBA em Gestão de Negócios pelo IBMEC e realizou o Programa de Gestão para Key Executivos pela Harvard Business School.

Em 2003 iniciou na empresa BRQ Soluções em Informática S.A. e exerce a função de Membro Titular do Conselho de Administração deste o ano de 2007.

Atualmente exerce o cargo de diretora não estatutária responsável pela Tesouraria e Contabilidade.

Não há nenhuma ocorrência, durante os últimos 5 anos, de qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Roberto Strohschoen de Lacerda - 596.297.467-00

Brasileiro, casado, graduado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis com MBA em Controladoria pela USP. Em 2017 iniciou na empresa BRQ Soluções em Informática S.A. exercendo a função de Membro Titular Independente do Conselho de Administração.

Possui mais de 35 anos de experiência em auditoria externa e consultoria empresarial, neste período foi sócio de consultoria empresarial da Arthur Andersen (15 anos no escritório do Rio de Janeiro e 8 anos em São Paulo), Terco Grant Thornton (3 anos), e Ernst & Young Terco (3 anos), onde atuou como responsável pela divisão de consultoria com foco no segmento de empresas de rápido crescimento e Middle Market. Nos últimos anos tem atuado como consultor independente para empresas familiares, também com participação em conselhos de administração, familiares, e de sócios.

É especialista em custos, tendo desenvolvido e implantado mais de 300 projetos, sendo mais de 100, de custos por Atividade (ABC). Co-autor de três livros sobre ABC e ABM, os quais foram publicados no Brasil, EUA, Espanha e Japão e mentor/palestrante da Endeavor sobre temas de gestão e organização, custos, e preparação para o crescimento.

Não há nenhuma ocorrência, durante os últimos 5 anos, de qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Andrea Ribeiro Quadros - 839.196.357-87

Formada em Arquitetura pela Universidade Santa Úrsula, com curso de extensão em Programação de Sistemas pela PUC-RJ, Pós Graduação em Análise de Sistemas também pela PUC-RJ e realizou o Programa de Gestão para Key Executivos pela Harvard Business School.

Desde 1995 exerce a função de Diretora da empresa BRQ Soluções em Informática S.A. além de ser Membro Titular do Conselho de Administração deste o ano de 2014. Atualmente é responsável pelo Jurídico e Facilities.

Não há nenhuma ocorrência, durante os últimos 5 anos, de qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues - 994.033.157-68

Formado em Ciências da Computação pela Universidade Federal Fluminense e realizou o Programa de Gestão para Presidentes (Owner/President Management Program - OPM) pela Harvard Business School. Desde 1997 exerce a função de Vice Presidente da empresa BRQ Soluções em Informática S.A., além de ser Vice Presidente do Conselho de Administração deste o ano de 2007. Atualmente é responsável pela gestão das seguintes áreas de negócio da empresa: Filial Rio de Janeiro, Filial Nordeste, Filial EUA e Serviços de Cloud.

Não há nenhuma ocorrência, durante os últimos 5 anos, de qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Benjamin Ribeiro Quadros - 916.346.607-49

Em 1993, com apenas 25 anos, Benjamin fundou a BRQ e no ano 2000 foi um dos fundadores da Ebit, uma empresa especializada no comércio eletrônico de informações (dot-com company) a qual se tornou referência no Brasil, sendo vendida em 2007. Benjamin Quadros é o Presidente da BRQ, vice presidente da BRASSCOM e diretor da ABES, além de ser Diretor Presidente do Conselho de Administração e Diretor de Relações com Investidores. É responsável por supervisionar a performance dos negócios da Companhia.

Não há nenhuma ocorrência, durante os últimos 5 anos, de qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Roberto Carlos Marucco Junior - 010.983.407-01	
N/A	
Mônica de Araujo Pereira - 013.924.297-06	
N/A	
Roberto Strohschoen de Lacerda - 596.297.467-00	
N/A	
Andrea Ribeiro Quadros - 839.196.357-87	
N/A	

Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues - 994.033.157-68

N/A

Benjamin Ribeiro Quadros - 916.346.607-49

N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
Monica Andrea Jambeiro Pedreira 960.255.815-68	Outros Comitês Comitê de Auditoria e Riscos	CFO	Membro do Comitê (Efetivo)	13/02/1979 08/05/2020	08/05/2020 2	2 anos 100.00%
Mariana Rosa de Almeida 051.726.278-98	Outros Comitês Comitê de Auditoria e Riscos	Comitê de Auditoria Não estatutário Advogada	Membro do Comitê (Efetivo)	29/06/1964 08/05/2020	08/05/2020 1	2 anos 100.00%
Roberto Strohschoen de Lacerda 596.297.467-00	Outros Comitês Comitê de Auditoria e Riscos	Comitê de Auditoria Não estatutário Administrador	Membro do Comitê (Efetivo)	29/08/1958 08/05/2020	08/05/2020 2	2 anos 100.00%
Experiência profissional / Critérios de Independência						
Monica Andrea Jambeiro Pedreira - 960.255.815-68						
Brasileira, casada, formada em Administração de Empresas pela Universidade Federal da Bahia e em Ciências Contábeis pela FABAC, possui MBA em Controladoria – UNIFACS. Ingressou na empresa BRQ Soluções em Informática S.A. em 2015 ocupando o cargo de Controller da Companhia.						
Atualmente ocupa o cargo de Diretora Financeira.						
Profissional com mais de 14 anos de experiência em Companhias registradas na CVM, nos segmentos de concessões de energia elétrica e rodovias e tecnologia da informação, atuando em cargo gerencial, nas áreas de controladoria, contabilidade/fiscal e controles internos.						
Ampla experiência em Reports para usuários internos e externos: Relatórios de desempenho, Demonstrações Financeiras (BR-GAAP e IFRS) e Reports para o Conselho de Administração/Acionistas.						
Responsável pela implantação do SAP em concessionárias de energia elétrica e de rodovias.						
Experiência de quatro anos na área contábil/financeira em Big Four, atuando como auditor e consultor em empresas nos segmentos de energia elétrica, engenharia e construção, químico e petroquímico e investimentos e infraestrutura.						
Não há nenhuma ocorrência, durante os últimos 5 anos, de qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.						
Mariana Rosa de Almeida - 051.726.278-98						

Brasileira, advogada, formada em Direito pela FIG/SP 1985); Pós Graduação em Direito Tributário, ministrada pelo insigne professor Paulo de Barros Carvalho na Expertise em planejamento tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) 2005/2007; e MBA em análise comportamental das pessoas (foco em RH – formação – capacitação – atualização), estudo aprofundado nas relações laborais e inovação na redação de contratos pela Faculdade Santa Rita 2015/2017; carreira iniciada na HLO (Grupo de Comunicação), DCI e Manchete 1990/2000, depois desse período, por doze anos, autonomamente, reestruturando empresas; até chegar na empresa BRQ Soluções em Informática S/A em 2012, atualmente atuando como gerente do jurídico no desenvolvimento de estratégias na redução de todo tipo de custos, utilizando metodologia Lean.

Roberto Strohschoen de Lacerda - 596.297.467-00

Brasileiro, casado, graduado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis com MBA em Controladoria pela USP. Em 2017 iniciou na empresa BRQ Soluções em Informática S.A. exercendo a função de Membro Titular Independente do Conselho de Administração.

Possui mais de 35 anos de experiência em auditoria externa e consultoria empresarial, neste período foi sócio de consultoria empresarial da Arthur Andersen (15 anos no escritório do Rio de Janeiro e 8 anos em São Paulo), Terco Grant Thornton (3 anos), e Ernst & Young Terco (3 anos), onde atuou como responsável pela divisão de consultoria com foco no segmento de empresas de rápido crescimento e Middle Market. Nos últimos anos tem atuado como consultor independente para empresas familiares, também com participação em conselhos de administração, familiares, e de sócios.

É especialista em custos, tendo desenvolvido e implantado mais de 300 projetos, sendo mais de 100, de custos por Atividade (ABC). Co-autor de três livros sobre ABC e ABM, os quais foram publicados no Brasil, EUA, Espanha e Japão e mentor/palestrante da Endeavor sobre temas de gestão e organização, custos, e preparação para o crescimento.

Não há nenhuma ocorrência, durante os últimos 5 anos, de qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas ou qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
Monica Andrea Jambeiro Pedreira - 960.255.815-68	
N/A	
Mariana Rosa de Almeida - 051.726.278-98	
N/A	
Roberto Strohschoen de Lacerda - 596.297.467-00	
N/A	

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Benjamin Ribeiro Quadros	916.346.607-49	BRQ Soluções em Informática S.A.	36.542.025/0001-64	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Presidente, Presidente do Conselho de Administração e Diretor de Relações com Investidores.				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Andrea Ribeiro Quadros	839.196.357-87	BRQ Soluções em Informática S.A.	36.542.025/0001-64	
Membro Titular do Conselho de Administração				
<u>Observação</u>				

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas entre administradores da Companhia.

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

A Companhia possui para os seus administradores uma Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O) junto à empresa Zurick Seguros S/A. A apólice possui vigência de 01/10/2019 a 01/10/2020 e o limite máximo líquido de indenização é de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões).

O presente seguro garante o pagamento dos Prejuízos Financeiros decorrentes de reclamações feitas contra a Companhia em virtude de atos danosos pelos quais sejam responsabilizados.

12.12 - Outras informações relevantes

A Companhia considera que não existem outras informações relevantes além das apresentadas nos itens anteriores.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

- a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

As práticas de remuneração têm por objetivo atrair e reter, motivar e desenvolver executivos com o padrão de excelência requerido pela Companhia.

A Companhia não possui uma política de remuneração formalmente aprovada.

b. Composição da remuneração, indicando:

- i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A Diretoria possui remuneração fixa e variável. Os membros da Diretoria recebem remuneração fixa mensal com o objetivo de compensá-los pelo desempenho de suas funções, além de um pacote de benefícios que compreende assistência médica e odontológica, auxílios refeição, alimentação e combustível, seguro de vida e previdência privada.

O valor da remuneração fixa é definido de acordo com o nível de senioridade do profissional, observadas as práticas de remuneração de mercado e a capacidade financeira da Companhia.

Os Membros da Diretoria recebem remuneração variável que depende do atingimento de metas da Companhia e do scorecard individual de cada executivo em questão.

O membro independente do Conselho de Administração recebe remuneração fixa anual.

- ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, o membro do Independente do Conselho de Administração recebe, mensalmente, honorários, que correspondem a 100% de sua remuneração.

A Diretoria tem sua remuneração composta por salários e benefícios, nas seguintes proporções: salários - 84% e benefícios correspondente a 16% do total.

- iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A metodologia de cálculo e de reajuste baseia-se em pesquisas de valores praticados pelo mercado bem como do resultado do ano de exercício da Companhia.

- iv. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração considera as responsabilidades de cada função e tem como parâmetro os resultados positivos da Companhia no respectivo ano de exercício.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

v. e existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para este fato

Sim, com exceção do Membro Independente do Conselho, os demais membros do Conselho de Administração renunciaram à remuneração, inclusive o conselheiro indicado pelo acionista BNDES Participações S.A. - BNDESPAR.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

Os principais indicadores dizem respeito a administração financeira (fluxo de caixa e EBITDA), que representam em média 60% das metas, além de indicadores de processos, satisfação de clientes e pessoas, que completam os demais 40%.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.

A remuneração variável é uma composição do atingimento de metas da companhia e o scorecard do executivo.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.

A política de remuneração dos diretores está alinhada aos interesses da Companhia, por ser fundamentada por critérios atrelados ao desempenho econômico-financeiro da Companhia previamente definidos.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Não há existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não há existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

h. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A Companhia não possui um Comitê de Remuneração, deste modo o processo decisório é feito através da aprovação em reunião realizada pelos conselheiros.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A BRQ baseia a remuneração dos seus diretores nas práticas de mercado e utilizando critérios de pesquisas salariais do setor de TI.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A avaliação é feita anualmente.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,00		8,00
Nº de membros remunerados	0,00	0,00		0,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	476.000,00	1.615.000,00		2.091.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	458.000,00		458.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	500.000,00		500.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	476.000,00	2.573.000,00		3.049.000,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,00		8,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00		4,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	357.825,02	1.545.291,35		1.903.116,37
Benefícios direto e indireto	0,00	456.500,14		456.500,14
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	495.000,00		495.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Para o exercício de 2019 não ocorreu o pagamento de remuneração variável.			
Total da remuneração	357.825,02	2.496.791,49		2.854.616,51

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,00		8,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00		4,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	325.133,76	1.492.124,64		1.817.258,40
Benefícios direto e indireto	0,00	412.333,06		412.333,06
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação	Para o exercício de 2018 não ocorreu o pagamento de remuneração variável.	Para o exercício de 2018 não ocorreu o pagamento de remuneração variável.		
Total da remuneração	325.133,76	1.904.457,70		2.229.591,46

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	2,00		8,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00		4,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	318.600,00	1.375.373,16		1.693.973,16
Benefícios direto e indireto	0,00	387.644,94		387.644,94
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00

Observação	Para o exercício de 2017 não ocorreu o pagamento de remuneração variável.	Para o exercício de 2017 não ocorreu o pagamento de remuneração variável.		
Total da remuneração	318.600,00	1.763.018,10		2.081.618,10

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração Variável - Data Base: 31 de Dezembro de 2017			
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. número total de membros	6,00	2,00	0
c. número de membros remunerados	2,00	2,00	0
d. em relação ao bônus:			
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-
e. em relação a participação no resultado:			
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-

*Para o exercício de 2017 não ocorreu o pagamento de remuneração variável.

Remuneração Variável - Data Base: 31 de Dezembro de 2018			
f. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
g. número total de membros	6,00	2,00	0
h. número de membros remunerados	2,00	2,00	0
i. em relação ao bônus:			
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-
j. em relação a participação no resultado:			

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	250.000,00	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-

*Para o exercício de 2018 não ocorreu o pagamento de remuneração variável.

Remuneração Variável - Data Base: 31 de Dezembro de 2019			
k. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
l. número total de membros	6,00	2,00	0
m. número de membros remunerados	2,00	2,00	0
n. em relação ao bônus:			
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-
o. em relação a participação no resultado:	-	-	-
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	250.000,00	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-

*Para o exercício de 2019 não ocorreu o pagamento de remuneração variável.

Remuneração Variável - Data Base: 31 de Dezembro de 2020 (Proposta)			
p. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
q. número total de membros	6,00	2,00	0
r. número de membros remunerados	2,00	2,00	0
s. em relação ao bônus:			

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-
t. em relação a participação no resultado:	-	-	-
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	250.000,00	-
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	-	-	-

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

O Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia contempla apenas seus colaboradores. Assim, não existe plano de remuneração baseado em ações para membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da BRQ.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

O Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia contempla apenas seus colaboradores. Assim, não existe remuneração baseada em ações para membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da BRQ.

13.6 - Opções em Aberto

Não se aplica a Companhia.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

Não se aplica a Companhia.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

Não se aplica a Companhia.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

Não se aplica a Companhia.

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

Não aplicável, uma vez que a Companhia não contribui com planos de previdência de titularidade dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	2,00	2,00	2,00	6,00	6,00	6,00
Nº de membros remunerados	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00	2,00
Valor da maior remuneração(Reais)	871.723,79	841.734,60	952.309,60	183.677,84	172.028,76	168.500,00
Valor da menor remuneração(Reais)	673.567,56	650.390,04	810.708,50	183.643,44	153.105,00	150.000,00
Valor médio da remuneração(Reais)	772.645,68	746.062,32	881.509,05	183.660,64	162.566,88	159.300,00

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

Contratos entre a Companhia e seus Administradores não contêm quaisquer arranjos contratuais. A Companhia não fornece apólices de seguros nem outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para seus Administradores.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

EXERCÍCIO 2017			
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. percentual da remuneração total	100%	100%	A Companhia não possui Conselho Fiscal
EXERCÍCIO 2018			
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. percentual da remuneração total	100%	100%	A Companhia não possui Conselho Fiscal
EXERCÍCIO 2019			
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. percentual da remuneração total	100%	100%	A Companhia não possui Conselho Fiscal

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

Não aplicável. Nenhum membro do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária da Companhia recebeu remuneração por qualquer razão que não a função que ocupa. Além disso, a Companhia não tem, nem teve nos últimos três exercícios, Conselho Fiscal instalado.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

Não aplicável. Nenhum membro do Conselho da Administração ou da Diretoria Estatutária da Companhia recebeu remuneração decorrente de suas atividades na Companhia cujos valores tenham sido reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum ou de controladas.

13.16 - Outras Informações Relevantes

A Companhia considera que não existem outras informações relevantes além das apresentadas nos itens anteriores.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

	Base 12/2017	Base 12/2018	Base 12/2019
Número de Empregados	2.078	2.049	2.470

Localização Geográfica	Base 12/2017	Base 12/2018	Base 12/2019
SP	1.203	1.388	1.857
RJ	225	390	361
PR	131	183	184
CE	2	2	-
BA	229		-
PE	189	16	12
RN	7	-	-
SE	32	2	-
AL / AM / GO / MG / MS / SC / RS	10	3	4
EUA	50	65	52

Atividade Desempenhada	Base 12/2017	Base 12/2018	Base 12/2019
Unidade Administração	103	102	122
Unidade Operacional	1.889	1.863	2.245
Unidade Comercial	38	37	45
Unidade de Suporte	48	47	57

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

	Base 12/2017	Base 12/2018	Base 12/2019
Número de Empregados	10	05	16

Os terceirizados prestam serviços de limpeza e manutenção. Todos os terceirizados da Companhia desempenham suas atividades em território nacional.

c. índice de rotatividade

	Base 12/2017	Base 12/2018	Base 12/2019
Turnover	50,2%	59,7%	62,3%

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

Não há nenhuma alteração ocorrida com relação aos números divulgados no item acima.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

a. política de salários e remuneração variável

A Companhia entende como fundamental manter um time altamente motivado e comprometido com suas metas. Para auxiliar o atingimento deste objetivo, a Política de Remuneração da Companhia foi elaborada privilegiando a meritocracia, de forma a reconhecer e premiar os esforços de cada profissional.

O Plano de Cargos e Salários determina os Salários e Benefícios dos profissionais. Esta parte fixa da remuneração de cada profissional é estabelecida de maneira a manter a Companhia atrativa aos profissionais no mercado, sendo regularmente revista, não apenas para nivelar com valores pagos pelas demais empresas de tecnologia, como também para ajustar as reposições solicitadas pelos Sindicatos e/ou pelo Governo.

b. política de benefícios

A Companhia entende que cada profissional possui necessidade de benefícios própria. Para atender a esta demanda individual, a Companhia oferece a seus Profissionais Pacote de Benefícios Flexíveis.

Na data da contratação, cada profissional recebe um Pacote de Benefícios pré-definido. Ao profissional é dado o direito de alterar o pacote pré-definido conforme suas necessidades, limitado ao teto de valor de sua categoria e às regras regionais da Convenção Coletiva de Trabalho.

O Pacote de Benefícios pré-definido, garante a todo profissional da Companhia: Plano de Saúde, Seguro de Vida e Auxílio Refeição. Os valores dependem de sua categoria e podem ser melhorados conforme determinado pelo Profissional na data de sua contratação e revistos uma vez por ano em data pré-determinada pela Companhia. Além destes benefícios, são também oferecidos aos Profissionais: Plano Odontológico, Auxílio Alimentação e Previdência Privada e a possibilidade de inclusão de dependentes no Plano de Saúde e Odontológico.

A flexibilidade na escolha dos benefícios é um dos itens que gera maior satisfação entre os Profissionais da Companhia.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

i. grupos de beneficiários

A Companhia selecionou funcionários que estão em posições chaves para participar do sucesso e crescimento da BRQ nas mesmas condições dos nossos sócios, tendo a oportunidade de se tornar um acionista da BRQ.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

ii. condições para exercício

É um programa de incentivo de longo prazo que permite aos funcionários comprar ações da Companhia por um valor abaixo do mercado, estabelecendo uma parceria de longo prazo com maior fidelidade entre este funcionário e a Companhia.

Pretendemos manter os funcionários alinhados com os atuais acionistas, acelerar o crescimento da companhia e dividir o ganho futuro no mercado

iii. preços de exercício

Através do programa de Stock Options, os participantes do programa têm a opção de comprar ações da Companhia, ao preço do valor patrimonial atual com desconto de 20%, sendo:

Preço de exercício:

- 09/2011 - R\$ 0,36
- 09/2012 - R\$ 0,38
- 09/2013 - R\$ 0,41
- 09/2014 - R\$ 0,42
- 11/2018 - R\$ 0,43

O preço é fixado por até 8 anos e a correção é feita pelo IPCA.

iv. prazos de exercício

A distribuição teve início no ano de 2011, sendo aplicado o período de carência (vesting period) para exercício das opções (compra das ações) conforme segue:

- 2 anos para compra de até 30%
- 3 anos para compra de até 60%
- 4 anos para compra de até 100%

Após as respectivas carências, as opções serão exercíveis até o prazo máximo de 8 (oito) anos a contar da data da outorga.

Em 2019 houveram mudanças no Plano em relação ao prazo e maturidade das opções, onde as Opções de Compra outorgadas poderão ser exercidas imediatamente após assinatura do Contrato de Opção, sendo estas consideradas Opções Maduras.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

O detalhamento das outorgas efetuadas pela Companhia, através do Plano de Opção de Compra de Ações, é o seguinte:

Data de outorga	Qtde. de ações outorgadas	Preço de exercício	Correção do preço	Periodo de maturação	Prazo de expiração
02/09/2011	2.391.298	0,36	IPCA	30%, após 2 anos 30%, após 3 anos 40%, após 4 anos	8 anos
03/09/2012	2.565.216	0,38	IPCA	30%, após 2 anos 30%, após 3 anos 40%, após 4 anos	8 anos
02/09/2013	2.030.000	0,41	IPCA	30%, após 2 anos 30%, após 3 anos 40%, após 4 anos	8 anos
01/09/2014	1.840.000	0,42	IPCA	30% após 2 anos 30% após 3 anos 40% após 4 anos	8 anos
13/11/2018	554.348	0,43	IPCA	30% após 2 anos 30% após 3 anos 40% após 4 anos	8 anos
Total	<u>9.380.862</u>				

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

A empresa se utiliza de todos os esforços para manter e melhorar cada vez mais o relacionamento com os 09 Sindicatos de Processamento de Dados no Brasil. Toda relação é tratada de forma transparente e respeitosa, privilegiando a discussão em busca da convergência do entendimento entre as partes.

A BRQ cumpre as diretrizes determinadas pelas Convenções Coletivas de Trabalho de cada Estado e a Reforma Trabalhista são fielmente seguidas pela Companhia. A BRQ possui acordos firmados com os Sindicatos para o ponto eletrônico e banco de horas, bem como observa ainda as Convenções Coletivas de Trabalho e regras da CLT, além das políticas internas atualizadas.

Sobre paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais, não se aplica.

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

Em nosso julgamento, não há outras informações relevantes relacionadas ao item “**14. Recursos Humanos**” deste Formulário de Referência.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa	CPF/CNPJ		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Netstrategy Participações Ltda.						
04.203.893/0001-23	Brasileira-RJ	Sim	Sim	27/12/2019		
Não						
	94.999.905	71,330%	0	0,000%	94.999.905	71,330%
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR						
00.383.281/0001-09	Brasileira-RJ	Sim	Não	27/12/2019		
Não						
	29.870.100	22,430%	0	0,000%	29.870.100	22,430%
Benjamin Ribeiro Quadros						
916.346.607-49	Brasileira-SP	Sim	Sim	27/12/2019		
Não						
	4.999.995	3,750%	0	0,000%	4.999.995	3,750%
OUTROS						
3.145.127	2,360%	0	0,000%	3.145.127		2,360%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 11/12/2020						
170.956	0,130%	0	0,000%	170.956		0,130%
TOTAL						
133.186.083	100,000%	0	0,000%	133.186.083		100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA					
Netstrategy Participações Ltda.					04.203.893/0001-23
Andrea Ribeiro Quadros					
839.196.357-87	Brasileira-SP	Sim	Sim	08/09/2014	
Não					
11.874.988	12,500	0	0,000	11.874.988	12,500
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues					
994.033.157-68	Brasileira-SP	Sim	Sim	08/09/2014	
Não					
23.749.976	25,000	0	0,000	23.749.976	25,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			
Benjamin Ribeiro Quadros					
916.346.607-49	Brasileira-SP	Sim	Sim	08/09/2014	
Não					
47.499.953	50,000	0	0,000	47.499.953	50,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA					
Netstrategy Participações Ltda.					04.203.893/0001-23
Mônica de Araujo Pereira					
013.924.297-06	Brasileira-RJ	Sim	Sim	08/09/2014	
Não					
11.874.988	12,500	0	0,000	11.874.988	12,500
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
94.999.905	100,000	0	0,000	94.999.905	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR				00.383.281/0001-09	
OUTROS					
29.870.100	100,000	0	0,000	29.870.100	100,000
TOTAL					
29.870.100	100,000	0	0,000	29.870.100	100,000

15.3 - Distribuição de Capital

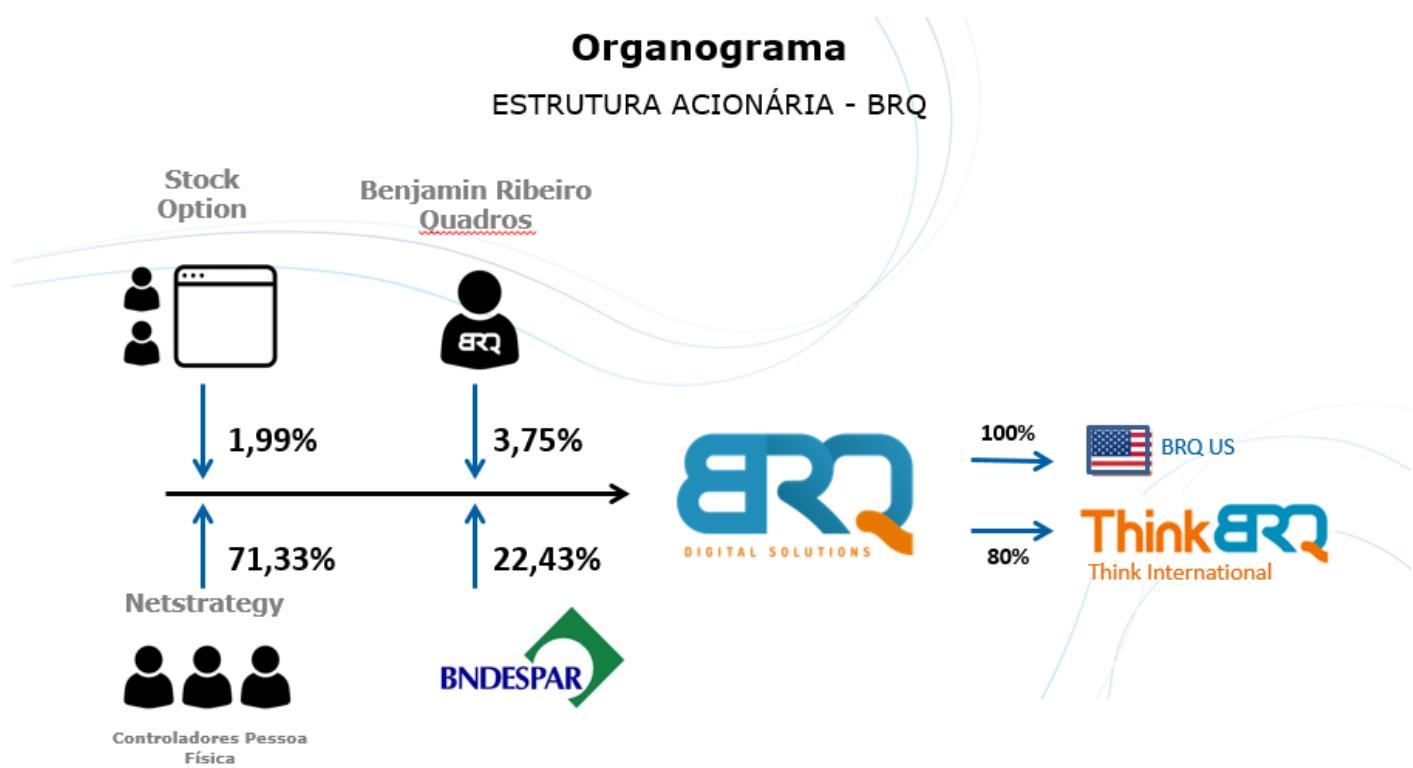
Data da última assembleia / Data da última alteração	20/04/2020
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	15
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	2
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	0	0,000%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico



15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte**a. Partes**

1. BNDES Participações S.A. - BNDESPAR
2. Netstrategy Participações Ltda.
3. Benjamin Ribeiro Quadros

b. data de celebração

Contrato - Data: 12/09/2007

1º Termo de Aditamento - Data: 29/05/2013

2º Termo de Aditamento - Data: 08/09/2014

3º Termo de Aditamento - Data: 19/09/2017

c. prazo de vigência

Conforme Cláusula 14 está previsto:

14.1. Este ACORDO entrará em vigor na data de sua assinatura (08/09/2014), e será automaticamente extinto na data (i) em que a COMPANHIA publique o Anúncio de Início do IPO Qualificado de que trata a Cláusula Nona deste Acordo (31/07/2018); ou (ii) em que a BNDESPAR tiver sua participação na COMPANHIA reduzida a 0,5% (meio por cento) do capital social ou menos.

14.1.1 Não ocorrendo a liquidação do IPO Qualificado de que trata a Cláusula Nona, este ACORDO se restabelecerá em todos os seus termos e fins de direitos.

14.2. Na hipótese de a participação societária da BNDESPAR reduzir-se a 5,0% (cinco por cento) ou menos do capital total, a BNDESPAR poderá exigir que o lote de ações remanescentes seja adquirido pela ACIONISTA CONTROLADORA no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data em que a BNDESPAR notificá-los a respeito.

d. descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle

Conforme Cláusula 5 está previsto:

CLÁUSULA QUINTA - DO EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO

5.1. A ACIONISTA CONTROLADORA obriga-se, durante a vigência deste ACORDO, a exercer o seu direito de voto de modo a:

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

- a) cumprir as normas estabelecidas neste instrumento, inclusive aquelas de responsabilidade da COMPANHIA;
- b) garantir que somente a BNDESPAR detenha a propriedade das ações resgatáveis emitidas pela COMPANHIA;
- c) não aprovar, nem deixar que por sua omissão seja aprovada, sem prévia autorização, por escrito, da BNDESPAR, que deverá manifestar-se no prazo de 30 (trinta) dias, passados os quais serão consideradas aprovadas pela BNDESPAR, quaisquer das matérias a seguir relacionadas:
 - I. alterações do estatuto social da COMPANHIA e/ou de suas Controladas em relação: (i) ao objeto social da COMPANHIA ou de suas Controladas; (ii) a direitos decorrentes da classe e espécie das ações de emissão da COMPANHIA ou de suas Controladas; (iii) ao número de conselheiros da COMPANHIA ou de suas Controladas; (iv) a alteração das competências a Assembleia Geral e Conselho de Administração da SOCIEDADE ou de suas Controladas; (v) a alteração da competência da Diretoria que resulte em restrição dos poderes do Conselho de Administração e (vi) a direitos tratados nesta Cláusula, aos demais direitos da BNDESPAR sob o presente ACORDO e/ou que possam alterar ou, de qualquer forma, afetar ou influenciar qualquer dos direitos da BNDESPAR estabelecidos no presente ACORDO;
 - II. criação de uma nova classe de ações ainda que menos favorecida do que aquela detida pela BNDESPAR, e mudança nas características das ações existentes;
 - III. redução do capital social da COMPANHIA;
 - IV. redução do dividendo obrigatório ou distribuição de dividendos em montante diverso do previsto no Estatuto Social da COMPANHIA, pagamento de juros sobre capital próprio ou retenção de lucro;
 - V. emissão dos seguintes valores mobiliários: debêntures conversíveis em ações, bônus de subscrição, partes beneficiárias e opções para compra de ações;
 - VI. grupamento ou desdobramento (split) do número de ações de emissão da COMPANHIA;
 - VII. constituição de reservas, fundos ou provisões contábeis com repercussões nos direitos e interesses dos acionistas minoritários, desde que tais reservas, fundos ou provisões não estejam previstos no Estatuto Social da COMPANHIA;
 - VIII. cessação do estado de liquidação da COMPANHIA;
 - IX. operações de fusão, incorporação, cisão ou transformação em que a COMPANHIA ou qualquer sociedade controlada ou coligada seja parte;

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

- X. liquidação, dissolução, extinção, recuperação judicial ou extrajudicial da COMPANHIA;
- XI. a recompra, pela COMPANHIA, de ações de sua emissão;
- XII. fixação nos aumentos de capital social realizados na COMPANHIA de preço de emissão de ações inferior àquele pago pela BNDESPAR, remunerado pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, calculado pro rata temporis, desde a data de subscrição até a data de deliberação do aumento;
- d) submeter previamente à apreciação da BNDESPAR a fixação de remuneração e participação dos administradores nos lucros da COMPANHIA;
- e) eleger, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da solicitação expressa da BNDESPAR, um membro por esta indicado para integrar, durante a vigência deste ACORDO, o Conselho de Administração da COMPANHIA, que deverá ter mandato unificado não superior a 1 (um) ano, permitida a reeleição;
- f) eleger, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da solicitação expressa da BNDESPAR, um membro independente para o Conselho de Administração da COMPANHIA;
- g) instalar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da solicitação expressa da BNDESPAR, o Conselho Fiscal da COMPANHIA, bem como eleger um membro indicado pela BNDESPAR para compor o referido Conselho.

5.2. Caberá ao Presidente da Assembleia Geral da COMPANHIA zelar pelas obrigações assumidas pela ACIONISTA CONTROLADORA neste instrumento, referentes ao exercício do direito de voto, podendo qualquer das Partes solicitar sua execução específica mediante suprimento judicial do voto das ações da parte inadimplente, nos termos do artigo 118 da Lei nº 6.404/76 (parcialmente alterada).

5.3. A ACIONISTA CONTROLADORA obriga-se especialmente a:

- a) fazer com que a BNDESPAR seja consultada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, através de notificação por escrito, sempre que, nos termos deste instrumento, for necessária a sua prévia aprovação para as matérias expressamente previstas neste ACORDO. Recebida a notificação de que trata este item, a BNDESPAR deverá, dentro dos 30 (trinta) dias subsequentes, informar à ACIONISTA CONTROLADORA, por escrito, se autoriza ou não a matéria em questão. Caso, por qualquer motivo, a BNDESPAR deixe de notificar a ACIONISTA CONTROLADORA no prazo ora previsto, a ACIONISTA CONTROLADORA estará livre para efetivar a matéria objeto da referida notificação;

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

b) providenciar para que a COMPANHIA faça a convocação da BNDESPAR até 30 (trinta) dias antes de toda e qualquer Assembleia Geral de Acionistas e Reunião do Conselho de Administração, remetendo, junto com o aviso, a ordem do dia e os documentos que porventura a lei determine sejam colocados à disposição dos acionistas antes das Assembleias; e

c) não participar, direta ou indiretamente, de sociedade do mesmo setor da COMPANHIA, ressalvada a participação da ACIONISTA CONTROLADORA na sociedade E-BIT Tecnologia em Marketing S.A., sociedade com sede na cidade de Itatiba, Estado de São Paulo, na Av. Campinas, 196, sala 04, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.652.346/0001-62;

d) não celebrar acordo de acionistas com outros acionistas da COMPANHIA que possa ser considerado conflitante com o presente ACORDO;

5.4 Os QUOTISTAS CONTROLADORES DA ACIONISTA CONTROLADORA obrigam-se a observar o disposto na alínea “c” do item 5.3, acima, estando vedado de participar de sociedades do mesmo setor da COMPANHIA, ressalvada a sua participação na sociedade ali mencionada.

5.5. Uma vez realizada a Abertura de Capital, nos termos do item 7.1. da Cláusula Sétima, as alíneas “b” e “c”, incisos II, III, IV, VI, VII, VIII do item 5.1. do ACORDO perderão eficácia de imediato, prescindindo-se de qualquer aviso ou notificação.

5.6. A COMPANHIA e a ACIONISTA CONTROLADORA:

I. declaram que respeitam a legislação ambiental e que informarão à BNDESPAR sobre a ocorrência de auto de infração lavrado por órgão ambiental, de instauração de processo administrativo ou judicial, e/ou de decisão, definitiva ou não, no âmbito de processo administrativo ou judicial, relacionados à regularidade ambiental do plano de negócios, ou a dano ambiental dele decorrente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da sua ciência quanto a qualquer um dos eventos acima referidos;

II. se obrigam, independentemente de culpa, a ressarcir a BNDESPAR de qualquer quantia que este seja compelido a pagar em razão de dano ambiental relacionado ao plano de negócios, bem como a indenizar a BNDESPAR por qualquer perda ou dano que este venha a sofrer em decorrência do referido dano ambiental.

e. descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores

Conforme Cláusula 3 está previsto:

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRESERVAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

3.1. A ACIONISTA CONTROLADORA, neste ato, assume perante o BNDESPAR a obrigação de manter no seu domínio pleno e durante todo o prazo em que vigorar este ACORDO, ações que representem, a todo tempo, pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) do capital social votante da COMPANHIA (“Bloco de Controle”), observado que tais ações deverão ter voto pleno.

3.2. A ACIONISTA CONTROLADORA compromete-se a atender, mediante certidão da COMPANHIA, solicitação de atualização da titularidade das ações que compõem a maioria acionária votante.

3.3. A ACIONISTA CONTROLADORA, obriga-se a, antes da Abertura de Capital da COMPANHIA, nos termos do item 7.1. abaixo, não transferir, ceder, onerar, gravar, ou de qualquer forma alienar, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, a totalidade ou parte das ações ou direitos de subscrição correspondentes às ações integrantes do Bloco de Controle de que trata o item 3.1., sem prévia anuência da BNDESPAR.

3.3.1. Caso, antes da data da Abertura de Capital da COMPANHIA, nos termos do item 7.1. abaixo, a ACIONISTA CONTROLADORA receba proposta para alienação do Bloco de Controle a qualquer terceiro, esta deverá, sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Terceira deste Acordo, notificar a BNDESPAR por escrito, informando-lhe de sua intenção de alienar o Bloco de Controle, bem como a experiência e planos do terceiro interessado para a gestão dos negócios da COMPANHIA. Recebida a notificação de que trata este item 3.3.1., a BNDESPAR deverá, dentro dos 30 (trinta) dias subsequentes, informar à ACIONISTA CONTROLADORA, por escrito, se autoriza ou não a alienação do Bloco de Controle ao terceiro interessado. Caso, por qualquer motivo, a BNDESPAR deixe de notificar a ACIONISTA CONTROLADORA no prazo ora previsto, a ACIONISTA CONTROLADORA estará livre para alienar a totalidade do Bloco de Controle ao terceiro interessado.

3.3.2. Os ACIONISTAS CONTROLADORES deverão, com vistas a obter a anuência prévia da BNDESPAR para a operação indicada no subitem 3.3.1 acima, enviar carta registrada à BNDESPAR, acompanhada de cópia da proposta oferecida pelo interessado, com a qualificação do interessado, preço, quantidade de ações, condições de pagamento, condições de subscrição e integralização de ações, garantias e todas as demais condições relevantes para a operação. É permitida à BNDESPAR a solicitação de todas informações adicionais que a BNDESPAR, a seu exclusivo critério, considerar necessários para sua tomada de decisão.

3.3.3. Não obstante o disposto no item 3.3. acima, observado o disposto na Cláusula Décima Terceira deste Acordo, a ACIONISTA CONTROLADORA poderá alienar, a qualquer tempo e a qualquer terceiro, as ações de emissão da COMPANHIA de sua titularidade que excederem o limite de 51% (cinquenta e um por cento) do capital social votante previsto no item 3.1. acima. O disposto neste item 3.3.3. aplica-se, mutatis mutandis aos itens 3.4. a

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

3.8. deste Acordo, desde que respeitada a participação de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do quotista BENJAMIN RIBEIRO QUADROS no capital social da ACIONISTA CONTROLADORA.

3.4. Os QUOTISTAS CONTROLADORES DA ACIONISTA CONTROLADORA obrigam-se a manter, durante a vigência deste ACORDO, as quotas que possuem e as que venham a possuir do capital social da ACIONISTA CONTROLADORA, representativas de, pelo menos, 51% (cinquenta e um por cento) desse capital, observado, ainda, que as mesmas devem representar mais da metade do capital social com direito a voto sem qualquer restrição.

3.5. Os QUOTISTAS CONTROLADORES DA ACIONISTA CONTROLADORA obrigam-se a, antes da Abertura de Capital da COMPANHIA, nos termos do item 7.1. abaixo, não transferir, ceder, onerar, gravar, ou de qualquer forma alienar, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, a totalidade ou parte das quotas ou direitos de subscrição correspondentes às quotas representativas de 51% (cinquenta e um por cento) do capital social da ACIONISTA CONTROLADORA sem prévia anuência da BNDESPAR.

3.6. A transferência, cessão, oneração, gravame ou alienação das ações ou quotas representativas de 51% (cinquenta e um por cento) do capital social do ACIONISTA CONTROLADOR, com infração ao disposto nesta Cláusula, será nula de pleno direito, obrigando-se a COMPANHIA e a ACIONISTA CONTROLADORA a não efetuarem qualquer registro que infrinja as normas aqui estabelecidas.

3.7. As ações ordinárias nominativas integrantes do Bloco de Controle não poderão ser custodiadas na forma dos Artigos 41 e 42 da Lei 6.404, de 15.12.76 (parcialmente alterada).

3.8. A partir da Abertura de Capital da COMPANHIA, nos termos do item 7.1. abaixo, independentemente da realização do IPO Qualificado, a Cláusula Terceira deste ACORDO perderá eficácia de imediato, salvo no que concerne à definição de “Bloco de Controle”, podendo a ACIONISTA CONTROLADORA alienar a totalidade do Bloco de Controle ao terceiro interessado, independentemente de autorização da BNDESPAR. As Partes acordam que a perda de eficácia da Cláusula Terceira não afeta de nenhuma forma a existência e o exercício do direito de venda conjunta da BNDESPAR, quando da transferência de ações integrantes do Bloco de Controle, fixado na Cláusula Quarta abaixo, salvo em relação ao disposto no item 4.1 (b)..

f. descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las

Conforme Cláusula 4 está previsto:

CLÁUSULA QUARTA - DO DIREITO DE VENDA CONJUNTA (TAG ALONG)

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

4.1. A BNDESPAR poderá exigir a inclusão da totalidade de sua participação acionária no capital social da COMPANHIA na operação de transferência de ações integrantes do Bloco de Controle (“Direito de Venda Conjunta”). Para tanto, as Partes concordam, desde já, que a BNDESPAR escolherá, a seu exclusivo critério, um dos dois valores abaixo, ajustados, se for o caso, por eventuais bonificações e/ou desdobramentos de ações:

- a) valor proposto por terceiros para aquisição das ações de propriedade da ACIONISTA CONTROLADORA;
- b) valor econômico da COMPANHIA, dividido pelo número total de ações de sua emissão, a ser acordado entre as Partes ou, em caso de impasse superior a 30 (trinta) dias, a ser definido por 1 (uma) empresa especializada na prestação de serviços de avaliação e correlatos, reconhecida nacionalmente, que esteja entre as 10 (dez) instituições melhor classificadas nos respectivos rankings da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e/ou Bloomberg, divulgado no exercício social corrente ou imediatamente anterior. A empresa acima referida (“Avaliador”) determinará o valor econômico da Companhia por meio do fluxo de caixa descontado e será contratada às expensas dos ACIONISTAS CONTROLADORES, sendo certo que, para ser contratada, não poderá (e seus conselheiros, diretores, funcionários e Partes Relacionadas também não) ter prestado serviços à COMPANHIA ou ao controlador direto ou indireto nos últimos 2 (anos) e não poderá ter qualquer outro interesse financeiro relevante direto ou indireto ou outra relação relevante com a COMPANHIA, suas sociedades controladas, coligadas ou o controlador direto ou indireto. Caso os referidos rankings não mais existam no momento da avaliação, a BNDESPAR indicará um outro ranking equivalente para servir de referência para a escolha do Avaliador pela COMPANHIA.

4.1.1. Os ACIONISTAS CONTROLADORES e a COMPANHIA se obrigam a disponibilizar todas as informações julgadas necessárias pelo Avaliador para a elaboração dos laudos de avaliação.

4.1.2. Os ACIONISTAS CONTROLADORES deverão enviar carta registrada à BNDESPAR, acompanhada de cópia da proposta oferecida pelo interessado, com a qualificação do interessado, preço, quantidade de ações, condições de pagamento, condições de subscrição e integralização de ações, garantias e todas as demais condições relevantes para a operação, bem como todas as minutas dos documentos da operação. É permitida à BNDESPAR a solicitação de todas informações e documentos adicionais que a BNDESPAR, a seu exclusivo critério, considerar necessários para sua tomada de decisão.

4.2. A BNDESPAR poderá exigir a inclusão da totalidade de sua participação acionária no capital social da COMPANHIA na operação de transferência da titularidade das quotas de propriedade dos QUOTISTAS CONTROLADORES DA ACIONISTA CONTROLADORA. Para tanto, as Partes concordam, desde já, que a BNDESPAR escolherá, a seu exclusivo critério, um dos valores mencionados no item 4.1. desta Cláusula,

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

obedecendo aos QUOTISTAS CONTROLADORES DA ACIONISTA CONTROLADORA aos subitens 4.1.1 e 4.1.2 acima.

4.3. A partir da data de adesão da COMPANHIA ao segmento de negociação do Bovespa Mais, nos termos do item 7.1., independentemente da realização do IPO Qualificado, a BNDESPAR somente poderá exercer seu Direito de Venda Conjunta utilizando-se do valor proposto por terceiros para aquisição das ações de propriedade da ACIONISTA CONTROLADORA, nos termos da letra (a) do item 4.1. da Cláusula Quarta deste ACORDO.

g. descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Conforme Cláusula 5 está previsto:

CLÁUSULA QUINTA - DO EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO

5.1. A ACIONISTA CONTROLADORA obriga-se, durante a vigência deste ACORDO, a exercer o seu direito de voto de modo a:

- a) cumprir as normas estabelecidas neste instrumento, inclusive aquelas de responsabilidade da COMPANHIA;
- b) garantir que somente a BNDESPAR detenha a propriedade das ações resgatáveis emitidas pela COMPANHIA;
- c) não aprovar, nem deixar que por sua omissão seja aprovada, sem prévia autorização, por escrito, da BNDESPAR, que deverá manifestar-se no prazo de 30 (trinta) dias, passados os quais serão consideradas aprovadas pela BNDESPAR, quaisquer das matérias a seguir relacionadas:

I. alterações do estatuto social da COMPANHIA e/ou de suas Controladas em relação: (i) ao objeto social da COMPANHIA ou de suas Controladas; (ii) a direitos decorrentes da classe e espécie das ações de emissão da COMPANHIA ou de suas Controladas; (iii) ao número de conselheiros da COMPANHIA ou de suas Controladas; (iv) a alteração das competências a Assembleia Geral e Conselho de Administração da SOCIEDADE ou de suas Controladas; (v) a alteração da competência da Diretoria que resulte em restrição dos poderes do Conselho de Administração e (vi) a direitos tratados nesta Cláusula, aos demais direitos da BNDESPAR sob o presente ACORDO e/ou que possam alterar ou, de qualquer forma, afetar ou influenciar qualquer dos direitos da BNDESPAR estabelecidos no presente ACORDO;

II. criação de uma nova classe de ações ainda que menos favorecida do que aquela detida pela BNDESPAR, e mudança nas características das ações existentes;

III. redução do capital social da COMPANHIA;

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

IV. redução do dividendo obrigatório ou distribuição de dividendos em montante diverso do previsto no Estatuto Social da COMPANHIA, pagamento de juros sobre capital próprio ou retenção de lucro;

V. emissão dos seguintes valores mobiliários: debêntures conversíveis em ações, bônus de subscrição, partes beneficiárias e opções para compra de ações;

VI. grupamento ou desdobramento (split) do número de ações de emissão da COMPANHIA;

VII. constituição de reservas, fundos ou provisões contábeis com repercussões nos direitos e interesses dos acionistas minoritários, desde que tais reservas, fundos ou provisões não estejam previstos no Estatuto Social da COMPANHIA;

VIII. cessação do estado de liquidação da COMPANHIA;

IX. operações de fusão, incorporação, cisão ou transformação em que a COMPANHIA ou qualquer sociedade controlada ou coligada seja parte;

X. liquidação, dissolução, extinção, recuperação judicial ou extrajudicial da COMPANHIA;

XI. a recompra, pela COMPANHIA, de ações de sua emissão;

XII. fixação nos aumentos de capital social realizados na COMPANHIA de preço de emissão de ações inferior àquele pago pela BNDESPAR, remunerado pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, calculado pro rata temporis, desde a data de subscrição até a data de deliberação do aumento;

d) submeter previamente à apreciação da BNDESPAR a fixação de remuneração e participação dos administradores nos lucros da COMPANHIA;

e) eleger, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da solicitação expressa da BNDESPAR, um membro por este indicado para integrar, durante a vigência deste ACORDO, o Conselho de Administração da COMPANHIA, que deverá ter mandato unificado não superior a 1 (um) ano, permitida a reeleição;

f) eleger, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da solicitação expressa da BNDESPAR, um membro independente para o Conselho de Administração da COMPANHIA;

g) instalar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da solicitação expressa da BNDESPAR, o Conselho Fiscal da COMPANHIA, bem como eleger um membro indicado pela BNDESPAR para compor o referido Conselho.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

5.2. Caberá ao Presidente da Assembleia Geral da COMPANHIA zelar pelas obrigações assumidas pela ACIONISTA CONTROLADORA neste instrumento, referentes ao exercício do direito de voto, podendo qualquer das Partes solicitar sua execução específica mediante suprimento judicial do voto das ações da parte inadimplente, nos termos do artigo 118 da Lei nº 6.404/76 (parcialmente alterada).

5.3. A ACIONISTA CONTROLADORA obriga-se especialmente a:

a) fazer com que a BNDESPAR seja consultada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, através de notificação por escrito, sempre que, nos termos deste instrumento, for necessária a sua prévia aprovação para as matérias expressamente previstas neste ACORDO. Recebida a notificação de que trata este item, a BNDESPAR deverá, dentro dos 30 (trinta) dias subsequentes, informar à ACIONISTA CONTROLADORA, por escrito, se autoriza ou não a matéria em questão. Caso, por qualquer motivo, a BNDESPAR deixe de notificar a ACIONISTA CONTROLADORA no prazo ora previsto, a ACIONISTA CONTROLADORA estará livre para efetivar a matéria objeto da referida notificação;

b) providenciar para que a COMPANHIA faça a convocação da BNDESPAR até 30 (trinta) dias antes de toda e qualquer Assembleia Geral de Acionistas e Reunião do Conselho de Administração, remetendo, junto com o aviso, a ordem do dia e os documentos que porventura a lei determine sejam colocados à disposição dos acionistas antes das Assembleias; e

c) não participar, direta ou indiretamente, de sociedade do mesmo setor da COMPANHIA, ressalvada a participação da ACIONISTA CONTROLADORA na sociedade E-BIT Tecnologia em Marketing S.A., sociedade com sede na cidade de Itatiba, Estado de São Paulo, na Av. Campinas, 196, sala 04, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.652.346/0001-62;

d) não celebrar acordo de acionistas com outros acionistas da COMPANHIA que possa ser considerado conflitante com o presente ACORDO;

5.4 Os QUOTISTAS CONTROLADORES DA ACIONISTA CONTROLADORA obrigam-se a observar o disposto na alínea “c” do item 5.3, acima, estando vedado de participar de sociedades do mesmo setor da COMPANHIA, ressalvada a sua participação na sociedade ali mencionada.

5.5. Uma vez realizada a Abertura de Capital, nos termos do item 7.1. da Cláusula Sétima, as alíneas “b” e “c”, incisos II, III, IV, VI, VII, VIII do item 5.1. do ACORDO perderão eficácia de imediato, prescindindo-se de qualquer aviso ou notificação.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte**5.6. A COMPANHIA e a ACIONISTA CONTROLADORA:**

I. declaram que respeitam a legislação ambiental e que informarão à BNDESPAR sobre a ocorrência de auto de infração lavrado por órgão ambiental, de instauração de processo administrativo ou judicial, e/ou de decisão, definitiva ou não, no âmbito de processo administrativo ou judicial, relacionados à regularidade ambiental do plano de negócios, ou a dano ambiental dele decorrente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da sua ciência quanto a qualquer um dos eventos acima referidos;

II. se obrigam, independentemente de culpa, a ressarcir a BNDESPAR de qualquer quantia que este seja compelido a pagar em razão de dano ambiental relacionado ao plano de negócios, bem como a indenizar a BNDESPAR por qualquer perda ou dano que este venha a sofrer em decorrência do referido dano ambiental.

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

Não há alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia.

15.7 - Principais Operações Societárias

Data	Agosto 2007*
Evento	Transformação em Sociedade Anônima de Capital Fechado
Principais condições do negócio	<p>O BNDESPAR passou a integrar o Capital Social da BRQ, passando de R\$ 4.220.000,00 para R\$ 54.401.768,00.</p> <p>O aumento do capital ora deliberado teve como finalidade a modernização e ampliação das localidades atuais de atuação da Companhia.</p>
Sociedades envolvidas	BRQ
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	BNDES passou a fazer parte da sociedade.

*Apesar de o evento ter ocorrido anteriormente aos 3 últimos anos, entendemos ser de extrema relevância por se tratar de importante mudança societária da Companhia.

Data	Setembro 2011*
Evento	Plano de Opção de Compra de Ações
Principais condições do negócio	<p>Foram outorgadas em 2011: 2.391.298 opções de compra de ações, 2012: 2.565.216 opções de compra de ações; 2013: 2.030.000 opções de compra de ações e em 2014: 1.890.000 opções de compra de ações.</p> <p>O beneficiário do plano pode exercer o direito de compra das ações disponibilizadas a partir de uma das datas de maturação (vesting) do Plano, podendo exercer o direito de compra.</p>
Sociedades envolvidas	BRQ e Funcionários
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	O plano de Opções passou a corresponder 8% do Capital Social da Companhia

*Apesar de o evento ter ocorrido anteriormente aos 3 últimos anos, entendemos ser de extrema relevância por se tratar de importante mudança societária da Companhia.

15.7 - Principais Operações Societárias

Data	Julho/2012
Evento	Aquisição de contratos da empresa IntiSys
Principais condições do negócio	<p>A BRQ adquiriu em 2012 os contratos da empresa IntiSys, empresa de consultoria e processos de negócios nas áreas de Tesouraria e Risco.</p> <p>A aquisição teve como objetivo aumentar a penetração da BRQ em projetos de gestão de risco e oferecer consultoria financeira especializada com maior valor agregado.</p> <p>A negociação com o principal acionista da Intisys foi baseada no resultado da operação dos contratos na BRQ. Foi criada nova unidade "BRQ Financial" com novo centro de Custo.</p>
Sociedades envolvidas	BRQ e InstiSys - Institutional Systems
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável

Data	Setembro/2014
Evento	Aditamento do Acordo de Acionistas
Principais condições do negócio	Aditamento do acordo de acionistas alterando entre outros itens, a cláusula referente ao resgate de ações da BNDESPAR pela Companhia de modo a adequar-se às normas do Comitê de Pronunciamento Contábeis.
Sociedades envolvidas	BRQ e BNDES
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável

15.7 - Principais Operações Societárias

Data	Abril/2015
Evento	Abertura Filial Santiago - Chile (BRQ IT Services de Chile SpA)
Principais condições do negócio	<p>Expandir geograficamente os serviços prestados pela Companhia, buscando alcançar novos mercados.</p> <p>A Companhia tem por objeto: a) Venda e Desenvolvimento de Software; b) Prestação de Serviços e c) Investimento em empresas TI.</p>
Sociedades envolvidas	BRQ e BRQ IT Services de Chile SpA
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável

Data	Abril/2015
Evento	Conversão das ações preferenciais em ações ordinárias
Principais condições do negócio	Conversão da totalidade das ações preferenciais da Companhia em ações ordinárias para se adequar as regras da BM&FBOVESPA no segmento especial de listagem denominado BOVESPA MAIS.
Sociedades envolvidas	BRQ e BNDES
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável

Data	Janeiro/2016
Evento	<p>Concessão de Registro de Emissor - Categoria “A”</p> <p>Processo CVM nº RJ20155165</p>
Principais condições do negócio	A Companhia tornou-se uma empresa de Capital Aberto, buscando desta forma captar novos recursos, possuir maior visibilidade no mercado, possuir maior liquidez, aprimorar as práticas de governança corporativa, entre outros benefícios.

15.7 - Principais Operações Societárias

Sociedades envolvidas	BRQ
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável

Data	Agosto/2016
Evento	Encerramento Filial Santiago - Chile (BRQ IT Services de Chile SpA)
Principais condições do negócio	<p>A Companhia decidiu pelo encerramento das atividades da BRQ IT Services de Chile SpA., localizada em Santiago do Chile, classificando-a como uma operação descontinuada.</p> <p>Após a perda do seu principal cliente local, ocorrida no início de 2016, os negócios desta controlada vinham sendo desenvolvidos em um ambiente imprevisível, tornando difícil para a Administração obter crescimento e lucratividade com esta operação.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2015, a BRQ IT Services de Chile SpA. estava classificada como investimentos.</p>
Sociedades envolvidas	BRQ e BRQ IT Services de Chile SpA
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável

Data	Setembro/2017
Evento	Terceiro Termo de Aditamento do Acordo de Acionistas
Principais condições do negócio	<p>Alteração dos itens 9.2 e 9.3 da Cláusula Nona do ACORDO que permite a Companhia contratar empresa especializada na prestação de serviços de avaliação e correlatos, reconhecida nacionalmente, que esteja entre as 10 instituições melhor classificadas nos rankings de Renda Variável ou de Fusões e Aquisições da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) com o objetivo de estudar o tema e dar parecer da viabilidade do IPO Qualificado.</p>

15.7 - Principais Operações Societárias

Sociedades envolvidas	BRQ e BNDES
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável

Data	Dezembro/2019
Evento	Novos Investimentos
Principais condições do negócio	A Workfacilit Soluções Digitais Ltda. (“Workfacilit”) foi constituída em 3 de dezembro de 2019 para comercialização do software Atend, que é focada em soluções lego para canais de atendimento e ferramentas de controle corporativo. A integralização do capital social, no montante de R\$255 foi realizada em 24 de janeiro de 2020, e representa 51% de participação na nova empresa.
Sociedades envolvidas	BRQ e WORKFACILIT
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável

Data	Dezembro/2019
Evento	Novos Investimentos
Principais condições do negócio	A Inspeon Soluções Digitais Ltda. (“Inspeon”) foi constituída em 10 de dezembro de 2019, com o objetivo de prestar serviços via internet, através da sua plataforma de software desenvolvida para controle de atividades de inspeção, auditoria, regulação de sinistros, supervisão de times em campo, ordem de serviço e relacionamento com clientes. A Companhia possui 60% de participação na Inspeon, e seu capital será integralizado em até 24 meses, no montante total de R\$300.
Sociedades envolvidas	BRQ e INSPEON
Efeitos resultantes da operação no quadro acionário	Não aplicável

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

A Companhia considera que não existem outras informações relevantes além das apresentadas nos itens anteriores.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

A Companhia possui uma **Política de Transações com Partes Relacionadas** que estabelece regras para assegurar que todas as decisões envolvendo transações com partes relacionadas e outras situações com potencial conflito de interesses sejam tomadas tendo em vista os interesses da BRQ Soluções em Informática S.A. (Companhia) e de seus acionistas.

O objetivo desta Política é:

- (i) fornecer orientações aos conselheiros, diretores e colaboradores da Companhia e maior transparência aos acionistas e ao mercado em geral no que se refere a Transações com Partes Relacionadas; e
- (ii) monitorar as Transações com Partes Relacionadas para que sejam realizadas sempre no melhor interesse da Companhia, observando Condições de Mercado, boas práticas de governança, conduta, ética e transparência e sem Conflitos de Interesses.

Esta Política está sujeita ao Estatuto Social, à Lei nº 6.404/76 (“Lei das S.A.”), aos regulamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) sobre essa matéria, ao Pronunciamento Técnico CPC 05 (“CPC 05”) sobre Transações com Partes Relacionadas, ao Regulamento do Novo Mercado da B3, e ao Código de Conduta da Companhia.

As Transações com Partes Relacionadas da Companhia serão realizadas em Condições de Mercado, formalizadas por contrato escrito e assinado, especificando-se suas principais características e condições, tais como preço, prazos, garantias, condições de rescisão, entre outras.

Quando da contratação com uma Parte Relacionada, caberá à respectiva área gestora responsável:

- (a) Documentar a contratação por escrito nos termos da Política de Contratos da Companhia;
- (b) Documentar o processo de cotação de preços e condições junto aos concorrentes de forma a evidenciar que a contratação foi realizada em Condições de Mercado, observada a Política de Compras e Financeira da Companhia, garantindo que aqueles que tenham Conflitos de Interesses conhecidos, estejam apartados dessa seleção e aprovação do concorrente vencedor; e
- (c) Obter as aprovações requeridas por lei, pelo estatuto ou pelas Políticas da Companhia, garantindo que aqueles que tenha Conflitos de Interesses conhecidos, estejam apartados dessas aprovações.

Transações Isentas

As Transações com Partes Relacionadas a seguir não estarão sujeitas aos procedimentos desta Política, por observarem ritos próprios de aprovação e reporte:

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

- (a) Remuneração fixa, variável, baseada em ações e outros benefícios fornecidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Executivos da Companhia, desde que o seu montante global tenha sido aprovado em Assembleia Geral, nos termos da Lei nº 6.404/76, ou pelo Conselho de Administração, se aplicável;
- (b) Transações entre a Companhia e suas controladas, em observância ao objeto social da Companhia;
- (c) Concessão de garantias pela Companhia a suas controladas, em observância ao objeto social da Companhia;
- (d) Reembolso de despesas de viagem e treinamento, de colaboradores, membros da Administração ou comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal ou terceiros, sempre que em serviço da Companhia, devidamente justificadas, razoáveis, e em linha com os procedimentos de viagem e treinamento da Companhia.

Decisões envolvendo transações entre partes relacionadas ou outros potenciais conflitos de interesses

Ao identificar uma matéria em que seja Parte Relacionada ou possa de alguma forma ter um potencial Conflito de Interesses, a pessoa envolvida no processo decisório deve imediatamente manifestar essa situação ao seu gestor imediato, ao Comitê de Auditoria ou Jurídico da Companhia.

As Pessoas Chaves da Administração que estiverem em situação de Conflito de Interesses deverão fazer consignar em ata de reunião do referido órgão a natureza e a extensão do seu impedimento com o negócio jurídico em pauta, conforme aplicável.

Adicionalmente, a pessoa - que seja Parte Relacionada ou possa ter um potencial Conflito de Interesses - deve abster-se de votar na matéria em questão. Tal pessoa poderá participar da discussão, visando proporcionar maiores informações sobre a operação e as partes envolvidas, mas deverá abster-se de votar no respectivo processo decisório ou manifestar recomendação.

Caso alguma pessoa, Pessoa Chave da Administração ou não, que possa ter um potencial Conflito de Interesse sobre alguma decisão não manifeste seu conflito, qualquer outro membro do órgão ao qual pertence, e que tenha conhecimento da situação, deverá fazê-lo.

Não conformidade com as disposições desta política

A falta de manifestação voluntária sobre Conflito de Interesse é considerada uma violação desta Política, devendo ser investigada pelo Comitê de Auditoria de Riscos, que reportará sua avaliação e recomendação ao Conselho de Administração acerca do tratamento a ser dado à pessoa que incorreu na referida violação.

Qualquer pessoa poderá reportar um evento do qual tenha conhecimento e que eventualmente possa se enquadrar como uma Transação com Parte Relacionada ou Conflito de Interesses, por meio do canal do Código de Conduta, para avaliação sobre eventual violação aos procedimentos desta Política.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

Caso alguma Transação com Partes Relacionadas ou em situação de Conflito de Interesses não tiver sido submetida aos procedimentos corretos de formalização e aprovação essa transação deverá ser imediatamente informada ao Comitê de Auditoria e Riscos, que acionarão as instâncias responsáveis para deliberar pela ratificação, alteração ou pelo encerramento da transação, sempre levando em consideração os princípios dessa Política, o melhor interesse da Companhia e de seus acionistas.

Divulgação das transações com partes relacionadas

A Companhia deverá divulgar as Transações com Partes Relacionadas, de forma clara e precisa, em suas Demonstrações Financeiras, de acordo com os princípios contábeis aplicáveis, bem como divulgação ao mercado, nos termos da regulamentação vigente, em especial no Formulário de Referência e nos termos da Instrução CVM nº 480/09, observando eventuais atualizações regulatórias.

Qualquer pessoa que tenha conhecimento de uma Transação com Partes Relacionadas deverá dar ciência da existência da relação, do contrato e valores corretos para a área de Controladoria a fim de que possa ser reportado corretamente.

Órgão Responsável pela Aprovação: **Conselho de Administração**,

Data da Aprovação: **13/08/2019**

Local Divulgação: **Intranet da Companhia (WP) com acesso aberto a todos os funcionários.**

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	31/01/2018	3.303.057,45	R\$ 1.503.673,96	R\$ 1.503.673,96	36 meses (22/02/2021)	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	BNDES é o Contratante e a Companhia é a empresa Contratada.						
Objeto contrato	OCS 003/2018 - Aquisição de licenças perpétuas de usuário do tipo add-on para uso irrestrito no BNDES do software IBM Enterprise Records, em complemento às licenças de igual número do pacote de software IBM Content Manager, com o objetivo de fazer a gestão arquivística de documentos, incluindo os serviços de instalação, configuração, treinamento, tutoria, migração de dados, bem como serviços de atualização e suporte técnico.						
Garantia e seguros	Garantia de execução do Contrato, no valor de 5% (cinco por cento) do valor global da contratação, na modalidade de Seguro Garantia.						
Rescisão ou extinção	<p>O presente CONTRATO poderá ser rescindido:</p> <ol style="list-style-type: none"> I. por ato unilateral do BNDES, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, por escrito, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na CLÁUSULA anterior; II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo, e desde que haja conveniência para o BNDES, com antecedência de 30 (trinta) dias; e III. por via judicial, nos termos da legislação. <p>Parágrafo Primeiro</p> <p>Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I ao IX, XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, o CONTRATADO obriga-se ao pagamento de multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor global atualizado deste CONTRATO, conforme fixado no inciso II da CLÁUSULA anterior considerando-a dívida líquida e certa, e acarretando para o BNDES as consequências previstas no artigo 80, incisos I a IV, da Lei nº 8.666/1993, no que couber.</p> <p>Parágrafo Segundo</p> <p>Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, sem que haja culpa do CONTRATADO, será este resarcido dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.</p>						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificação							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	23/12/2015	5.976.526,46	R\$ 634.148,00	R\$ 634.148,00	24 meses (22/12/2020)	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	BNDES é o Contratante e a Companhia é a empresa Contratada.						
Objeto contrato	Contrato 510/2015 - Prestação continuada de serviços de atualização de software e suporte técnico para aplicativos IBM Domino e IBM Notes, conforme especificações constantes de termos de referência e da proposta apresentada pelo contratado respectivamente, anexos I e II desse contrato.						
Garantia e seguros	Garantia no valor de 5% (cinco por cento) do valor da prestação dos serviços de atualização e suporte técnico de cada contrato, excluindo-se o valor relativo à aquisição das licenças, que lhe será devolvida após a verificação do cumprimento fiel, correto e integral dos termos contratuais. *Seguro Garantia						
Rescisão ou extinção	<p>O presente CONTRATO poderá ser rescindido:</p> <p>I. por ato unilateral do BNDES, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, por escrito, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na CLÁUSULA anterior;</p> <p>II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo, e desde que haja conveniência para o BNDES, com antecedência de 30 (trinta) dias; e</p> <p>III. por via judicial, nos termos da legislação.</p> <p>Parágrafo Primeiro</p> <p>Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I ao IX, XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, o CONTRATADO obriga-se ao pagamento de multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor global atualizado deste CONTRATO, conforme fixado no inciso II da CLÁUSULA anterior considerando-a dívida líquida e certa, e acarretando para o BNDES as consequências previstas no artigo 80, incisos I a IV, da Lei nº 8.666/1993, no que couber.</p> <p>Parágrafo Segundo</p> <p>Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, sem que haja culpa do CONTRATADO, será este resarcido dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.</p>						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	30/06/2016	4.997.950,40	R\$ 269.038,48	R\$ 269.038,48	36 meses - 30/06/2016 a 29/06/2019 Adesão Ata - 30/06/2019 a 29/06/2021	NÃO	0,000000

Relação com o emissor	BNDES é o Contratante e a Companhia é a empresa Contratada.
Objeto contrato	Contrato 314/2016 - Registro de Preços com vistas à eventual para aquisição de licenças de uso dos aplicativos IBM que compõem a plataforma de integração tecnológica e contratação serviços de atualização e suporte técnico, conforme as especificações deste Edital e de seus Anexos.
Garantia e seguros	Garantia de execução do Contrato, no valor de 5% (cinco por cento) do valor global da contratação, na modalidade de Seguro Garantia.
Rescisão ou extinção	<p>O presente CONTRATO poderá ser rescindido:</p> <p>I. por ato unilateral do BNDES, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, por escrito, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na CLÁUSULA anterior;</p> <p>II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo, e desde que haja conveniência para o BNDES, com antecedência de 30 (trinta) dias; e</p> <p>III. por via judicial, nos termos da legislação.</p> <p>Parágrafo Primeiro</p> <p>Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I ao IX, XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, o CONTRATADO obriga-se ao pagamento de multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor global atualizado deste CONTRATO, conforme fixado no inciso II da CLÁUSULA anterior considerando-a dívida líquida e certa, e acarretando para o BNDES as consequências previstas no artigo 80, incisos I a IV, da Lei nº 8.666/1993, no que couber.</p> <p>Parágrafo Segundo</p> <p>Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, sem que haja culpa do CONTRATADO, será este resarcido dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.</p>
Natureza e razão para a operação	
Posição contratual do emissor	Credor
Especificar	

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	17/07/2015	18.790.000,00	R\$ 8.241.963,36	R\$ 8.241.963,36	Agosto/2021	SIM	8,700000
Relação com o emissor	A beneficiária nesse financiamento é a Companhia. O BNDES é controlador de BNDESPAR, acionista da Companhia.						
Objeto contrato	Obtenção de recursos para investimentos em pesquisa e desenvolvimento, treinamento e certificação de qualidade e a abertura de novas unidades de relacionamento com clientes, com expansão geográfica em território nacional, no âmbito do Programa BNDES para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços de Tecnologia da Informação – BNDES PROSOFT.						
Garantia e seguros	Fiança bancária						
Rescisão ou extinção	Liquidação antecipada: nos termos das Disposições, quando autorizada pelo BNDES, deverá ser realizada juntamente com os valores apurados correspondentes ao saldo devedor, na data da sua liquidação, respeitada a proporcionalidade das prestações vincendas de principal, mantidas as respectivas datas de vencimento, sendo que as obrigações da Companhia e dos intervenientes serão mantidas até a data final prevista para liquidação normal do débito, salvo se houver pagamento de encargos compensatórios complementares, hipótese em que a Companhia e os intervenientes poderão ser exonerados das referidas obrigações						
Natureza e razão para a operação	O financiamento tem como finalidade a obtenção de recursos para investimentos em pesquisa e desenvolvimento, treinamento e certificação de qualidade e a abertura de novas unidades de relacionamento com clientes, com expansão geográfica em território nacional, no âmbito do Programa BNDES para o Desenvolvimento da Indústria Nacional de Software e Serviços de Tecnologia da Informação – BNDES PROSOFT.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Think Internacional	31/12/2017	3.034.777,93	R\$ 3.034.777,93	R\$ 3.034.777,93	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Prestação de serviços.						
Garantia e seguros	Não se aplica.						
Rescisão ou extinção	Não se aplica.						
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	26/11/2015	12.093.095,41	R\$ 952.854,77	R\$ 952.854,77	Contrato + Aditivos - 24 meses (06/11/2020)	NÃO	0,000000

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor		BNDES é o Contratante e a Companhia que é a empresa Contratada.					
Objeto contrato		Contrato 511/2015 - Contratação de serviços de suporte técnico e de atualização de software dos aplicativos IBM que compõem a Plataforma de Integração Tecnológica do BNDES					
Garantia e seguros		Garantia de execução do Contrato, no valor de 5% (cinco por cento) do valor global da contratação, na modalidade de Seguro Garantia.					
Rescisão ou extinção		O presente CONTRATO poderá ser rescindido:					
		I. por ato unilateral do BNDES, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII, do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, por escrito, com a devida motivação, assegurado o contraditório, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na CLÁUSULA anterior;					
		II. por acordo entre as partes, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo, e desde que haja conveniência para o BNDES, com antecedência de 30 (trinta) dias; e					
		III. por via judicial, nos termos da legislação.					
		Parágrafo Primeiro					
		Rescindido o CONTRATO nos termos dos incisos I ao IX, XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, além de responder por perdas e danos decorrentes do CONTRATO, o CONTRATADO obriga-se ao pagamento de multa correspondente a até 10% (dez por cento) do valor global atualizado deste CONTRATO, conforme fixado no inciso II da CLÁUSULA anterior considerando-a dívida líquida e certa, e acarretando para o BNDES as consequências previstas no artigo 80, incisos I a IV, da Lei nº 8.666/1993, no que couber.					
		Parágrafo Segundo					
		Em caso de rescisão pelos motivos previstos nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993, sem que haja culpa do CONTRATADO, será este resarcido dos prejuízos que comprovadamente houver sofrido, tendo ainda o direito, se for o caso, aos pagamentos devidos pela execução do CONTRATO até a data da rescisão.					
Natureza e razão para a operação							
Posição contratual do emissor		Credor					
Especificar							

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

Não foram necessárias medidas para tratar de conflitos de interesses, pois as condições pactuadas seguem os padrões de mercado e as boas práticas de governança corporativa.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Não há outras informações que sejam relevantes para a Companhia, além das já elencadas neste Item 16.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Subscrito				
27/12/2019	56.276.516,12	Indeterminado	133.186.083	0	133.186.083
Tipo de capital	Capital Integralizado				
27/12/2019	55.914.639,68		132.658.616	0	132.658.616
Tipo de capital	Capital Subscrito				
09/05/2017	54.848.993,30	30/06/2017	130.724.698	0	130.724.698
Tipo de capital	Capital Integralizado				
09/05/2017	54.494.762,90		130.069.438	0	130.069.438
Tipo de capital	Capital Integralizado				
31/01/2017	13.153,02		24.913	0	24.913
Tipo de capital	Capital Integralizado				
29/04/2016	54.455.593,64		129.996.569	0	129.996.569
Tipo de capital	Capital Autorizado				
29/04/2015	0,00		141.163.000	0	141.163.000

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
31/01/2017	Conselho de Administração	31/01/2017	13.153,02	Subscrição particular	24.913	0	24.913	0,02000000	0,53	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço da emissão é o resultado da divisão do valor do patrimônio líquido da Companhia apurado em 12/2016 pelo número de ações de emissão da Companhia, corrigido pelo índice IPC-A.								
Forma de integralização		A integralização foi feita à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.								
09/05/2017	Conselho de Administração	09/05/2017	380.246,64	Subscrição particular	703.216	0	703.216	0,70000000	0,54	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço da emissão é o resultado da divisão do valor do patrimônio líquido da Companhia apurado em 12/2016 pelo número de ações de emissão da Companhia, corrigido pelo índice IPC-A.								
Forma de integralização		A integralização será feita à vista, até 30/06/2017, em moeda corrente nacional, em conformidade com o prazo aprovado pelo Conselho de Administração em Ata realizada no dia 09/05/2017.								
27/12/2019	Conselho de Administração	27/12/2019	1.427.522,82	Subscrição particular	2.461.385	0	2.461.385	2,55000000	0,58	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		O preço da emissão é o resultado da divisão do valor do patrimônio líquido da Companhia apurado em 12/2018 pelo número de ações de emissão da Companhia, corrigido pelo índice IPC-A.								
Forma de integralização		Parte da integralização foi feita à vista em moeda corrente nacional. O Capital Social a Integralizar no valor de R\$ 361.876,44 corresponde a ações com permanência em tesouraria, a fim de atender ao exercício das opções de ações nos termos do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (Stock Option) com prazo de integralização indeterminado.								

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve nenhuma ocorrência de desdobramento, grupamento e bonificação na Companhia.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não houve redução do capital social da Companhia.

17.5 - Outras Informações Relevantes

A Companhia considera que não existem outras informações relevantes além das apresentadas nos itens anteriores.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Direito ao dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e artigo 42 do nosso Estatuto Social.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	Ocorrerão de acordo com a Lei das Sociedades por Ações
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o nosso Estatuto Social, nem as deliberações tomadas em assembleia geral podem privar os acionistas do direito de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar, na hipótese de liquidação da Companhia, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes, na proporção de sua participação no capital social; (iii) fiscalizar a gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações; (iv) preferência na subscrição de futuros aumentos de capital, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não existem características relevantes adicionais.

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

De acordo com o Regulamento do BOVESPA MAIS e com o artigo 45 do Estatuto Social da Companhia, a alienação do controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição suspensiva ou resolutiva de que o adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas nos mesmos termos e condições concedidas ao controlador alienante, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do BOVESPA MAIS da B3.

A oferta pública é exigida, conforme previsto no parágrafo único do artigo 45 do nosso Estatuto Social, ainda: (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou de direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do nosso controle; ou (ii) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar a B3 o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar a documentação que comprove esses valor.

De acordo com o artigo 47 do Estatuto Social da Companhia, aquele que já detiver ações de nossa emissão adquirir poder de controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o acionista controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a: (i) efetivar a oferta pública referida no item acima; (ii) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 meses anteriores à data de aquisição do Poder de Controle, devidamente atualizado até a data do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o Adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à B3 operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

O Regulamento da Listagem do BOVESPA MAIS da B3 e o artigo 48 do Estatuto Social da Companhia também prevê que não será registrada qualquer transferência de ações para o Adquirente ou para aquele que vier a deter o Poder de Controle, enquanto não subscreverem o Termo de Anuência dos controladores previsto no Regulamento de Listagem do BOVESPA MAIS da B3.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

Não há nenhuma exceção e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto da Companhia.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Ainda não há negociações em bolsa de valores.

Nossas ações foram admitidas à negociação no mercado de bolsa administrado pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, no segmento especial de listagem denominado BOVESPA MAIS.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não emitiu outro tipo de valores mobiliários no Brasil que não sejam ações.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não emitiu valores mobiliários.

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

Nossas ações são admitidas à negociação no mercado de bolsa administrado pela B3, no segmento especial de listagem denominado BOVESPA MAIS.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui títulos emitidos no exterior.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

Não há a ocorrência de ofertas públicas de distribuição de ações efetuada pela Companhia relativa a valores mobiliários.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

Não se aplica, pois não há ocorrência de oferta pública de distribuição de valores mobiliários efetuada pela Companhia.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

Até a presente data, a Companhia não realizou ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiro.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Não existem outras informações relevantes sobre este item 18.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui plano de recompra de ações do emissor.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Exercício social 31/12/2019

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			
Movimentação			
Quantidade Inicial		767.259	
Quantidade adquirida		-623.553	0,00
Quantidade alienada		0	0,00
Quantidade cancelada		0	
Quantidade final		143.706	
Relação valores mobiliários em circulação		0,000000%	

Exercício social 31/12/2018

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			
Movimentação			
Quantidade Inicial		767.259	
Quantidade adquirida		0	0,00
Quantidade alienada		0	0,00
Quantidade cancelada		0	
Quantidade final		767.259	
Relação valores mobiliários em circulação		0,000000%	

Exercício social 31/12/2017

Ações

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários	Fator cotação
Ordinária			
Movimentação			
Quantidade Inicial		26.087	
Quantidade adquirida		741.172	0,00
Quantidade alienada		0	0,00

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Quantidade cancelada	0
Quantidade final	767.259
Relação valores mobiliários em circulação	0,000000%

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

Não existem outras informações que a Companhia julgue relevantes com relação a este Item.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Principais características e locais de consulta

De acordo com a Política de Negociação da Companhia, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, da Instrução CVM nº 369, de 11 de junho de 2002 e da Instrução CVM nº 449, de 15 de março de 2007, estabelece regras para assegurar a observância de práticas de boa conduta na negociação de Valores Mobiliários de emissão da Companhia.

Nossa Política tem por finalidade registrar e esclarecer os critérios e procedimentos a serem empregados pelas pessoas vinculadas para evitar que os valores mobiliários sejam por elas negociados mediante a utilização de informação privilegiada, prevenindo, assim, a ocorrência da prática de insider trading; isto é, a utilização de informação privilegiada de que a pessoa vinculada tenha conhecimento e da qual deva manter sigilo, por força do disposto no artigo 155, §§ 1º a 4º, da Lei nº 6.404/1976 e na Instrução CVM nº 358/2002, capaz de propiciar, para si ou para outrem, vantagem indevida, mediante negociação, em nome próprio ou de terceiros, com valores mobiliários. Essa política foi elaborada nos termos da legislação aplicável, e contém disposições relacionadas a permissão para negociação, períodos de vedação à negociação, procedimentos de comunicação de informações sobre negociações de administradores e acionistas controladores, penalidades e outras disposições.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

Data aprovação	08/04/2015
Órgão responsável pela aprovação	Conselho de Administração
Cargo e/ou função	De acordo com nossa política de negociação, são consideradas pessoas vinculadas em relação à Companhia, seus: (i) Administradores, os Conselheiros Fiscais, os Funcionários com acesso a Informação Privilegiada, os Acionistas Controladores e as Sociedades Controladas.
Principais características e locais de consulta	

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

De acordo com a Política de Negociação da Companhia, nos termos da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, da Instrução CVM nº 369, de 11 de junho de 2002 e da Instrução CVM nº 449, de 15 de março de 2007, estabelece regras para assegurar a observância de práticas de boa conduta na negociação de Valores Mobiliários de emissão da Companhia.

Nossa Política tem por finalidade registrar e esclarecer os critérios e procedimentos a serem empregados pelas pessoas vinculadas para evitar que os valores mobiliários sejam por elas negociados mediante a utilização de informação privilegiada, prevenindo, assim, a ocorrência da prática de insider trading; isto é, a utilização de informação privilegiada de que a pessoa vinculada tenha conhecimento e da qual deva manter sigilo, por força do disposto no artigo 155, §§ 1º a 4º, da Lei nº 6.404/1976 e na Instrução CVM nº 358/2002, capaz de propiciar, para si ou para outrem, vantagem indevida, mediante negociação, em nome próprio ou de terceiros, com valores mobiliários.

Essa política foi elaborada nos termos da legislação aplicável, e contém disposições relacionadas a permissão para negociação, períodos de vedação à negociação, procedimentos de comunicação de informações sobre negociações de administradores e acionistas controladores, penalidades e outras disposições.

A Política de Negociação pode ser consultada nos seguintes websites: Relações com Investidores da Companhia (www.brq.com.br/ri), CVM (www.cvm.gov.br) e BM&FBOVESPA (www.b3.com.br).

Períodos de vedação e descrição Quaisquer das partes que tenham firmado o Termo de Adesão, estarão impedidas de negociar os **dos procedimentos de fiscalização** Valores Mobiliários nos seguintes Períodos de Impedimento à Negociação:

No Período que anteceder a divulgação de Ato ou Fato Relevante

Não é permitida a negociação de Valores Mobiliários por Pessoas Vinculadas que possam ter conhecimento de Informação Privilegiada sobre a Companhia, até que esta faça a divulgação ao mercado na forma de Ato ou Fato Relevante.

Quando: estiver em curso aquisição ou alienação de Valores Mobiliários pela própria Companhia, suas Sociedades Controladas ou outra sociedade sob controle comum;

houver sido outorgada opção ou mandato para este fim, exclusivamente nas datas em que a própria Companhia negocie ou informe às Corretoras Credenciadas que negociará com Valores Mobiliários de sua própria emissão;

tiver havido aprovação de se promover incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia.

Após Divulgação de Ato ou Fato Relevante

Mesmo após a divulgação de Ato ou Fato Relevante, continuará prevalecendo à proibição de negociação, caso esta possa interferir nas condições dos negócios com Valores Mobiliários, de maneira a acarretar dano à própria Companhia ou a seus acionistas, devendo tal restrição adicional ser informada pelo Diretor de Relações com Investidores.

No período de 15 dias anterior à divulgação de Informações pela Companhia

Informações são as seguintes: Informações Trimestrais (ITR); Demonstrações financeiras padronizadas (DFP); Distribuição de Resultados

As Corretoras Credenciadas: não registrarão as operações de compra ou venda de Valores Mobiliários realizadas pelas pessoas mencionadas acima, se efetuadas durante os 15 (quinze) dias anteriores à divulgação ou publicação dessas informações periódicas ou demonstrações financeiras da Companhia, e

Informarão a Companhia quando da ocorrência destas operações.

Desobrigação do Diretor de Relações com Investidores

O Diretor de Relações com Investidores não está obrigado a informar os motivos da determinação de nenhum dos Períodos de Impedimento à Negociação, e todas as partes que tiverem firmado o Termo de Adesão deverão manter esta determinação em sigilo.

20.2 - Outras Informações Relevantes

Consideramos importante destacar a política referente a infrações e sanções, dentro das políticas de Negociação de valores mobiliários.

Sem prejuízo das sanções cabíveis nos termos da legislação vigente, a serem aplicadas pelas autoridades competentes, em caso de violação dos termos e procedimentos estabelecidos nesta Política de Negociação, caberá ao Conselho de Administração tomar as medidas disciplinares que forem cabíveis no âmbito interno da Companhia, inclusive a destituição do cargo ou demissão do infrator nas hipóteses de violação grave.

Caso a medida cabível seja de competência legal ou estatutária da Assembleia Geral, deverá o Conselho de Administração convocá-la para deliberar sobre o tema.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

A Companhia entende estar sujeita às exigências relativas à divulgação de informações previstas na Lei das Sociedades por Ações e nas Normas Expedidas Pela CVM. Ainda, em função da listagem das nossas ações no Bovespa Mais, deveremos seguir, também, as exigências contidas no Regulamento da Bovespa Mais.

Cabe ao Diretor Responsável verificar, diante da ocorrência de Ato ou Fato Relevantes, o adequado cumprimento da Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevantes da Companhia, informando imediatamente qualquer irregularidade ao conselho de administração.

A precisão e a adequação na forma de redação da informação divulgada ao mercado, conforme exigido, será apurada pelo Diretor Responsável a partir da verificação das razões subjacentes aos pedidos de esclarecimentos adicionais por parte da CVM e das Entidades do Mercado.

Na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas acima, que impliquem a necessidade de divulgação de Ato ou Fato Relevantes mantido sob sigilo, ou da violação do sigilo de Ato ou Fato Relevantes previamente a sua divulgação ao mercado, deverá o Diretor Responsável realizar investigações e diligências internas na Companhia, inquirindo as pessoas envolvidas, que deverão sempre responder as suas solicitações de informações, com o propósito de verificar o motivo que provocou a eventual violação do sigilo da informação.

As conclusões do Diretor Responsável deverão ser encaminhadas ao conselho de administração, para as providências cabíveis, acompanhadas de eventuais recomendações e sugestões de alteração na Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevantes da Companhia, que possam futuramente evitar a quebra do sigilo de informações confidenciais.

Deverá o Diretor Responsável monitorar a negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados, adotando procedimentos para que lhe sejam informadas as negociações que ocorrerem em períodos que antecedem à divulgação ao mercado de Ato ou Fato Relevantes, com o propósito de identificar eventuais negociações vedadas pela legislação vigente por pessoas que tinham conhecimento de tal Ato ou Fato Relevantes, comunicando eventuais irregularidades ao conselho de administração e à CVM.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia tem como propósito disciplinar os procedimentos internos a serem adotados com a finalidade de atender integralmente as disposições legais e regulamentares concernentes à divulgação de ato ou fato relevante, nos termos da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002 e alterações.

Considera-se Ato ou Fato Relevante: qualquer decisão de acionista controlador, deliberação da assembleia geral ou dos órgãos de administração da Companhia, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos seus negócios, que possa influir de modo ponderável (a) na cotação dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados, (b) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter aqueles valores mobiliários, e (c) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados.

A Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante da Companhia está baseada nos seguintes princípios e objetivos:

- i) prestar informação completa aos acionistas e investidores;
- ii) garantir ampla e imediata divulgação de Ato ou Fato Relevante;
- iii) possibilitar acesso equânime às informações públicas sobre a Companhia a todo acionista e investidor;
- iv) zelar pelo sigilo de Ato ou Fato Relevante não divulgado;
- v) colaborar para a estabilidade e o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro; e
- vi) consolidar práticas de boa governança corporativa na Companhia.

A divulgação e comunicação à CVM e às Entidades do Mercado de Ato ou Fato Relevante, pelos canais institucionais de comunicação, assim como a adoção dos demais procedimentos aqui previstos, é obrigação do Diretor Responsável

O Ato ou Fato Relevante deverá ser divulgado por meio (i) de publicação nos jornais de grande circulação habitualmente utilizados pela Companhia e (ii) da disponibilização da respectiva informação, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM e às Entidades do Mercado, na rede mundial de computadores (Internet), no endereço www.brq.com.br/ri

A critério do Diretor Responsável, a publicação referida no item 4.2(i) acima poderá ser feita de forma resumida, com indicação de que a informação completa poderá ser acessada no endereço eletrônico www.brq.com.br/ri

A informação deverá ser apresentada de forma clara e precisa, em linguagem objetiva e acessível ao público investidor. Sempre que for utilizado algum conceito técnico que, a critério do Diretor Responsável, seja

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

considerado como de maior complexidade, uma explicação sobre o seu significado deverá constar da informação divulgada.

Na hipótese de veiculação de Ato ou Fato Relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no País ou no exterior, deverá o Diretor Responsável divulgar simultaneamente a respectiva informação ao mercado, na forma estabelecida neste documento.

O acionista controlador, diretores, membros do conselho de administração e do conselho fiscal, quando instalado, bem como qualquer empregado da Companhia que venha a ter acesso a informações sobre Ato ou Fato Relevante, que tenham firmado o TERMO DE ADESÃO À POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE ATO OU FATO RELEVANTE DA BRQ, serão responsáveis por comunicar ao Diretor Responsável todo e qualquer Ato ou Fato Relevante de que tenham conhecimento e que saibam não ter ainda chegado ao conhecimento do Diretor Responsável, assim como deverão verificar se o Diretor Responsável tomou as providências prescritas neste documento em relação à divulgação da respectiva informação.

A comunicação ao Diretor Responsável deverá ser feita por meio de correio eletrônico.

Caso seja verificada a omissão do Diretor Responsável no cumprimento de seu dever de comunicação e divulgação, e não tenha sido deliberada a manutenção do sigilo sobre o Ato ou Fato Relevante, nos termos desta Política, tais pessoas deverão comunicar imediatamente o Ato ou Fato Relevante diretamente à CVM para se eximirem de responsabilidade imposta pela regulamentação aplicável em caso de sua não divulgação.

Sempre que a CVM ou as Entidades do Mercado exigirem do Diretor Responsável esclarecimentos adicionais à comunicação e à divulgação de Ato ou Fato Relevante, ou caso ocorra oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados, deverá o Diretor Responsável inquirir as pessoas com acesso a Atos ou Fatos Relevantes, com o objetivo de averiguar se estas têm conhecimento de informações que devam ser divulgadas ao mercado.

Os administradores e empregados da Companhia inquiridos nos termos desta Política, deverão responder à solicitação do Diretor Responsável imediatamente. Caso não tenham condições de se encontrarem pessoalmente ou falarem por telefone com o Diretor Responsável ainda no mesmo dia em que este tiver tido conhecimento da respectiva exigência da CVM ou das Entidades do Mercado, os administradores e empregados em questão deverão enviar correio eletrônico com as informações pertinentes.

A divulgação de Ato ou Fato Relevante deverá ser feita, como regra, simultaneamente à CVM e às Entidades de Mercado, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas Entidades do Mercado. Quando os valores mobiliários de emissão da Companhia estiverem sendo negociados simultaneamente em Entidades do Mercado brasileiras e estrangeiras, a divulgação deverá ser feita, como regra, antes do início ou após o encerramento dos

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

negócios em todos os países, prevalecendo, no caso de incompatibilidade, o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

Caso excepcionalmente seja imperativo que a divulgação de Ato ou Fato Relevante ocorra durante o horário de negociação, o Diretor Responsável poderá, ao comunicar o Ato ou Fato Relevante, solicitar, sempre simultaneamente às Entidades do Mercado brasileiras e estrangeiras, a suspensão da negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou a eles referenciados, pelo tempo necessário à adequada disseminação da respectiva informação. O Diretor Responsável deverá comprovar perante as Entidades do Mercado brasileiras que a suspensão de negociação solicitada também efetivou-se nas Entidades do Mercado estrangeiras.

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

O responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações é o Diretor de Relações com Investidores da Companhia.

21.4 - Outras Informações Relevantes

Todas as informações relevantes foram fornecidas nos itens relacionados na questão 21.